



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## SEÇÃO II

ANO XXIII — Nº 38

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 19 DE MARÇO DE 1968

## CONGRESSO NACIONAL

### PRESIDÊNCIA

#### SESSÃO CONJUNTA

Em 20 de março de 1968, à 21 horas e 30 minutos

(QUARTA-FEIRA)

#### ORDEM DO DIA

##### Veto Presidencial:

Ao Projeto de Lei nº 17, de 1967 (C.N.) que dispõe sobre os orçamentos plurianuais de investimentos, e dá outras providências.

##### ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
1	único	§ 3º do art. 3º.
2	único	Art. 8º e seu parágrafo único.
3	único	Item III do art. 12.
4	único	Art. 13.
5	único	Art. 10.
6	único	Parágrafo único do art. 16.

#### SESSÃO CONJUNTA

Em 21 de março de 1968, às 21 horas e 30 minutos

(QUINTA-FEIRA)

#### ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 9, de 1968 (CN), que institui, em caráter temporário, a licença extraordinária e dá outras providências tendo Parecer, sob nº 13, de 1968 (CN), da Comissão Mista, favorável, nos termos do substitutivo que apresenta.

#### SESSÃO CONJUNTA PARA Apreciação DE VETOS PRESIDENCIAIS

O Presidente do Senado Federal, resolveu cancelar a convocação da sessão conjunta, marcada para o dia 19 do corrente, às 21 horas e 30 minutos, destinada à apreciação do veto aposto ao Projeto de Lei nº 58-67 no Senado Federal e nº 1.438-60 na Câmara dos Deputados, e incluiu na Ordem do Dia da sessão conjunta já convocada para o dia 28, às 21 horas e 30 minutos.

Senado Federal, 13 de março de 1968

GILBERTO MARINHO

Presidente do Senado Federal

#### SESSÃO CONJUNTA PARA Apreciação DE VETOS PRESIDENCIAIS

O Presidente do Senado Federal, atendendo à conveniência dos trabalhos legislativos e a sugestões feitas pelo Senador Aurélio Vianna, Líder do ADL do Senado Federal e pela Comissão de Organização da Câmara dos Deputados, resolveu cancelar a convocação da sessão conjunta marcada para o dia 21 do corrente, às 21 horas e 30 minutos, destinada à apreciação do veto aposto ao Projeto de Lei nº 17-67 (C.N.), que dispõe sobre os orçamentos plurianuais de investimentos, e dá outras providências.

A matéria anunciada para essa sessão é antecipada para o dia 20, às 21 horas e 30 minutos.

Senado Federal, 13 de março de 1968

GILBERTO MARINHO

Presidente do Senado Federal

#### CALENDÁRIO E SENADORES DESIGNADOS PARA AS COMISSÕES MISTAS REFERENTES A VETOS PRESIDENCIAIS A SEREM AprecIADOS NO PERÍODO DE 20 DE MARÇO A 16 DE ABRIL DE 1968:

DIA 20 DE MARÇO DE 1968, AS 21,30 HORAS

Projeto Nº 17-67 (C.N.) — Dispõe sobre os orçamentos plurianuais de investimentos, e dá outras providências. — Senadores: Wilson Gonçalves — Carvalho Pinto — Josaphat Marinho.

DIA 26 DE MARÇO DE 1968, AS 21,30 HORAS

Projeto no (C.N.) 9-67 — Dispõe sobre o feilão de mercadorias realizado pelas repartições aduaneiras. — Senadores: Fernando Corrêa — Patrônio Fortella — Bezerra Neto.

DIA 27 DE MARÇO AS 21,30 HORAS

Projeto Nº 16-67 (C.N.) — Autoriza a instituição da "Fundação Nacional do Índio" e dá outras providências. — Fernando Corrêa — José Guimard — Acláberto Senna.

Projeto Nº 14-67 (C.N.) — Dispõe sobre o efetivo do Corp. de Oficiais da Ativa da Força Aérea Brasileira em tempo de paz. — Ney Braga — Laurico Rezende — Edmundo Levi.

Projeto Nº 13-67 (C.N.) — Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), e dá outras providências. — Edlino Müller — José Feliciano — Acláberto Senna.

DIA 28 DE MARÇO, AS 21,30 HORAS

Projeto na C.D. Nº 458-64 e no S.F. Nº 103-67 — Altera dispositivos da Lei nº 3.123, de 27.10.56, que "dispõe sobre o Plano de Vacinação Sanitária da Amênia (SPVEA)", cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amênia (SUDAM) e dá outras providências. — Senadores: Carlos Lindenberg — Wilson Gonçalves — José Brimlio.

Projeto na C.D. Nº 3.619-66 e no S.F. Nº 51-65 — Altera o art. 79 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Fundamentos Públicos Civis da União). — Senadores: Alcezes Pimentel — José Leite — Arthur Virgílio.

Projeto na C.D. Nº 1.438-60 e no S.F. Nº 58-67 — Concede isenção, pelo prazo de 1 (um) ano, dos impostos de importação e de consumo para a importação de materiais destinados à fabricação, na País de centrais telefônicas automáticas. — Senadores: Domicio Gondim — Adolpho Franco — Antonio Balduino.

DIA 2 DE ABRIL, AS 21,30 HORAS

Projeto na C.D. Nº 23-67 e no S.F. Nº 125-67 — Inclui, nas entidades consignatárias a que se refere o art. 171 da Lei nº 4.328, de 30.4.68, o Clube de Oficiais da Reserva e Reformados da Marinha e a Associação de Faltosos da Armada e Clube Beneficente dos Sargentos da Marinha. — Senadores: Paulo Torres — José Guimard — Oscar Passos.

Projeto na C.D. Nº 63-67 e no S.F. Nº 139-67 — Da nova redação ao parágrafo único do art. 20 da Lei nº 3.765 de 4 de maio de 1960 que dispõe sobre as penas militares. — Senadores: Aelio Braga — Clodomir Millet — Argemiro de Figueiredo.

DIA 3 DE ABRIL, AS 21,30 HORAS

Projeto na C.D. Nº 4.052-62 e no S.F. Nº 150-65 — Fixa o prazo mínimo para aprovação de candidaturas ao Serviço Público Federal. — Senadores: Antonio Carlos — José Feliciano — Aurélio Vianna.

Projeto na C.D. Nº 2.198-67 e no S.F. Nº 102-64 — Institui o seguro obrigatório contra acidentes com passageiros de veículos rodoviários de transporte coletivo. — Senadores: Celso Ramos — Atílio Fermana — Edmundo Levi.

Projeto na C.D. Nº 455-67 e no S.F. Nº 106-67 — Dispõe sobre a isenção de tributos incidentes no comércio dos bens destinados à construção e obras relacionadas com a infraestrutura. — Senadores: Carlos Lindenberg — Clodomir Millet — Argemiro de Figueiredo.

DIA 4 DE ABRIL, ÀS 21,30 HORAS

Projeto na C.D. Nº 607-67 e o S.F. Nº 117-67 — Cria 2 (dois) cargos de Juiz Substituto do Trabalho no Quadro da Justiça do Trabalho da 8ª Região, em Belém, Estado do Pará. — Senadores: Carlos Lindenbergh — José Guimard — Bezerra Neto.

Projeto na C.D. Nº 112-67 e o S.F. Nº 80-67 — Cria o Serviço Nacional de Bibliotecas Municipais e de outras providências. — Senadores: Duarte Filho — Fernando Corrêa — Antonio Balbino.

Projeto na C.D. Nº 326-67 e no S.F. Nº 138-67 — Autoriza o Poder Executivo a proceder à alteração da Lei Orçamentária nº 5.185 de 8.12.66, na parte da dotação pertencente ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, sem aumento de despesas. — Senadores: Carvalho Pinto — José Leite — Pessoa de Queiroz.

DIA 16 DE ABRIL, ÀS 21,30 HORAS

Projeto na C.D. Nº 4.071-66 e no S.F. Nº 30-66 — Autoriza consignação em folha de pagamento a favor da Sociedade Financeira dos Servidores Públicos do Brasil (FINABRA). — Senadores: Mello Braga — Júlio Leite — Bezerra Neto.

Projeto na C.D. Nº 3.227-65 e no S.F. Nº 60-67 — Estende a entidades de assistência médico-hospitalar o disposto no art. 5º da Lei 1.046, de 2 de janeiro de 1950, que dispõe sobre a consignação em folha de pagamento. — Senadores: Duarte Filho — Carvalho Pinto — Oscar Passos.

Projeto na C.D. Nº 121-67 e no S.F. Nº 135-67 — Concede aos servidores públicos da União e aos das entidades autárquicas e paraestatais federais, que não tenham mais de 25 anos de serviço e a obrigatoriedade de aposentadoria facultativa aos 25 anos de serviço e a obrigatoriedade aos 65 anos de idade. — Senadores: Duarte Filho — Fernando Corrêa — Adalberto Senna.

Projeto na C.D. Nº 315-67 e no S.F. Nº 1-68 — Cria, na 3ª Região da Justiça do Trabalho, 8 (oito) Juntas de Conciliação e Pagamento, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. — Senadores: Lobão da Silveira — Manoel Villaga — Adalberto Senna.

## COMISSÃO MISTA

*Incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao PL 9-67 (CN), que "dispõe sobre o leilão de mercadorias realizado pelas repartições aduaneiras".*

ATA DA 1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 1968

As dez horas do dia onze de março de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala das Comissões, presentes os Senhores Senadores Fernando Corrêa, Petrólio Portela e Bezerra Neto e os Senhores Deputados Cantídio Sampaio, Amaral de Souza e Doin Vieira, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei, número 9, de 1967 (CN), que dispõe sobre o leilão de mercadorias realizado pelas repartições aduaneiras.

Em obediência ao preceito regimental, assume a presidência o Senhor Senador Fernando Corrêa que, declarando instalada a Comissão Mista, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através de escrutínio secreto por cédulas uninominais, previsto no art. 32 do Regimento Comum, convidando o Senhor Senador Bezerra Neto para Escrutinador.

Encerrada a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:  
Senador Petrólio Portela — 5 votos.

Deputado Amaral de Souza — 1 voto.

Para Vice-Presidente:  
Deputado Doin Vieira — 5 votos.  
Senador Bezerra Neto — 1 voto.

O Sr. Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa o Senhor Senador Fernando Corrêa Relator da matéria pertinente à Comissão Mista.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Mário Nelson Duarte Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 13 DE MARÇO DE 1968

As dez horas do dia treze de março de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala das Comissões, sob a Presidência

do Senhor Senador Petrólio Portela, Presidente, presentes os Senhores Senadores Fernando Corrêa e Bezerra Neto e os Senhores Deputados Cantídio Sampaio, Amaral de Souza e Doin Vieira, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei nº 9, de 1967 (CN), que dispõe sobre o leilão de mercadorias realizado pelas repartições aduaneiras.

Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Fernando Corrêa que, na qualidade de Relator, tece considerações consubstanciadas em Relatório circunstanciando a origem e tramitação da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional, bem como as razões alegadas pelo Senhor Presidente para, no uso de suas atribuições constitucionais, apor seu veto ao processo em tela.

Nenhum dos Senhores Congressistas desejando fazer uso da palavra, o Senhor Presidente determina em regime de votação o Relatório, que é aprovado e assinado pelos presentes.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

## RELATÓRIO

Nº 2, DE 1968

Da Comissão Mista incumbida de relatar o voto presidencial ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 1967, que dispõe sobre o leilão de mercadorias realizado pelas repartições aduaneiras.

Relator: Senador Fernando Corrêa.

O Senhor Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são outorgadas pelos artigos 62, § 1º e 33, III, da Constituição, vetou, parcialmente o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 1967, que dispõe sobre o leilão de mercadorias realizado pelas repartições aduaneiras.

PROJETO: ORIGEM E RAZÕES

O Projeto a que se refere o voto presidencial foi submetido ao Congresso Nacional com a Mensagem número 619, de 12 de setembro de 1967, na forma do parágrafo 3º do art. 54 da Constituição e aprovado, em Sessão Conjunta de 17 de outubro de

## EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
A.B. DE ALMEIDA CARNEIROCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

1967, sob a forma do Substitutivo da Comissão Mista.

As razões que determinaram o justificar a adoção das medidas preconizadas na proposição, contidas na Exposição de Motivos do Senhor Ministro da Fazenda, estão assim consubstanciadas:

"O que se reclama no sistema ora proposto são medidas que visam a cautelas especiais para o controle dos produtos arrematados nos leilões acima referidos, evitando, assim, o conflito entre licitantes, para obtenção das mercadorias a preços baixos, bem como a participação de empresas ou firmas que não sejam importadoras registradas e de comerciantes estabelecidos há menos de três anos, sendo que, em qualquer dos casos, deve ser exigida a prova de não terem no biênio anterior à realização do leilão, sofrido condenação por importação ilícita ou, trânsito irregular de mercadorias estrangeiras.

Vale salientar, por outro lado, que as normas sugeridas a Vossa Excelência já constam de legislação pertinente ao imposto sobre produtos industrializados, as quais além de preencher uma lacuna existente no processamento dos leilões aduaneiros, servirão para uniformizar a matéria aqui tratada".

O Substitutivo, ao qual foram aditados emendas com parecer favorável, além das subemendas oferecidas e emendas do Relator, está apoiado nos argumentos e razões do Parecer da Comissão Mista.

## O VETO

O Senhor Presidente da República, no entanto, por considerá-los contrários aos interesses nacionais, resolveu vetar os seguintes dispositivos:

1º A Alteração 1ª do art. 1º, que tem a seguinte redação:

O § 1º do art. 63 passa a ter a redação seguinte:

O § 1º — A venda em leilão será determinada pelo chefe da repartição aduaneira no prazo máximo de 60 (sessenta) dias depois de findo o processo fiscal".

## Razões do Veto

O Dispositivo é inaceitável sob todos os aspectos, notadamente porque fere o princípio de simplificação burocrática previsto na Reforma Administrativa instituída pelo Decreto-lei nº 200, de 1967. É descabida a criação de mais um ato decisório no processo fiscal, ou seja, um novo despacho da autoridade julgadora após o julgamento e, o que é mais grave, depois de findo administrativamente o processo.

Do modo como foi redigido, o preceito em exame não se destina a abreviar o leilão, que teria sido o intuito do legislador. Não se dispôs sobre a realização da venda no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, mas sim sobre a determinação da venda dentro do referido prazo. Da tal maneira, antes dessa determinação, o

leilão não poderia ser realizado embora transitada em julgado a decisão condenatória exarada no processo fiscal. É mais conveniente o sistema atual, adotado uniformemente pelas Alfândegas, que engloba no próprio julgamento do feito a determinação de venda da mercadoria, possibilitando seja realizado o leilão tão logo se vença o prazo de 30 (trinta) dias para interposição de recursos à instância superior. O retardamento do leilão, mediante a nova fase processual em apreço, não convém aos interesses da Fazenda Nacional".

2º A Alteração 3ª do art. 1º, assim redigida:

"Acrescente-se ao art. 67 os seguintes parágrafos:

"§ 1º Todos os volumes contendo mercadorias relacionadas para leilão deverão ser cintados e rotulados com indicação do nome da repartição, número do processo, especificação genérica da mercadoria e a sua origem ou procedência.

§ 2º As mercadorias só serão entregues aos arrematantes depois de autenticadas pela forma que for determinada pelo Diretor do Departamento de Rendas Aduaneiras, de maneira a possibilitar a sua identificação pelos agentes fiscais, encarregados do seu controle.

"§ 3º Aceito o lance oferecido, o arrematante, depois de feito o depósito exigido pelo artigo 68, assinará com o Presidente, e escreverá e o leiloeiro o competente termo ficando assim consumada a venda, que só será anulada se a nota ou despacho de leilão não for liquidada com o pagamento da parte restante dentro de oito dias da data do recebimento desse documento de receita, se o arrematante não atender às exigências do artigo 70, ou se, no ato da entrega das mercadorias, ficar apurado serem elas diferentes em qualidade e quantidade das constantes do edital.

"§ 4º O não cumprimento do disposto no parágrafo anterior, quanto ao pagamento do débito consignado na nota de leilão, ou não atendimento da exigência do artigo 70, importa na anulação da praça e na perda do sinal a favor da Fazenda Nacional.

"§ 5º O termo referido no § 2º deste artigo será lavrado em livro próprio, cujo modelo, para efeito de uniformidade, deverá ser aprovado pelo Diretor do Departamento de Rendas Aduaneiras e conterá o nome do arrematante, seu endereço, número de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda quando se tratar de firma, sociedade comercial ou industrial, número de leilão, data da sua realização, número do processo, descrição das mercadorias, preço da arrematação e impostos e taxas devidos.

“§ 6º O arrematante de produtos estrangeiros deverá efetuar o registro das espécies adquiridas no livro próprio para esse fim instituído pela legislação que disciplina o controle fiscal do imposto sobre produtos industrializados”.

#### RAZÕES DO VETO

“Essa alteração dispõe sobre matérias típicas de regulamento, algumas das quais em plena vigência.

Ademais, está em estudos no Departamento de Rendas Aduaneiras a modernização do ato de compromisso entre o Arrematante e o Fisco Público, que ainda é feito através do arcaico termo de arrematação.

Além disso já existe o compromisso formal, prático e eficaz, através do denominado “talão de sinal” firmado por ambas as partes e que se constitui em verdadeiro contrato de compra e venda juridicamente hábil. A ideia predominante nos estudos que se realizam é a de abolição do inopertante termo de que se trata. — Quanto ao Livro próprio para registro de produtos estrangeiros pelo arrematante, já é ele obrigatório pela legislação fiscal.

Não há como se aceite, pois, qualquer dos parágrafos da alteração 3ª, pelos motivos expostos”.

3) A Alteração 6ª do art. 1º, a saber:

“O artigo 168 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 168. Na distribuição do produto de leilão realizado pela repartição aduaneira, serão observados os mesmos critérios estabelecidos pelo artigo 4º da Lei nº 5.314, de 11 de setembro de 1967, que disciplina matéria idêntica quando o leilão de mercadorias estrangeiras é efetuado pelas repartições subordinadas ao Departamento de Rendas Internas”.

#### RAZÕES DO VETO

“Essa alteração objetiva tornar em regra geral, a exceção estabelecida pelo art. 4º da Lei nº 5.314, de 11 de setembro de 1967, e não pode merecer acolhida, sob pena de invalidar princípio instituído pelo Sistema Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966) que tornou o Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966.

Além disso, não há como confundir-se o regime de rendas internas com o de rendas aduaneiras pelo simples fato de que imperativos da atual conjuntura conduziram à solução de atribuírem-se atividades de âmbito aduaneiro à área de fiscalização dos impostos internos. A Lei nº 5.314-67, foi, portanto, a alternativa escolhida em face das condições do momento, conquanto seja inevitável a futura superação de seus ditames com a absorção total da ação fiscal aduaneira pelo setor específico em fase inicial de implantação no País: o Serviço Nacional de Fiscalização das Rendas Aduaneiras — SENAFRA. A alteração 3ª não tem consistência diante dessa tendência natural e a ela se opõe, sobretudo, a norma estabelecida no parágrafo único do art. 68 do Decreto-Lei número 37-66, segundo a qual, “integralizado o pagamento, o arrematante se subroga nos direitos e obrigações do importador”.

Denre as obrigações do importador ressalta a do pagamento do imposto de importação incidente sobre a mercadoria estrangeira e que tem como fato gerador sua entrada no território nacional conforme estatui o artigo 1º do referido Decreto-Lei. Nessas condições, o art. 168 do mesmo diploma legal não deve ser alterado na forma proposta, mutilando uma sistemática calcada em princípio da mais moderna técnica tributária codificada pela Lei nº 5.172-66 que,

pela sua natureza hierárquica, não pode sofrer modificação através de lei comum”.

#### CONCLUSÃO

Cremos, com o exposto, haver propiciado aos Senhores Congressistas os elementos em que fundamentar o seu julgamento, no sentido de bem decidir, ao apreciar o presente veto.

Sala das Comissões, 13 de março de 1968. — *Petrônio Portella*, Presidente. — *Fernando Corrêa*, Relator. — *Bezerra Neto*. — *Cantídio Sampaio*. — *Amaral de Souza*. — *Doin Vieira*.

#### COMISSÃO MISTA

*Incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei nº 16, de 1967 (CN), que “autoriza a instituição da “Fundação Nacional do Índio” e dá outras providências”.*

ATA DA 1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA NO DIA 12 DE MARÇO DE 1968

As dezessete horas do dia doze de março de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala das Comissões, presentes os Senhores Senadores *Fernando Corrêa*, *José Guimard* e *Adalberto Senna* e os Senhores Deputados *José Lindoso*, *Maia Neto* e *José Freire*, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei nº 16, de 1967 (CN), que “autoriza a instituição da “Fundação Nacional do Índio” e dá outras providências”.

Em obediência ao preceito regimental, assume a presidência o Senhor Senador *José Guimard* que, declarando instalada a Comissão Mista, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através de escrutínio secreto por cédulas uninominais, previsto no art. 32 do Regimento Comum, convidando o Senhor Deputado *José Freire* para escrutinador.

Encerrada a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:  
Senador *Fernando Corrêa* — 5 votos.  
Senador *Adalberto Senna* — 1 voto;

Para Vice-Presidente:  
Deputado *Maia Neto* — 5 votos.  
Deputado *José Lindoso* — 1 voto.

O Sr. Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa o Senhor Deputado *José Lindoso* Relator da matéria pertinente à Comissão Mista.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, *Mário Nelson Duarte*, Secretário lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 13 DE MARÇO DE 1968

As dezessete horas do dia treze de março de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador *Fernando Corrêa*, Presidente, presentes os Senhores Senadores *José Guimard* e *Adalberto Senna* e os Senhores Deputados *José Lindoso*, *Maia Neto* e *José Freire*, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei nº 16, de 1967, (CN), que “autoriza a instituição da “Fundação Nacional do Índio” e dá outras providências”.

Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Deputado *José Lindoso* que, na qualidade de Relator, tece considerações consubstanciadas em Relato-

rio circunstanciando a origem e tramitação da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional, bem como, as razões alegadas pelo Sr. Presidente para, no uso de suas atribuições constitucionais, apor seu veto ao processado em tela.

Nenhum dos Srs. Congressistas desejando fazer uso da palavra, o Senhor Presidente determina em regime de votação o Relatório, que é aprovado e assinado pelos presentes.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, *Mário Nelson Duarte*, Secretário, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

#### RELATÓRIO

Nº 3, de 1968

*Da Comissão Mista incumbida de apreciar o veto presidencial ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 16, de 1967, que autoriza a instituição da “Fundação Nacional do Índio” e dá outras providências.*

Relator: Deputado *José Lindoso*.

O Senhor Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 62, parágrafo 1º, e 83, III, da Constituição, vetou, parcialmente, o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 16, de 1967, que autoriza a instituição da “Fundação Nacional do Índio” e dá outras providências.

#### O PROJETO: ORIGEM E RAZÕES

O Projeto a que se refere o veto presidencial foi submetido ao Congresso Nacional com a Mensagem nº 719, de 20 de outubro de 1967, na forma do parágrafo 2º do artigo 54 da Constituição e aprovado, em sessão conjunta de 23 de novembro de 1967, sob a forma do substitutivo da Comissão Mista.

Dentre razões que determinaram e justificam a adoção das medidas preconizadas na proposição, consubstanciadas na Exposição de Motivos do Senhor Ministro do Interior, vale ressaltar:

“Preferiu-se a Fundação ainda porque a atuação direta, por meio de órgãos do Estado, fracassara na proteção ao índio, por falta de verbas, inabilitação do pessoal e burocratização excessiva. Também uma Autarquia não disporia de maneabilidade para atuar em múltiplos setores de influência estatal, tolhida por normas que regem a administração direta e desvirtuam a própria natureza do ente autárquico”.

O substitutivo do Congresso, aprovado sem restrições, está apoiado nos argumentos e razões do Farceiro da Comissão Mista, a qual pretendeu, com as modificações introduzidas, aperfeiçoar a matéria.

#### O VETO E SUAS RAZÕES

O Senhor Presidente da República, no entanto, resolveu vetar o parágrafo único do artigo 10, por considerá-lo contrário ao interesse público.

O dispositivo vetado está assim redigido:

“Art. 10. Parágrafo Único. Ao ato jurídico perfeito, firmado pelo SRI, CNPI e PUX com terceiros, que deva ser examinado pela Fundação, não se aplicará qualquer efeito suspensivo pela via administrativa, até solução final dada pelo Poder Judiciário”.

O veto, após em tempo hábil, tem como fundamento as seguintes razões, constantes da Mensagem Presidencial:

“Em decorrência da inclusão do referido parágrafo, dada a amplitude dos seus termos, esta-

ria a Fundação impedida de proceder às modificações necessárias ao reajustamento dos serviços de terceiros aos seus novos planos, e dar-lhes execução, sem que transitasse em julgado decisão judicial pertinente à hipótese específica.

Sendo obrigada a aguardar o pronunciamento judicial para cumprimento às modificações dos atos jurídicos dos órgãos sucedidos, decorrentes do interesse e decisão do novo Instituto, ver-se-ia a Fundação na contingência de propor ou responder a tantas demandas forenses, quantos fossem os atos jurídicos concluídos com terceiros pelo Serviço de Proteção aos Índios, Conselho Nacional de Proteção aos Índios e Parque Nacional do Xingu. — tendo de sofrer os pesados encargos daí consequentes, notadamente quanto ao desvio de pessoal para atender às questões e às despesas judiciais. Está patente que a vigência do preceito contido no parágrafo desvirtuaria a razão e o modo de ser da atividade funcional, ferindo em cheio a sua atuação, condicionando as demoradas e onerosas demandas o cumprimento de suas decisões e diferindo, para data incerta e remota, a execução das medidas e providências julgadas valiosas para a proteção do indígena e do seu Patrimônio.

Impedir que a Administração suspenda a execução de um ato lesivo ao interesse público, seria atetar os fundamentos éticos e jurídicos do Executivo e comprometer a independência e a harmonia dos Três Poderes.

O direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, constituem normas de princípios em nosso regime jurídico e sempre estarão assegurados aqueles que se julgarem prejudicados”.

#### CONCLUSÃO

Cremos, com o exposto, haver propiciado aos Senhores Congressistas os elementos em que apoiar o seu julgamento, no sentido de bem decidir, ao apreciar o presente veto.

Sala das Comissões, 13 de março de 1968. — *José Lindoso*, Relator. — *José Guimard*. — *Adalberto Senna*. — *Maia Neto*. — *José Freire*.

#### COMISSÃO MISTA

*Incumbida de apreciar o Veto Parcial do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei nº 14, de 1967 (CN), que “dispõe sobre o efetivo do Corpo de Oficiais da Ativa da Força Aérea Brasileira em tempo de paz”.*

ATA DA 1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA NO DIA 13 DE MARÇO DE 1968

As vinte e uma horas do dia treze de março de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala das Comissões, presentes os Senhores Senadores *Ney Braga*, *Eurico Rezende* e *Edmundo Levi* e os Senhores Deputados *Alípio Carvalho*, *Garcia Neto* e *Amaury Kruei*, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei nº 14, de 1967 (CN), que “dispõe sobre efetivo do Corpo de Oficiais da Ativa da Força Aérea Brasileira em tempo de paz”.

Em obediência ao preceito regimental, assume a presidência o Senhor Deputado *Amaury Kruei* que, declarando instalada a Comissão Mista, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através de escrutínio secreto por cédulas uninominais, previsto no art. 32 do Regi-

mento Comum, convidando o Senhor Deputado Garcia Neto para Escrutinador.

Encerrada a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Ney Braga — 5 votos.  
Senador Edmundo Levi — 1 voto;

Para Vice-Presidente:

Senador Eurico Rezende — 5 votos;  
Senador Edmundo Levi — 1 voto.

O Senhor Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa o Senhor Deputado Alípio de Carvalho Relator da matéria pertinente à Comissão Mista.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Mario Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### ATA DA 2ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 14 DE MARÇO DE 1968

As 9 horas do dia quatorze de março de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador Ney Braga, Presidente, presentes os Senhores Senadores Eurico Rezende e Edmundo Levi e os Senhores Deputados Alípio de Carvalho, Garcia Neto e Amaury Kruei, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei nº 14, de 1967 (CN), que "dispõe sobre o efetivo do Corpo de Oficiais da Ativa da Força Aérea Brasileira em tempo de paz".

Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Deputado Alípio de Carvalho que, na qualidade de Relator, tece considerações consubstanciadas em Relatório circunstanciando a origem e tramitação da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional, bem como as razões alegadas pelo Senhor Presidente para, no uso de suas atribuições constitucionais, apor seu voto ao processamento em tela.

Nenhum dos Srs. Congressistas desejando fazer uso da palavra, o Senhor Presidente determina em regime de votação o Relatório, que é aprovada, será assinada pelo Senhor Relator a presente Ata que, lida e lida e assinada pelos presentes.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Mario Nelson Duarte Secretário, Presidente.

#### RELATÓRIO

Nº 4, de 1968

Da Comissão Mista incumbida de apreciar o veto parcial do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 14, de 1967, que dispõe sobre o efetivo do Corpo de Oficiais da Ativa da Força Aérea Brasileira em tempo de paz.

Relator: Deputado Alípio de Carvalho.

O Senhor Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 62, § 1º, 83, III, da Constituição, resolveu negar sanção, parcialmente, ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 14, de 1967, que dispõe sobre o efetivo do Corpo de Oficiais da Ativa da Força Aérea Brasileira em tempo de paz, por considerá-lo contrário ao interesse público.

#### O PROJETO (ORIGEM E RAZÕES)

A proposição teve sua origem na Mensagem nº 713, de 1967, do Poder Executivo, destinando-se à fixação do efetivo do Corpo de Oficiais da Ativa da Força Aérea Brasileira em tempo de paz.

Esclarece a referida Mensagem que "o reajustamento dos efetivos do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, embora tardiamente, visa a corrigir um desequilíbrio prejudicial e virá complementar as disposições da Lei nº 4.653, de 1965, que autorizou a ampliação, imperativa à época do efetivo de praças".

O Congresso Nacional decidiu de pronunciar-se sobre a matéria, no prazo estipulado no § 3º do artigo 54 da Constituição do Brasil.

#### O VETO

O veto do Senhor Presidente da República incidiu no seguinte dispositivo:

"Art. 2º Na situação abaixo, para efeito desta Lei, serão considerados incluídos no Corpo de Oficiais, ou Oficiais e Aspirantes a Oficial da Reserva não remunerada, convocados para o serviço ativo na fôrma da legislação vigente, em número variável, não superior aos claros a preencher nos respectivos Quadros".

#### RAZÕES DO VETO

O Senhor Presidente da República fundamenta o seu voto nas seguintes razões:

"As disposições do referido artigo tratam da convocação para o serviço ativo, de oficiais e aspirantes a oficial da Reserva não remunerada. O assunto em tela, pelas implicações na organização militar, deve ser equacionado com amplitude bastante para assegurar a eficiente formação do pessoal da reserva.

"A experiência indica que seria melhor seguir o mesmo critério dos outros ramos das Forças Armadas (Marinha de Guerra e Exército), que possuem leis específicas regulando a matéria.

"Acresce ainda, que o Projeto de Lei em tela dispõe sobre o efetivo do Corpo de Oficiais da Ativa, não sendo pertinente, pois, o assunto contido no referido artigo 2º".

#### CONCLUSÃO

O veto parcial do Senhor Presidente da República ao presente projeto de lei foi aposto em tempo hábil e fundamentado na Constituição Federal, estando o Congresso Nacional, diante do exposto, habilitado a apreciá-lo convenientemente.

Sala das Comissões, em 14 de março de 1968. — Ney Braga, Presidente. — Alípio de Carvalho, Relator. — Eurico Rezende. — Edmundo Levi. — Garcia Neto. — Amaury Kruei.

#### COMISSÃO MISTA

Incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei nº 13, de 1967 (CN), que "cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) e dá outras providências".

#### ATA DA 1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA NO DIA 14 DE MARÇO DE 1968

As onze horas do dia quatorze de março de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala das Comissões, presentes os Senhores Senadores Filinto Müller, José Feliciano e Adalberto Senna e os Senhores Deputados Benedito Ferreira, João Roma e Celestino Filho, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei nº 13, de 1967 (CN), que "cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) e dá outras providências".

Em obediência ao preceito regimental, assume a presidência o Senhor

Senador Adalberto Senna que, declarando instalada a Comissão Mista, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através de escrutínio secreto por cédulas uninominais, previsto no art. 22 do Regimento Comum, convidando o Senhor Deputado Celestino Filho para Escrutinador.

Encerrada a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Filinto Müller — 5 votos  
Deputado Benedito Ferreira — 1 voto;

Para Vice-Presidente:

Senador José Feliciano — 5 votos  
Deputado Celestino Filho — 1 voto.  
O Senhor Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa o Senhor Deputado João Roma Relator da matéria pertinente à Comissão Mista.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Mario Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### ATA DA 2ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 1968

As nove horas do dia quinze de março de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador Filinto Müller, Presidente, presentes os Senhores Senadores José Feliciano e Adalberto Senna e os Senhores Deputados Benedito Ferreira, João Roma e Celestino Filho, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei, número 13, de 1967 (CN), que "cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) e dá outras providências".

Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Deputado João Roma que, na qualidade de Relator, tece considerações consubstanciadas em Relatório circunstanciando a origem e tramitação da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional, bem como as razões alegadas pelo Senhor Presidente para, no uso de suas atribuições constitucionais, apor seu voto ao processamento em tela.

Nenhum dos Srs. Congressistas desejando fazer uso da palavra, o Senhor Presidente determina em regime de votação o Relatório, que é aprovado e assinado pelos presentes.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Mario Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### RELATÓRIO

Nº 5, de 1968

Da Comissão Mista sobre o Veto parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei (CN) nº 13, de 1967, que cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) e dá outras providências.

Relator: Deputado João Roma

No uso das atribuições que lhe conferem os artigos 62, § 1º, e 83, III, da Constituição, o Sr. Presidente da República resolveu vetar, parcialmente, o Projeto de Lei nº 13, de 1967, do Congresso Nacional, que cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) e dá outras providências.

#### I — O PROJETO: ORIGEM E RAZÕES DO DISPOSITIVO VETADO

O projeto é originário do Poder Executivo, tendo sido encaminhado ao Congresso Nacional, com a Mensagem nº 699, de 1967.

O dispositivo vetado, ou seja: o artigo 17 do projeto remetido à sanção, teve origem em emenda (nº 36), de autoria do Deputado Celestino Filho, aprovada pela Comissão Mista que examinou a matéria. As razões aduzidas pelo autor da emenda são as seguintes:

"A Lei nº 4.595 — que criou o Banco Central do Brasil — delegou ao Conselho Monetário Nacional atribuições para dosar os "Depósitos Compulsórios" dos estabelecimentos de crédito do País e, ainda, determinar percentuais que não serão recolhidos, desde que tenham sido reaplicados em financiamentos à agricultura, sob juros favorecidos e outras condições fixadas pelo Conselho Monetário Nacional" (letra c — item XIV, art. 4º).

A emenda segue a orientação da lei que criou o Banco Central do Brasil, que viu na reaplicação daquele depósito em financiamentos um incentivo para o desenvolvimento regional.

A emenda fortalecerá a futura lei, cujo projeto acha-se completamente desprovido do instrumental financeiro, necessário à sua eficácia".

O preceito, objeto do veto presidencial, tem a seguinte redação:

"Art. 17. Os estabelecimentos de crédito com sedes ou agências na Região Centro-Oeste são dispensados do recolhimento de 50% do "Depósito Compulsório" (art. 4º — XIV, Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 — Decreto-lei nº 108, de 17 de janeiro de 1967), desde que apliquem aquelas importâncias em empréstimos para projetos aprovados pela SUDECO".

#### II — O VETO E SUAS RAZÕES

O veto do Sr. Presidente da República, que atingiu o art. 17 do projeto, por considerá-lo contrário ao interesse público e inconstitucional, tem a justificativa os seguintes argumentos expressos na Mensagem nº 803, de 1967:

"A missão de formular a "política da moeda e do crédito" que, dentro de objetivos definidos (art. 3º) e visando ao "progresso econômico e social do País", cometeu a Lei nº 4.593, de 1964, ao Conselho Monetário Nacional exigia, inobjektivamente, que lhe fossem conferidas prerrogativas especiais.

O Poder Legislativo reconheceu aquela indispensabilidade atribuindo-lhe os poderes expressos ao longo dos 31 incisos e 7 parágrafos do art. 4º do mesmo diploma, inclusive o de exercer o controle da reserva bancária, medida imprescindível ao resguardo do "valor interno da moeda", de que se ocupa o inciso II do art. 3º da Lei nº 4.595 e, de resto, a eficácia do planejamento global econômico-financeiro do Governo.

Torna-se, pois, perturbador do desempenho de uma das mais relevantes atribuições do Conselho Monetário Nacional o tratamento singular que o projeto assegura aos estabelecimentos de crédito que atuam na Região Centro-Oeste.

Seja ressaltado, porém, que condições excepcionais de situação geo-econômica, de prioridade de aplicações e de natureza das instituições financeiras, já en-



contram respaldo legislativo em disposições da própria Lei número 4.595, como, pertencente, a faculdade atribuída ao Conselho Monetário Nacional de "adotar percentagens diferentes (de recolhimento compulsório) em função das regiões geo-econômicas" ou ainda a redução de recolhimentos, desde que "reaplicados em financiamentos a agricultura".

Dessa forma, foram adotadas as seguintes medidas no sentido de dispensar tratamento excepcional aos estabelecimentos de crédito com sedes ou agências na Região Centro-Oeste:

a) aos bancos que operam nos Estados de Mato Grosso e Goiás, seja os ali sediados, seja os que neles mantêm dependências, com a Resolução nº 10, baixada desde 26 de novembro de 1965, pelo Banco Central, que reduziu, dentro de índices compatíveis com a política desinflacionária governamental, os recolhimentos compulsórios daqueles estabelecimentos;

b) aos bancos em geral e, pois, aos que atuam na Região Centro-Oeste — de economia predominantemente rural — com a Resolução nº 69, de 22 de setembro próximo passado, do Banco Central, que determina a obrigatoriedade de aplicações em operações típicas de crédito rural efetuadas com produtores (ou suas cooperativas), no montante correspondente a 10% do volume de seus depósitos, estabelecendo-se o recolhimento das somas, em caso de não serem empregadas, ao Banco Central para sua utilização, dentro dos mesmos objetivos, através do FUNAGRI.

Além da necessidade de preservação de instrumento que permite ao Conselho Monetário Nacional traçar, com a flexibilidade e autonomia requeridas, as diretrizes da política monetária nacional, o artigo em questão fere o dispositivo constitucional esculpido no inciso I do artigo 60 da Constituição.

Diante do exposto, julgamos estas as Srs. Congressistas em condições de apreciar o Veto parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei do Congresso nº 13, de 1967.

Sala das omissões, em 15 de março de 1968. — Filinto Müller, Presidente. — João Ramos, Relator. — José Feliciano. — Adalberto Sena. — Benedito Pereira. — Celestino Filho.

### COMISSÃO MISTA

Incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 1967 (nº 456-B-67 na Casa de origem), que "altera dispositivos da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, extingue a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e dá outras providências".

ATA DA 1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 1968.

As onze horas do dia quinze de março de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala das Comissões presentes os Senhores Senadores Carlos Lindenberg, Wilson Gonçalves e José Ermírio e os Senhores Deputados Montenegro Duarte, Haroldo Veloso e Feliciano Figueiredo, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 1967 (nº 456-B-67

na Casa de origem), que "altera dispositivos da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, extingue a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e dá outras providências".

Em obediência ao preceito regimental, assume a presidência o Senhor Senador Carlos Lindenberg, declarando instalada a Comissão Mista determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através do escrutínio secreto por cédulas uninominais, previsto no art. 32 do Regimento Comum, convidando o Senhor Deputado Montenegro Duarte para Escrutinador.

Encerrada a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

	Votos
Senador Wilson Gonçalves ....	5
Deputado Haroldo Veloso .....	1

Para Vice-Presidente:

	Votos
Senador José Ermírio .....	5
Deputado Feliciano Figueiredo .....	1

O Sr. Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa o Senhor Carlos Lindenberg Relator da matéria, pertinente a Comissão Mista.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA DEZOITO DE MARÇO DE 1968.

As nove horas do dia dezoito de março de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador Wilson Gonçalves, Presidente, presentes os Senhores Senadores Carlos Lindenberg e José Ermírio e os Senhores Deputados Haroldo Veloso, Montenegro Duarte e Feliciano Figueiredo, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 1967 (nº 456-B-67 na Casa de origem), que "altera dispositivos da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, extingue a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e dá outras providências".

Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Carlos Lindenberg, que, na qualidade de Relator, tece considerações e substanciações em Relatório circunstanciando a origem e tramitação da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional, bem como as razões alegadas pelo Sr. Presidente para, no uso de suas atribuições constitucionais, apor seu veto ao processado em tela.

Nenhum dos Srs. Congressistas desejando fazer uso da palavra, o Senhor Presidente determina em regime de votação o Relatório, que é aprovado e assinado pelos presentes.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

### RELATÓRIO

Nº 6, de 1968

Da Comissão Mista, incumbida de relatar o veto presidencial ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 1967 (nº 456-B-67 na Casa de origem), que altera dispositivos da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e dá outras providências.

Relator: Senador Carlos Lindenberg.

O Senhor Presidente da República, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 62, § 1º, e 83, III, da Constituição, resolveu vetar, parcialmente o projeto de lei da Câmara nº 456-B-67 (nº 103-67, no Senado), que altera dispositivo da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e dá outras providências.

ORIGEM E RAZÃO DO PROJETO

O Projeto sobre o qual incidir o veto é originário do Poder Executivo (Mensagem nº 532, de 1937) e tem por objetivo, conforme afirma, em Exposição de Motivos, o Senador Ministro de Estado do Interior, adaptar a estrutura organizacional da SUDAM às linhas mestras que inspiraram a SUDENE.

Na referida Exposição de Motivos são arroladas as seguintes razões:

"A modalidade simplesmente opinativa em que se constituiu, na Lei, o Conselho de Desenvolvimento (CODAM), implica, na verdade, privar o órgão de desenvolvimento regional da Amazônia, de positiva contribuição, ao contexto de sua atuação, de novos ângulos de experiência e visão, da defesa dos legítimos interesses locais, de propiciamento de intercâmbio e da integração, e da formação de uma consciência de desenvolvimento regional.

Restam, assim, inaproveitadas as potencialidades implícitas na composição do Conselho de Desenvolvimento, haja vista que, pelas condições já referidas, deveria caber-lhe a função de órgão deliberativo de alto nível do ponto de vista político-administrativo, dotado que é das perspectivas da política de desenvolvimento na área interessada.

Ocorre entretanto que, na forma da Lei nº 5.173-66, o desempenho dessas funções de alto nível e a fixação de políticas e de objetivos foram atribuídas ao Conselho Técnico da autarquia, órgão que pela composição, hierarquia e destinação intrínseca teria um sentido mais consensual de órgão consultivo e técnico, restrito à mecânica interna do organismo autárquico. Nos moldes em que está na Lei, é o Conselho Técnico um órgão hipertrofiado e mal colocado. É ainda mais, desnecessário, pois redistribuídas racionalmente as funções, as suas caberiam bem em simples unidades de assessoramento técnico à Superintendência.

Ora, Senhor Presidente, o objetivo do anteprojeto submetendo à sua alta consideração é promover a retificação da incoerência de estrutura, a adequação do órgão e da função, de potencialidades e de fim. E, ainda, o de revigorar na estrutura da SUDAM as linhas do modelo, que é a SUDENE, atribuindo ao Conselho composição semelhante, um

correspondente elenco de competência, e, no mesmo sentido, e com maior adequação, conferir ao órgão a denominação de "Conselho Deliberativo".

### O VETO E SUAS RAZÕES

O Senhor Presidente da República, no entanto, conforme consta da Mensagem nº 831, de 1963, resolveu vetar alguns dispositivos da proposição, todos originários do substitutivo da Comissão de Valorização da Amazônia, da Câmara dos Deputados.

O veto incidir sobre as seguintes partes mencionadas no art. 1º, a saber:

I) No art. 14, a alínea "a", que dispõe:

"Art. 14. Compete ao Conselho Deliberativo

a) opinar sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e as suas revisões anuais e encaminhá-las à aprovação do Congresso Nacional, por intermédio do Poder Executivo, no primeiro trimestre do ano".

O veto considerou o dispositivo supracitado contrário ao interesse público, pelas seguintes razões:

"A alteração proposta contraria os princípios básicos da Administração Pública, dificultando a continuidade do planejamento, ao submeter à alta apreciação do Congresso Nacional as revisões anuais do Plano que podem ser alterações meramente adjetivas ou de pura avaliação dos resultados de execução, tornando a medida meramente protelatória e desnecessária, o que redundaria em penalidade do controle que compete ao Tribunal de Contas da União.

Na conjuntura da Reforma Administrativa (Decreto-lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967) foram traçadas normas para a Supervisão Ministerial à Administração Indireta (Artigos 25, 26, 27, 28, 95 e 178) que o disposto na alínea "a" do artigo 14, na forma em que foi alterada, viria tornar inócuos e inoperantes aqueles princípios".

II — O parágrafo 2º do artigo 43, que dispõe:

"Art. 43. ....  
§ 2º O pessoal da SUDAM, exceto o técnico especializado, será admitido mediante prova pública de habilitação".

O veto considerou o dispositivo supracitado contrário ao interesse público e inconstitucional, pelas seguintes razões:

"Sobre ser matéria constitucional (artigo 95, § 1º), a admissão para a Administração Federal exige, sem exceção, a prévia habilitação em concurso.

Por outro lado, a Constituição, art. 104, determina seja aplicada a Legislação Trabalhista aos contratados para a natureza técnica ou especializada, no que foi seguida pela Reforma Administrativa (Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 — artigos 96, 97 e 124).

Também, a Lei nº 5.117, de 27 de setembro de 1966, normativa para toda e qualquer nomeação para os Quadros de Pessoal da União, dos órgãos autônomos, das autarquias, entidades estatais e paraestatais, exige a prévia habilitação em concurso para as admissões, preceito que foi encampado pelo artigo 102, do citado Decreto-lei nº 200.

Destarte, vê-se que é exuberante a Legislação pertinente ao caso, sendo, por isso, desnecessária a menção de tal norma, que, nos termos em que foi redigida, abre precedente para nomeação de

pessoal técnico e especializado, contrária ao interesse da Administração Federal e ao disposto no artigo 124, do Decreto-lei nº 200 referido".

### CONCLUSÃO

Diante do exposto, julgamos estarem os Senhores Congressistas habilitados para apreciar o veto presidencial após a alguns dispositivos do Projeto de Lei da Câmara número 456-B-67 (nº 103-67, no Senado). Sala das Comissões, 18 de março de 1968. — *Wilson Gonçalves, Presidente.* — *Carlos Lindenberg, Relator.* — *José Ermírio.* — *Montenegro Duarte.* — *Haroldo Veloso.* — *Feliciano Figueiredo.*

### COMISSÃO MISTA

*Incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei do Senado nº 51, de 1965 (nº 3.619-A-66 na Câmara), que "amplia vantagens constantes do artigo 180 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952".*

ATA DA 1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 1968.

As quatorze horas do dia quinze de março de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala das Comissões, presentes os Senhores Senadores Menezes Pimentel, José Leite e Arthur Virgílio e os Senhores Deputados José Saly, Vicente Augusto e Erasmo Martins Pedro, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei do Senado número 51, de 1965 (nº 3.619-A-66 na Câmara), que "amplia vantagens constantes do art. 180 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952".

Em obediência ao preceito regimental, assume a presidência o Senhor Senador Arthur Virgílio que, declarando instalada a Comissão Mista, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através de escrutínio secreto por cédulas uninominais, previsto no art. 32 do Regimento Comum, convidando o Senhor Deputado José Saly para Escrutinador.

Encerrada a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Menezes Pimentel	Votos
Deputado Vicente Augusto	5
	1

Para Vice-Presidente:

Senador José Leite	Votos
Deputado José Saly	5
	1

O Sr. Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa o Senhor Erasmo Martins Pedro Relator da matéria pertinente à Comissão Mista.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE MARÇO DE 1968.

As onze horas do dia dezoito de março de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador Menezes Pimentel, Presidente, presentes os Senhores Senadores José Leite, e Arthur Virgílio e os Deputados José Saly, Vicente Augusto e Erasmo Martins Pedro, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei do Senado nº 51, de 1965 (nº 3.619-A-66 na Câmara), que "amplia vantagens constantes do art. 180 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952".

Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Deputado Erasmo Martins Pedro que, na qualidade de Relator, tece considerações consubstanciadas em Relatório circunstanciando a origem e tramitação da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional, bem como as razões alegadas pelo Senhor Presidente para, no uso de suas atribuições constitucionais, apor seu veto ao processado em tela.

Nenhum dos Srs. Congressistas desejando fazer uso da palavra, o Senhor Presidente determina em regime de votação o Relatório, que é aprovado e assinado pelos presentes. Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

### RELATÓRIO

Nº 7, de 1968

Da Comissão Mista, incumbida de apreciar o veto parcial do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 3.619-66 (nº 51-65, no Senado) que altera o artigo 79 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União).

Relator: Dep. Erasmo Martins Pedro.

O Senhor Presidente da República, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 62, § 1º e 83, III, da Constituição, resolveu vetar, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 3.619-66 (número 51-65, no Senado), que altera o artigo 79 da Lei nº 1.711, de 28 de dezembro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos da União).

### ORIGEM E RAZÕES DO PROJETO

O Projeto é da autoria do Ilustre Senador Rui Palmeira que, em sua justificação, afirma o seguinte:

"Várias leis têm sido elaboradas por este Congresso, com a finalidade de amparo social. Esta será uma lei que aprovada evidenciará mais uma vez o sentido humano do pensamento desta Ilustre Casa. O atual Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, em seu art. 180, ampara os servidores da União que tenham mais de 35 anos de serviço público e hajam exercido cargo em comissão ou função gratificada há mais de cinco ou dez anos. Entretanto, aquela Lei esqueceu os funcionários que têm os mesmos encargos mas que, por uma fatalidade, são acometidos das doenças especificadas e obrigatoriamente são recolhidos à aposentadoria".

### O VETO E SUAS RAZÕES

O Senhor Presidente da República, no entanto, conforme consta da Mensagem nº 832, de 1968, resolveu vetar, por considerá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, o parágrafo único que seria acrescentado pelo artigo 1º do Projeto ao artigo 79 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, dispondo o seguinte:

"Parágrafo único. A licença prevista no inciso XIII será considerada como de efetivo exercício apenas no que se refere à concessão das vantagens consignadas no artigo 100 desta Lei".

Este dispositivo é originário da Comissão de Redação Final do Senado que "atendendo à melhor técnica legislativa", desdobrou o art. 1º em duas partes, "sem, contudo, alterar a substância". Sendo que a segunda, tornou-se o dispositivo vetado.

Nas razões do veto, o Senhor Presidente da República alega o seguinte:

"O dispositivo visa à contagem de tempo apenas para efeito do artigo 180 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, que concede vantagens excepcionais na inatividade, o que o tornaria incompatível com a norma inscrita no § 3º do artigo 101 da Constituição.

Tal discriminação é contrária aos interesses da Administração por determinar a contagem de tempo apenas para efeito de aposentadoria, com vantagens financeiras do cargo em comissão ou da função gratificada. Assim, o aludido período de licença não seria considerado tempo de serviço para fins mais razoáveis e acessíveis a maior número de servidores que padecessem das mesmas doenças.

De acordo, pois, com os salutaros preceitos de justiça, e ampliando mesmo o propósito do legislador, nego sanção ao questionado parágrafo único, com o do período de licença especifica objetivo de admitir a contagem para todos os efeitos e não apenas para fins de aposentadoria privilegiada".

### CONCLUSÃO

Diante do exposto, julgamos estarem os senhores Congressistas habilitados para apreciar o veto presidencial ao projeto de Lei da Câmara nº 3.619-66 (nº 51-65, no Senado).

Sala das Comissões, em 18 de março de 1968. — *Erasmo Martins Pedro, Relator.* — *José Leite.* — *Arthur Virgílio.* — *José Saly.* — *Vicente Augusto.*

### COMISSÃO MISTA

*Incumbida de apreciar o Veto Total do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara número 125 de 1967 (nº 35-B-67 na Casa de origem), que "inclui, nas entidades consignatárias a que se refere o art. 171, da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, o Clube de Oficiais da Reserva e Reformados da Marinha e a Associação de Taifeiros da Armada e Clube Beneficente dos Sargentos da Marinha".*

ATA DA 1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 1968.

As dezesseis horas do dia quinze de março de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala das Comissões, presentes os Senhores Senadores Paulo Torres, José Guimard e Oscar Passos e os Senhores Deputados Arruda Câmara, Luiz Cavalcanti e Bernardo Cabral, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Total do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 1967 (nº 35-B-67 na Casa de origem), que "inclui, nas entidades consignatárias a que se refere o art. 171, da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, o Clube de Oficiais da Reserva e Reformados da Marinha e a Associação de Taifeiros da Armada e Clube Beneficente dos Sargentos da Marinha".

Em obediência ao preceito regimental, assume a presidência o Senhor Deputado Arruda Câmara que, declarando instalada a Comissão Mista, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através de escrutínio secreto por cédulas uninominais, previsto no art. 32 do Regimento Comum, convidando o Senhor Deputado Luiz Cavalcanti para Escrutinador.

Encerrada a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Bernardo Cabral	Votos
Senador Oscar Passos	5
	1

Para Vice-Presidente:

Senador José Guimard	Votos
Deputado Luiz Cavalcanti	5
	1

O Sr. Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa o Senhor Erasmo Martins Pedro Relator da matéria pertinente à Comissão Mista.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE MARÇO DE 1968.

As quatorze horas do dia dezoito de março de mil novecentos e sessenta e oito, sob a Presidência do Senhor Bernardo Cabral, Presidente, presentes os Senhores Senadores Paulo Torres, José Guimard e Oscar Passos e os Deputados Arruda Câmara e Luiz Cavalcanti, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Total do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei nº 125, de 1967 (nº 35-B-67 na Casa de origem), que "inclui, nas entidades consignatárias a que se refere o art. 171, da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, o Clube de Oficiais da Reserva e Reformados da Marinha e a Associação de Taifeiros da Armada e Clube Beneficente dos Sargentos da Marinha".

Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Paulo Torres que, na qualidade de Relator, tece considerações consubstanciadas em Relatório circunstanciando a origem e tramitação da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional, bem como as razões alegadas pelo Sr. Presidente para, no uso de suas atribuições constitucionais, apor seu veto ao processado em tela.

Nenhum dos Srs. Congressistas desejando fazer uso da palavra, o Senhor Presidente determina em regime de votação o Relatório, que é aprovado e assinado pelos presentes.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

### RELATÓRIO

Nº 8, de 1968

Da Comissão Mista, incumbida de apreciar o veto presidencial ao Projeto de Lei da Câmara nº 35-B, de 1967 (nº 125-67 no Senado), que "inclui, nas entidades consignatárias a que se refere o art. 171 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, o Clube de Oficiais da Reserva e Reformados da Marinha e a Associação de Taifeiros da Armada e Clube Beneficente dos Sargentos da Marinha".

Relator: Senador Paulo Torres

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 62, § 1º, 83, item III, da Constituição o Senhor Presidente da República houve por bem vetar, totalmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 35-B, de 1967 (nº 125-67 no Senado), que inclui, nas entidades consignatárias a que se refere o art. 171 da Lei número 4.328, de 30 de abril de 1964, o Clube de Oficiais da Reserva e Reformados da Marinha e a Associação de Taifeiros da Armada e Clube Beneficente dos Sargentos da Marinha.

# TEMPESTIVIDADE

O veto presidencial obedeceu o decêdo o estabelecido no artigo 62, § 1º, da Constituição.

## ORIGEM E RAZÃO DO PROJETO

O projeto é originário da Câmara dos Deputados, onde foi apresentado pelo Deputado Jamil Amidem.

O Autor, em sua justificativa, após ressaltar os relevantes serviços prestados pelo Clube de Oficiais da Reserva e Reformados da Marinha (CORRM) aos seus filiados, informa:

"Na elaboração do atual Código de Vencimentos dos Militares, ficaram à margem da consagração em folha de pagamento, os Clubes Beneficentes de Sargentos da Marinha e de Taifeiros da Armada, que, entretanto, estão consignando, a título precário, por concessão especial do atual Ministro da Marinha na forma do seu Aviso MM número 0601, de abril de 1955, isto é, há dois anos aproximadamente; tal como acontece com os demais clubes navais, a entidade que congrega oficiais da reserva e reformados, necessita do mesmo tratamento.

A proposição não acarretará dificuldades, tão-pouco aumento de despesa, pois trata, apenas, de consagração de mensalidades.

Para manter e cumprir o seu extenso programa, não inclui a aquisição da sede-própria em construção, no Edifício Quatrocentão, na Avenida Passos número 122 - Rio, G.B., o Clube de Oficiais da Reserva e Reformados da Marinha necessita de consagração em folha de pagamento, objeto deste Projeto, tendo em vista o que prescreve o CVM (Lei número 4.328, de 1964), e tal como acontece com os Clubes Militar, Naval e de Aeronáutica, o C. O. R. R. M. credencia-se como um órgão capaz de congregar os oficiais inativos do Ministério da Marinha, oriundos de sargentos e suboficiais, sendo a consagração em folha de pagamento a moeda principal da vivência e da manutenção dos benefícios e demais compromissos, em tempo hábil, aos seus associados e suas famílias".

## TRAMITAÇÃO DO PROJETO

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi objeto de estudos por parte das Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Nacional e de Finanças, que opinaram pela sua aprovação, tendo esta última apresentado emenda editiva ao artigo 1º, incluindo no benefício a Associação de Taifeiros da Armada e Clubes Beneficentes dos Sargentos da Marinha, aprovado pelo Plenário, juntamente com o Projeto.

No Senado, a matéria obteve pareceres favoráveis das Comissões de Segurança Nacional e de Finanças. Após a aprovação pelo Plenário, a proposição foi, finalmente, encaminhada à sanção presidencial.

## O VETO E SUAS RAZÕES

O Senhor Presidente da República, no entanto, resolveu vetar, totalmente, o projeto, por considerá-lo contrário ao interesse público pelas razões constantes da Mensagem Presidencial nº 67, de 1963, a saber:

"Ao negar sanção ao Projeto de Lei da Câmara nº 3.227 (no Senado nº 60-67), destaquiei "que as entidades previstas no projeto de lei em questão, ainda que mereçam apoio, passariam a transferir, se sancionada a proposição, para a Administração Federal, encargos que devem ser seus, sobrecarregando ainda mais os órgãos estatais encarregados de efetuar o pagamento pessoal dos servidores públicos civis e militares".

E frizei, ainda, na ocasião, "que a experiência tem demonstrado que as contribuições mensais devem ser recebidas pelas próprias entidades assistenciais. É indispensável, para isso, que elas se organizem devidamente, deixando de transferir tais ônus para os órgãos da Administração Federal". Aduzi também que "constitui fato comprovado que o recolhimento de contribuições, a favor de entidades assistenciais, está constantemente sujeito a atrasos prejudicando a eficiência de seus serviços assistenciais, pela falta de numerário no momento devido, para as aquisições mais indispensáveis (medicamentos, aparelhos, equipamentos, etc.)".

As organizações militares estão bastante sobrecarregadas com tais encargos, pois, além das entidades consignatárias relacionadas no art. 5º da Lei nº 1.016, de 20 de janeiro de 1950, inúmeras outras constam do art. 171 da Lei número 4.328, de 30 de abril de 1964.

Por outro lado, releva considerar que as entidades contempladas no referido Projeto de Lei nº 35-B-67 têm suas equivalentes no art. 171 da Lei nº 4.328, de 1964, já mencionada, não havendo razões para que se estimule, com o apoio que a consagração em folha representa, a proliferação de associações congregando os mesmos grupos de entidades, com o consequente enfraquecimento de todas elas.

Acresce, ainda, que o Código de Vencimentos dos Militares está em fase de revisão, oportunidade adequada para um exame criterioso do assunto".

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, julgamos encontrar-se o Congresso Nacional habilitado a anular o veto presidencial ao Projeto de Lei da Câmara nº número 35-B, de 1937 (nº 125-67 no Senado).

Sala das Comissões, 18 de março de 1968. — *Bernardo Cabral*, Presidente; *Paulo Torres*, Relator; *Oscar Passos*; *Arruda Câmara*; *Luiz Cavalcanti* e *José Gutomard*.

Brasília, 15 de março de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

## COMISSÃO MISTA

*Incumbida de apreciar o Veto Total do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº número 139, de 1937 (nº 80-B-67, na Casa de origem), que "dá nova redação ao parágrafo único do art. 20 da Lei nº 3.765, de maio de 1960, que dispõe sobre as pensões militares".*

ATA DA 1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 1968.

As dezessete horas e cinquenta minutos do dia quinze de março de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala das Comissões, presentes os Senhores Senadores Mello Braga, Clodomir Millet e Argemiro de Figueiredo e os Deputados Augusto Franco, Agostinho Rodrigues e Ney Ferreira, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Total do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 1967 (nº 80-B-67 na Casa de origem), que "dá nova redação ao parágrafo único do art. 20 da Lei número 3.765, de maio de 1960, que dispõe sobre as pensões militares".

Em obediência ao preceito regimental, assume a presidência o Senhor Senador Clodomir Millet que, declarando instalada a Comissão Mista, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através de escrutínio secreto por cédulas uninominais, previsto no art. 32 do Regi-

mento Comum, convidando o Senhor Deputado Agostinho Rodrigues para Escrutinador.

Encerrada a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:	Votos
Senador Argemiro de Figueiredo .....	5
Deputado Agostinho Rodrigues .....	1

Para Vice-Presidente:	Votos
Deputado Augusto Franco ....	5
Deputado Ney Ferreira .....	1

O Sr. Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa o Senhor Erasmo Martins Pedro Relator da matéria pertinente à Constituição Mista.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE MARÇO DE 1968

As dezessete horas do dia dezoito de março de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador Argemiro de Figueiredo, presentes os Senhores Senadores Mello Braga e Clodomir Millet e os Senhores Deputados Augusto Franco, Agostinho Rodrigues e Ney Ferreira, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Total do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 1937 (número 80-B-67 na Casa de origem), que "dá nova redação ao parágrafo único do art. 20 da Lei nº 3.765, de maio de 1960, que dispõe sobre as pensões militares".

Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Mello Braga que, na qualidade de Relator, tece considerações consubstanciadas em Relatório circunstanciando a origem e tramitação da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional, bem como as razões alegadas pelo Senhor Presidente para, no uso de suas atribuições constitucionais, apor seu voto ao processo em tela.

Nenhum dos Srs. Congressistas desejando fazer uso da palavra, o Senhor Presidente determina em regime de votação o Relatório, que é aprovado e assinado pelos presentes.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

## RELATÓRIO

Nº 9, de 1968

*Da Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Presidencial ao Projeto de Lei da Câmara nº 80-B de 1937 (nº 139-67 no Senado), que dispõe sobre as pensões militares. Relator: Senador Mello Braga*

De acordo com o disposto nos artigos 62, § 1º, 83, item III, da Constituição, o Senhor Presidente da República houve por bem vetar parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 80-B-67 (no Senado Federal número 139, de 1967) que dá nova redação ao parágrafo único do artigo 20 da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960 (Lei das Pensões Militares).

## TEMPESTIVIDADE

Foi obedecido, para a apresentação do veto presidencial, o decêdo instituído pelo artigo 62, § 1º, da Constituição.

## ORIGEM E RAZÃO DO PROJETO

O projeto é originário da Câmara dos Deputados, onde foi apresentado pelo Deputado Jamil Amidem.

O Autor, em sua justificativa, esclarece:

"A proposição, ao dar nova redação ao parágrafo único do artigo 20, da Lei nº 3.765-60, visa o amparo das famílias das praças, contribuintes obrigatórias da pensão militar, na forma do art. 1º, que são expulsas, ou demitidas ou, ainda, licenciadas por força de um dos Atos Institucionais (1964-65), por disposição legal ou decisão de autoridade competente, concedendo a pensão correspondente quota mensal descontada.

Decorridos três anos da revolução de 1964 e sem que o Governo passado tenha tomado qualquer medida para amparar as famílias dos sub-tenentes, sargentos e demais praças, expulsos ou demitidos ou, ainda, licenciados, desde abril de 1964, que não deixaram a pensão que descontaram durante vários anos, por não contarem os dez anos exigidos naquele dispositivo.

Afirma, ainda, em defesa de sua tese, o seguinte:

"A medida vinha sendo aplicada às praças, de sub-tenente, ou suboficial até soldado da marinha, proveniente do Decreto-lei nº 196, de 22 de janeiro de 1933, regulamentado pelo Decreto número 3.625, de 6 de fevereiro de 1933".

Mais adiante, alega o Autor:

"A atual Lei de Pensões Militares, ao acolher a jus a medida, entretanto, introduziu a exigência de 10 anos de serviço para que as praças de pré pudessem amparar seus dependentes, ato injusto, porque após 2 anos de serviço, aqueles subalternos passam a contribuir, obrigatoriamente, para a pensão, mediante desconto em folha de pagamento, de dois dias de soldo".

O Autor conclui afirmando:

"O Projeto não acarretará aumento de despesa, porque a pensão militar é autônoma, sendo paga com o montante das contribuições, obrigatórias a facultativas, e tem a finalidade de restabelecer a igualdade de tratamento às praças expulsas, demitidas ou licenciadas por motivos idênticos".

## TRAMITAÇÃO DO PROJETO

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi objeto de estudos por parte das Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e de Segurança Nacional que opinaram favoravelmente a mesma tendo esta última apresentado um substitutivo ao Projeto que foi aprovado naquela Casa.

No Senado a proposição foi aprovada sem alterações tendo sido finalmente encaminhada à sanção presidencial.

## O VETO E SUAS RAZÕES

O Senhor Presidente da República no entanto resolveu vetar o projeto totalmente, por considerá-lo contrário aos interesses nacionais com base nas razões constantes da Mensagem Presidencial nº 68-63 (Mensagem nº 56-68 — Senado Federal) a saber:

"O prazo de dez anos de serviço que a Lei das Pensões Militares prevê para que os herdeiros das praças expulsas possam fazer jus à respectiva pensão, decorre do conceito de estabilidade a que as mesmas estão sujeitas, na conformidade das leis e regulamentos vigentes na Marinha de Guerra, no Exército e na Aeronáutica Militar.



É fundamental para as Forças Armadas que a disciplina e o respeito à hierarquia sejam mantidos em todas as circunstâncias. A redução do referido prazo poderá possibilitar que uma praça, com apenas cinco anos de serviço, indiferente a essa disciplina, proveja, a sua própria expulsão, certa de que os seus herdeiros ficarão habilitados a um amparo do Estado.

Convém, pois, que seja mantida a vinculação dos conceitos de "direito à pensão" e de "estabilidade" a fim de que não haja, no futuro, repercussões disciplinares desfavoráveis.

O projeto de lei em questão tem, certamente, a mesma motivação que levou o Poder Executivo a enviar mensagem ao Congresso Nacional, com projeto de lei, propondo a concessão de pensão especial aos beneficiários dos servidores públicos. O qual se transformou na Lei nº 4.636, de 2 de julho de 1965.

Por essa lei, no entanto, são beneficiados os herdeiros dos servidores que, a 9 de abril de 1964 de 1964, atingidos pelo Ato Institucional nº 1, estavam com a sua estabilidade assegurada.

O projeto de lei em causa, estendendo o benefício da pensão a tucionais, não estabelece, contudo, atingidos pelas atos Instituído, como o fez a Lei nº 4.636, de 1965, a ressalva de que "cessam automaticamente os benefícios desta lei desde que o servidor ou empregado venham a exercer qualquer cargo público ou emprego em Sociedade de Economia Mista, ou de que "os benefícios desta Lei não poderão ser acumulados com vencimentos, proventos ou pensão outra do Poder Público, ressalvado o direito de optar, (artigo 3º e 7º) ou ainda de que

"os beneficiários, civis ou militares, que continuam a perceber, por qualquer modo do Tesouro Nacional ou dos Institutos de Previdência, não farão jus à pensão especial instituída por esta lei".

Como se vê, transformada a proposição em lei, surgirá tratamento desigual entre ex-servidores públicos e ex-militares, pois em nenhuma restrição faz quanto à possibilidade de vir ex-militar, expulso, a obter emprego Mista, com o que passa a ter o mesmo em Sociedade de Economia Mista.

Acresce ainda que aos beneficiários dos ex-servidores civis foi concedida uma pensão especial, quanto que o projeto em tela pretende alterar uma Lei de caráter geral, como o é a Lei número 3.765, de 4 de maio de 1960, para nela introduzir dispositivo particularizando situações pessoais do ex-integrantes das Forças Armadas.

Leve-se também em consideração que, sendo o referido projeto de lei sancionado, novas reivindicações poderão ser apresentadas, ensejando benefício idêntico às praças que contém pouco menos de cinco anos de serviço, posto em questão novamente o prazo crítico de habilitação às pensões.

#### CONCLUSÃO

Diante do exposto, julgamos encontrar-se o Congresso Nacional devidamente habilitado a apreciar o veto presidencial ao Projeto de Lei da Câmara nº SC-B-1967 (nº 139, de 1967, no Senado).

Sala das Comissões, em 18 de março de 1968. — Argemiro de Figueiredo, Presidente; Mello Braga, Relator; Augusto Franco; Agostinho Rodrigues; Ney Ferreira e Clodomir Millet.

os recibos de 1957, correspondentes a recolhimentos efetuados em 1957 nos Estados da Guanabara, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, exclusiva a cidade de São Paulo.

Por outro lado o parágrafo 4º do referido preceito legal determina expressamente que "a não utilização dos recibos na forma e nos prazos previstos neste artigo importará em preferência do direito de restituição do adicional".

Estando a vigência daqueles dispositivos depejados da publicação do respectivo Regulamento, na forma do artigo 13, o que até agora não ocorreu, cabe reafirmar para evitar maiores prejuízos aos contribuintes, permitindo a utilização, em 1968, dos recibos que prescreveriam em 1967.

Fato semelhante ocorre com o Empréstimo Compulsório cujo resgate, até a presente data, não foi regulamentado, ficando assim superada a disposição do artigo 4º do Decreto-lei nº 238, de 28 de fevereiro de 1967.

No intuito de facilitar aos contribuintes a imediata liberação do Empréstimo, o incluso projeto modifica a redação daquele dispositivo legal para instituir o resgate sob a forma de compensação, com o imposto de renda devido no exercício de 1968, sempre que o subscritor do empréstimo seja contribuinte do imposto de renda.

Ressalta do exposto que o Decreto-lei 263 de 28 de fevereiro de 1967, permitiu aos contribuintes portadores de adicional restituível do imposto de renda utilizá-los como forma de pagamento da referido imposto a partir do exercício financeiro de 1967. Tal restituição, entretanto, deveria ser regulamentada, "ex vi" do art. 13 do mencionado decreto, até 1967, prazo dentro do qual ficaria prescrito o direito de restituição do adicional. O mesmo ocorreu, *mutatis mutandis*, com o Decreto-lei nº 238, de 28 de fevereiro de 1967, pois até a presente data não foi regulamentado o resgate do Empréstimo Compulsório referido no art. 4º, letra "b" do citado diploma.

O decreto cuja modificação se pede ao Congresso visa a corrigir as citadas anomalias, acobertando o legítimo interesse dos contribuintes.

Somos, assim, pela aprovação do Projeto sob exame, por concordarmos com os seus objetivos.

Sala das Comissões, 15 de março de 1968. — Argemiro de Figueiredo, Presidente. — Pessoa de Queiroz, Relator. — Fernando Corrêa — Leandro Maciel — Júlio Leite — José Leite — José Ermírio — Oscar Passos — Clodomir Millet.

#### Parecer nº 197, de 1968

Da Comissão de Segurança Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1963 que aprova o Decreto-lei nº 348, de 1 de janeiro de 1968, que dispõe sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional e dá outras providências. Relator: Senador Paulo Torres.

Na forma do parágrafo único do artigo 58, da Constituição, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 348, de 4 de janeiro de 1968, que dispõe sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional e dá outras providências. A Mensagem Presidencial se faz acompanhar de Exposição de Motivos do Senhor Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, que justifica a necessidade e conveniência

do Decreto-lei em questão, da seguintes forma:

"A Constituição de 1967, em seus artigos 90 e 91, fixa em linhas gerais a organização, competência e funcionamento do Conselho de Segurança Nacional e o Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal e estabelece diretrizes para a reforma administrativa, por sua vez, além de detalhar a sua composição, determina que ele é convocado pelo Presidente da República, dispõe de uma Secretaria-Geral como órgão de estudo, planejamento e coordenação e conta com a cooperação da Comissão Especial da Faixa de Fronteira e das Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios Civis como órgãos complementares.

Cabe ressaltar que pelo aludido projeto de decreto-lei, em que foram mantidas as disposições da Reforma Administrativa, a Comissão Especial de Faixa de Fronteira voltará à supervisão da Presidência da República, evitando-se, assim, o inconveniente de um órgão, presidido pelo próprio Chefe do Gabinete Militar e Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, ser subordinado ao Ministro do Interior, conforme a Lei nº 4.344, de 21 de junho de 1964.

Assim, considerando que além da determinação constitucional, já mencionada, os diplomas legais que atualmente regem o Conselho de Segurança Nacional são os Decretos-leis números 9.775 e 9.775-A, Reservado, de 6 de setembro de 1964, que estão, portanto, desatualizados, não mais atendendo as necessidades do órgão.

Considerando que na elaboração do projeto de decreto-lei anexo foram observadas as disposições vigentes da Lei nº 2.597, de 12 de dezembro de 1955 que dispõe sobre zonas indispensáveis à defesa do País; e dos Decretos ns. 21.702, de 22 de agosto de 1946, que dispõe sobre os serviços da Presidência da República, 60.636, de 26 de abril de 1967, que dispõe sobre medidas relacionadas com a implantação da Reforma Administrativa; e Decreto nº 60.940, de 4 de julho de 1967, que transforma em Divisão de Segurança e Informações as então Seções de Segurança Nacional dos Ministérios Civis.

A atual Constituição no Capítulo VII — Do Poder Executivo — Seção V da Segurança Nacional, determina: "Art. 8 Toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei".

Art. 90. O Conselho de Segurança Nacional destina-se a assessorar o Presidente da República na formulação e na conduta da segurança nacional.

§ 1º O Conselho compõe-se do Presidente e do Vice-Presidente da República e de todos os Ministros de Estado.

§ 2º A lei regulará a organização, competência e o funcionamento do Conselho e poderá admitir outros membros natos ou eventuais.

Art. 91. Compete ao Conselho de Segurança Nacional:

I) o estudo dos problemas relativos à segurança nacional com a cooperação dos órgãos de informação e dos incumbidos de preparar a mobilização nacional e as operações militares;

II) nas áreas indispensáveis à segurança nacional, dar assentimento prévio para:

a) concessão de terras, aberturas de vias de transporte e instalação de meios de comunicações;

b) construção de portos e estradas internacionais e campos de pouso;

c) estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à segurança nacional;

III) modificar ou cassar as concessões ou autorizações referidas no item anterior.

## SENADO FEDERAL

ATA DA 16ª SESSÃO, EM 18 DE MARÇO DE 1968

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDENCIA DOS SRS.: AARÃO STEINBRUCH E GUIDO MONDIN.

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Senhores Senadores:

Adalberto Sena  
Menezes Pimentel  
Luiz de Barros  
Ruy Carneiro  
Argemiro de Figueiredo  
Pessoa de Queiroz  
José Ermírio  
José Leite  
Aloysio de Carvalho  
Josaphat Marinho  
Carlos Lindemberg  
Aarão Steinbruch  
Aurélio Vianna  
Benedicto Valladares  
Nogueira da Gama  
José Feliciano  
Fernando Corrêa  
Filinto Müller  
Guido Mondin

#### O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — A lista de presença acusa o comparecimento de 20 Srs. Senadores. Havendo número regimental declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

#### EXPEDIENTE

Aviso nº 18, de 15.3.68, pelo qual o Sr. Ministro do Exército agradece

a comunicação da constituição da Mesa do Senado Federal que dirigirá os trabalhos da Sessão Legislativa instalada a 1º de março do corrente.

#### PARECERES

##### Parecer nº 196, de 1968

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo número 14, de 1968 (nº 68-A-68 na Câmara), que aprova o Decreto-lei nº 349, de 24 de janeiro de 1968, que altera dispositivos dos Decretos-leis ns. 233 e 263, de 28 de fevereiro de 1967, sobre a utilização do adicional restituível do imposto de renda e sobre o resgate do empréstimo compulsório.

Relator: Senador Pessoa de Queiroz  
O Projeto ora submetido à nossa consideração decorre de solicitação do Poder Executivo e tem por objetivo aprovar Decreto-lei nº 349, de 24 de janeiro de 1968, que altera dispositivos dos Decretos-leis ns. 233 e 263, de 28 de fevereiro de 1967 sobre a utilização do adicional restituível do imposto de renda e sobre o resgate do empréstimo compulsório.

Da Exposição de Motivos do Senhor Ministro da Fazenda, referente a matéria, merecem realce os seguintes tópicos:

"O artigo 6º do Decreto-lei número 263, de 28 de fevereiro de 1967, permite aos titulares de recibos de adicional restituível do imposto de renda utilizá-los como forma de pagamento de imposto de renda devido a partir do exercício financeiro de 1967, observada a escala segundo a qual, os recibos de 1958 deverão ser utilizados em 1967, juntamente com



Parágrafo único. A lei especifica as áreas indispensáveis à segurança nacional, regula sua organização e assegura nas indústrias novas situações, preservação de capitais e lucros brasileiros.

Como vimos no parágrafo segundo do artigo 30 da Constituição vigente, "a lei regulará a organização, competência e funcionamento do Conselho e poderá admitir outros membros natos ou eventuais".

Essa regulamentação já estava prevista no parágrafo segundo do artigo 159 da Constituição de 1946 — que vigorou durante 21 anos — nos seguintes termos:

"a lei regulará a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança".

O que o Decreto-lei número 348 tem por objetivo é unificar e atualizar a esparsa e tumultuária legislação existente sobre a matéria em estudo.

Não há nenhuma modificação fundamental.

Essa regulamentação vem sendo solicitada desde a Constituição de 1946. Mas, por motivos que fogem ao nosso exame, não foi concretizada.

O artigo primeiro do Decreto-lei número 348, de 4-1-68 e a transcrição "ipsis litteris" do artigo 90 da Constituição de 1967 e do artigo 49 do Decreto-lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967:

Constituição de 1967.

Art. 90. "O Conselho de Segurança Nacional destina-se a assessorar o Presidente da República na formulação e na condução da política de segurança nacional".

O artigo 2º é a transcrição "ipsis litteris" do artigo 42 e seu parágrafo primeiro do Decreto-lei nº 200, de 25-2-1967:

"Decreto-lei nº 200, de 25-2-1967"

Art. 42. O Conselho de Segurança Nacional é convocado e presidido pelo Presidente da República, dele participando, no caráter de membros natos, o Vice-Presidente da República, todos os Ministros de Estado, inclusive os Extraordinários, os Chefes dos Gabinetes Civil e Militar da Presidência da República, o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e os Chefes dos Estados-Maiores da Armada, do Exército e da Aeronáutica.

§ 1º O Presidente da República poderá designar membros eventuais, conforme a matéria a ser apreciada".

O artigo 3º é a transcrição "ipsis litteris" do artigo 43 do Decreto-lei nº 200, de 25-2-67.

Decreto-lei nº 200, de 25-2-1967:

"Art. 43. O Conselho dispõe de uma Secretaria-Geral, como órgão de estudo, planejamento e coordenação no campo da segurança nacional e conta com a colaboração da Comissão Especial da Faixa de Fronteira e das Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios Cíveis, como órgãos complementares".

"O artigo 4º é a repetição do de igual número do Decreto-lei nº 9.775, de 1946:

Art. 4º O Conselho de Segurança Nacional terá uma Secretaria-Geral subordinada diretamente ao Presidente da República e dirigida pelo Secretário-Geral que será o Chefe do Gabinete Militar da Presidência.

O artigo 5º e 6º são a repetição dos de números 32 e 43 do Decreto-lei número 200, de 25-2-1967.

Art. 32. A Presidência da República é constituída essencialmente pelo Gabinete Civil e pelo Gabinete Militar. Também dela fazendo parte, como órgãos de assessoramento imediato do Presidente da República.

Art. 43. O Conselho dispõe de uma Secretaria-Geral como órgão de estudo, planejamento e coordenação no campo da segurança nacional e conta com a colaboração da Comissão Especial da Faixa de Fronteira e das Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios Cíveis, como órgãos complementares".

Voltava, assim, exatamente, a Comissão Especial da Faixa de Fronteira — que se encontrava subordinada, conforme lei nº 4.554, de 11 de junho de 1931, ao Ministério do Interior — ao âmbito do Conselho Nacional de Segurança, e mantinha-se, por conseguinte, que uma autoridade (O Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional), com "status" de Ministro, ficasse subordinado a outro Ministro.

O art. 7º é a transcrição do de número 4 do Decreto nº 60.940, de 4 de julho de 1967:

"Decreto nº 60.940, de 4-7-1967:

Art. 4º Os Diretores das Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios Cíveis, após previa aprovação de seus nomes pelo Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, serão nomeados pelo Presidente da República, por indicação dos respectivos Ministros de Estado devendo a escolha recair em cidadão civil diplomado pela Escola Superior de Guerra ou Oficial das Forças Armadas, de preferência com o curso de Comando e Estado-Maior ou equivalente. Essas Divisões de Segurança e Informações são órgãos complementares do Conselho de Segurança Nacional. Logo, nada mais lógico, que os nomes dos seus Diretores sejam aprovados pelo Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

O art. 8º trata da competência do Conselho de Segurança Nacional. Esta matéria está espontaneamente tratada nos seguintes textos:

O inciso I: no parágrafo 1º do artigo 40, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

no Decreto nº 46.804, de 9-11-59; e no art. 2º do Decreto nº 45.049, de 6-12-53.

O inciso II: no parágrafo 2º do art. 40 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

O inciso III: no art. 41 do Decreto-lei de 25-2-67.

O inciso IV: nada mais é do que o que preceitua o inciso I do art. 91 da Constituição de 1967 e o art. 2º do Decreto-lei nº 17.999, de 29 de julho de 1927; e

O inciso V: é a transcrição do número II do art. 91 da Constituição de 1967.

Transcrição da matéria citada:

1) Decreto-lei nº 200-67 (Reforma Administrativa)

Art. 40. Parágrafo 1º:

A formulação da Política de Segurança Nacional far-se-á basicamente mediante o estabelecimento do Conceito Estratégico Nacional.

Decreto nº 46.804-59

3.1.1 — Elaborar o Conceito Estratégico Nacional, realizando para isso:

— Avaliação Estratégica das conjunturas

Estabelecimento dos objetivos Nacionais Atuais

3.2 — Elaborar as Diretrizes Governamentais correspondentes aos diferentes planejamentos.

Decreto nº 47.445-59

Art. 1º ... participar no estabelecimento do Conceito Estratégico Nacional e decorrente da elaboração das Diretrizes Governamentais e dos planejamentos do Fortalecimento do Potencial Nacional e da Mobilização Nacional.

Decreto nº 45.040-53:

Art. 2º ... Para isso, deverá a Secretaria-Geral proceder à elaboração do Conceito Estratégico Nacional e decorrentes diretrizes de execução dos planejamentos governamentais.

Decreto-lei nº 200-67:

Art. 40. Parágrafo 2º:

No que se refere à condução da Política de Segurança Nacional, o Conselho apreciará problemas que lhe forem propostos, no quadro da conjuntura nacional ou internacional.

Decreto-lei nº 200, de 25-2-67:

Art. 41. Caberá, ainda, ao Conselho o cumprimento de outras tare-

fas e específicas previstas na Constituição.

Constituição de 1967:

Art. 91. Compete ao Conselho de Segurança Nacional:

I — o estudo dos problemas relativos à segurança nacional, com a cooperação dos órgãos de informação e dos incumbidos de preparar a mobilização nacional e as operações militares.

Decreto número 17.999-67:

Art. 2º Compete o estudo e ordenação de informações sobre todas as questões de ordem financeira, econômica, bélica e moral, relativas à defesa da Pátria."

O artigo 9º é a transcrição do artigo 42 do Decreto-lei número 200-67, que está, assim, redigido:

"O Conselho de Segurança Nacional é convocado e presidido pelo Presidente da República. Foi ao Art. 9º acrescentada somente a expressão "sempre que esse julgar conveniente", que, aliás, era desnecessária porque quem avalia da necessidade da convocação é o Presidente da República, única autoridade com poderes para convocá-lo.

O Parágrafo nico é a transcrição do artigo 43 do Decreto número 200-67, que diz "Cabe ao Secretário-Geral secretariar as reuniões do Conselho de Segurança Nacional."

O artigo 10 é normativo.

O artigo 11 é a transcrição do parágrafo 2º do artigo 42 do Decreto-lei número 200-67, que preceitua:

"O Presidente da República pode ouvir o Conselho de Segurança Nacional, mediante consulta a cada um de seus membros em expediente remetido por intermédio da Secretaria-Geral".

Os artigos 12 e 13 são normativos. Estudamos, pois, sucintamente, todos os artigos do Decreto-lei número 348, de 4 de janeiro do corrente ano.

A reorganização do Conselho de Segurança Nacional é uma imposição constitucional prevista no parágrafo 2º do artigo 99 da Constituição que deixou a sua regulamentação a cargo da legislação comum.

O Conselho de Segurança Nacional foi criado, por Decreto número 17.999, de 29 de novembro de 1927, com a denominação de "Conselho da Defesa Nacional."

Vários Decretos como vimos, alteraram a sua organização procurando adaptá-lo às necessidades do momento. Ele foi mantido nas Constituições de 1934, 1937 e 1946 como órgão de cúpula da Segurança Nacional.

O Conselho de Segurança Nacional não é órgão deliberativo e sim de assessoramento.

A decisão cabe exclusivamente ao Presidente da República.

Dos 25 membros que o compõe são obrigatoriamente militares: o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, os Chefes dos Estados-Maiores da Armada, Exército e Aeronáutica e o Chefe do Gabinete Militar. Como, ultimamente, os Ministérios Militares vêm sendo ocupados por militares, concluímos que o Conselho tem 17 civis e 8 militares.

O parágrafo único do artigo 58 preceitua:

"Publicado o texto, que terá vigência imediata, o Congresso Nacional o aprovará ou rejeitará, dentro de 60 dias não podendo emendá-lo; se nesse prazo não houver deliberação, o texto será tido como aprovado."

O Decreto-lei em tela, a nosso ver, atinge o fim a que se destina, ou seja, cria melhores condições de funcionamento para o Conselho de Segurança Nacional, cuja importância é desnecessário citar, na defesa interna e externa da Pátria.

Opinamos, por conseguinte, pela aprovação do presente projeto do decreto legislativo.

Sala das Comissões 14 de março de 1968. — Argemiro de Figueiredo,

Presidente eventual — Paulo Torres, Relator. — Mario Martins, vencido nos termos do voto anexo. — José Guionard — Mello Braga — Ney Braga — Domicio Gondim.

#### DECLARAÇÃO DE VOTO DO SENADOR MARIO MARTINS

O projeto pretende revogar dois decretos-leis, sendo um deles o de número 9.775 e o outro o de número 9.775-A — segundo a Mensagem, "reservado" — ambos de 6 de setembro de 1946.

Eu chamaria a atenção para esta figura jurídica — decreto-lei reservado. Decreto-lei reservado não é publicado, e pela Constituição, o que não é publicado não pode vigorar — seja Portaria, Decreto ou Lei.

Pela data — nós observamos a data: 6 de setembro de 1946 — esses decretos foram baixados nas vésperas da promulgação da Constituição de 1946, quer dizer 12 dias antes. E com essa figura estranha de decreto-lei reservado, decreto-lei que não é publicado, decreto-lei de que o povo não toma conhecimento do seu texto, decreto-lei, portanto, que foge ao espírito indispensável de sua publicidade e assim jamais poderia ter força de lei. Nada pode prevalecer como portaria, nada pode prevalecer como decreto, se não merecer sua publicação em órgão competente.

Então, solicitei e me veio às mãos o decreto em envelope fechado e que abri, tornei a fechar e se tivermos de analisar depois, teremos que transformar a sessão em secreta.

Esta não é a parte mais importante. Vamos analisar o decreto-lei número ... em si, e confrontá-lo com a Constituição vigente, para ver o que o decreto solicita e se estaria de acordo com os textos constitucionais. Diz a Constituição, na Seção V — Da Segurança Nacional:

"Art. 90. O Conselho de Segurança Nacional destina-se a assessorar o Presidente da República na formulação e na condução da segurança nacional."

Assessorar. E, então, um órgão assessor.

Na Mensagem, desde logo, vamos verificar que a intenção do projeto "ai muito além porque, no Art. 90 da Constituição está assim, e, depois, no 91, se lê:

"Compete ao Conselho de Segurança Nacional:

I — o estudo dos problemas relativos à segurança nacional, com a cooperação dos órgãos de informação e dos incumbidos de preparar a mobilização nacional e as operações militares."

No projeto se diz:

"Ao Conselho de Segurança compete:

"... a formulação."

Na minha opinião, a Constituição apenas admite assessorar na formulação e, aqui, se transfere para competência do Conselho a formulação.

Então, a formulação já não é da competência do Comandante em Chefe das Forças Armadas que no caso, é o Presidente da República. Depois, verificamos: a Constituição prevê:

"... Destina-se o Conselho a assessorar na formulação e na condução da Segurança Nacional."

Enquanto a mensagem pretende atribuir ao Conselho além da formulação também a competência para estabelecer a própria condução da Segurança Nacional.

Não há, na Constituição, nada que nos permita, fora do problema de limites, de contrato referente a limites, opinar sobre convênios com Países, sobre assistência recíproca. Este

é de exclusiva competência do Congresso, do Presidente da República que inicia e do Congresso que dá ou não assentimento.

Não há nenhuma linha na Constituição admitindo que programas de cooperação internacional estejam sujeitos à deliberação ou, até a opinião do Conselho de Segurança Nacional.

Como se observa, é amplo. Programa de cooperação entre tudo. Amanhã, poderá haver cooperação de ordem literária, que teria de ficar à mercê do Conselho de Segurança Nacional.

4) o estudo dos problemas relativos ... até: "política de petróleo"

Passaremos, então sem nenhuma autorização da Constituição, a atribuir ao Conselho de Segurança Nacional, o estudo dos problemas relativos à segurança nacional, com relação aos órgãos de informação, com relação às operações militares, no que concerne à política de transportes, a política de mineração à política de siderurgia, de energia elétrica, de energia nuclear e à política de petróleo, à política de desenvolvimento regional, à política de pesquisa, exploração tecnológica, à política de educação, à política sindical, à política de migração, à política de telecomunicações. E a implantação do estado militarista na vida nacional esse transferir para um órgão que não tem poder deliberativo toda a política brasileira em todos os seus ramos.

Ademais, no Senado não foi apreciada, a constitucionalidade.

Aos que supõem que a simples circunstância de uma maioria de elementos civis na composição de um órgão de características militares, retira do mesmo a sua personalidade e os seus objetivos militares convém ter em mente que o caracteriza é o espírito e os poderes do mesmo. Quando, por exemplo, o Presidente Eisenhower, ao se despedir, como supremo mandatário da Nação norte-americana, no seu último discurso, preveniu os Estados Unidos contra os perigos do Estado militarista em franco crescimento naqueles dias, ao que ele chamava de complexo industrial-militar nos Estados Unidos, perigo esse que vimos depois se confirmar, é porque estavam sendo atribuídos aos órgãos de cúpula da defesa nacional excessivos poderes da competência de outros setores da administração nacional.

E' que de fato estavam sendo transferidos para um órgão de simples assessoramento da formulação e da condução da defesa nacional a própria direção dessa política, independentemente de registrar a circunstância desse órgão ter predominância de civis, recriados no mundo industrial em sua direção.

Assim, uma Pasta militar, na estrutura civil do País é um órgão especificamente militar e não é pela circunstância de vir a ser dirigido por um civil que perderia sua característica de entidade militar. E' o caso do Conselho de Segurança Nacional que não perde a sua condição de órgão encarregado da defesa militar do país, pela circunstância de ter uma percentagem maior na sua composição de civis, uma vez que suas atribuições são essencialmente de ação e filosofia militares.

Mas, prosseguindo nesta parte, verificamos que, no decreto-lei, se atribui ou se procura atribuir ao Conselho de Segurança matérias que absolutamente, estão previstas na Constituição, inclusive infringindo prerrogativas da competência quase que exclusiva do Congresso, como é a questão de passar para a esfera do Conselho a de convênios internacionais e acordos recíprocos internacionais que são prerrogativas exclusivas do Congresso Nacional. Ademais nos parece

que há outra institucionalidade flagrante na Mensagem. E quando diz:

"Os diretores da Divisão de Segurança e informações dos Ministérios civis, após prévia aprovação de seus nomes pelo Secretário-Geral do Conselho, serão nomeados pelo Presidente da República, por indicação dos respectivos Ministros de Estado, devendo a escolha da nomeação recair sobre cidadãos civis diplomatas pela Escola Superior de Guerra ou oficial das Forças Armadas, de preferência por concurso de comando, Estado-Maior etc."

Então, nós estamos discriminando quando se estabelece que a escolha dos civis que vierem a cooperar nos Ministérios com o Conselho de Segurança tenham o curso, o diploma da Escola Superior de Guerra.

Mas eu não pretendo, aqui, analisar o aspecto da inconstitucionalidade porque, realmente, não é da nossa competência, muito embora, como Membros do Senado tenhamos sempre que zelar pela legitimidade daquilo que se pretende aprovar.

Alega-se que o Conselho não delibera, mas nós temos guardados na memória fatos recentes em que o Conselho deliberava: as cassações de mandatos, as cassações de garantias individuais, pelo menos, segundo era divulgado na ocasião, sofriam um processo em que havia deliberação do Conselho. Dir-se-á que aquela foi uma época revolucionária e que hoje o mesmo não poderia acontecer.

Mas, ao contrário do decreto-lei até então vigente, aumentam extraordinariamente as atribuições do Secretário-Geral, que passa a ser o que nós poderíamos chamar o equivalente no regime de força, da União Soviética uma espécie de Secretário-Geral do Partido, com poderes de intervenção em todos os Ministérios.

O Conselho de Segurança passa a ser o grande partido, com as características dos partidos de regime totalitário. Ele passa a ser a grande força, capaz de interferir em todos os assuntos, inclusive aqueles que não estão diretamente ligados à segurança nacional, aqueles cuja competência constitui prerrogativa de outros órgãos.

Como se vê nesta questão dos convênios com países estrangeiros, fora de assuntos referentes a limites e a fronteiras, o próprio Presidente da República, na minha opinião poderia ter a sua autoridade diminuída, muito embora ele tenha a última palavra.

Todos nós sabemos que evidentemente, aprovado este decreto, o Secretário-Geral do Conselho passa a concentrar em suas mãos a formulação e a condução da Segurança Nacional permitindo-se que decida na própria posição a ser apresentada ao Presidente da República até sobre convênios e acordos de assistência recíproca de qualquer natureza.

Agora, muito mais ficção na dependência do Secretário-Geral do Conselho Nacional. Ele e os ministros militares. Acontece que, sendo Chefe do Gabinete Militar, tinha que ser um assessor do Presidente. Continua com essa característica, mas ele é quem vai formular, quem vai ditar a condução da programação brasileira com referência a esses outros assuntos.

O mal não é somente brasileiro. Vem se generalizando. Temos o caso da Argentina e estamos vendo o caso dos Estados Unidos. Conhecemos a revelação do Secretário do Presidente Kennedy, no seu livro "Mil dias de Kennedy", de que o Pentágono obrigou aquela aventura, altamente prejudicial para os Estados Unidos, da Baía dos Porcos, em Cuba. Difícilmente o Presidente da República pode resistir à formulação e às normas de um programa militar que lhe

é apresentado com características de urgência de salvação nacional. Para isso é que existe o Ministério. O Ministério é que tem de deliberar com o Secretário da República os assuntos referentes a transportes, siderurgia, mineração, etc. E para isso é que o Congresso tem o seu partido, os seus correligionários na Câmara dos Deputados e no Senado.

Então, convencido de que, se nós aprovarmos isso, vamos colocar o atual Presidente da República e os vencedores muito a risca do predomínio pessoal desse Secretário-Geral que hoje, é o General Figueira, e amanhã será outro, mas que tem tal massa de poder nos meios que será muito maior do que aquela que hoje tem o Ministro do Exército. Ele passará a comandar todos os Ministérios militares e todos os Ministérios civis.

Nós não estamos sob nenhuma ameaça em matéria de segurança nacional. Vimos de uma Revolução que fez um expurgo, como foi feito, e não surgiu em seguida nenhuma manifestação mais positiva de recídia, capaz de colocar em cheque o Governo. Estamos registrando um ano de governo constitucional em que há uma Lei de Segurança, que nós conhecemos, baseada também em decretos-leis, que impossibilita até manifestação democráticas. Como depois disso tudo, é numa hora em que o Senado norte-americano, que dá a palavra decisiva em matéria de ajuda, tanto militar quanto civil, da parte dos Estados Unidos, para com os países latino-americanos, e que fez cortes brutais em matéria de concessão de ajuda militar aos países latino-americanos por considerar que estava havendo um abuso, na América Latina, na aplicação desses recursos militares.

Então, quando o próprio Senado norte-americano se inclina a não conceder, mais com a aprovação de convênios bilaterais entre os Estados Unidos e qualquer nação latino-americana, sob a alegação de que o contrato bilateral é que propicia o surgimento de um desenvolvimento do governos militaristas na América Latina, é nesta altura que surge esse decreto, que poderia ter aguardado — não havia nenhuma matéria de urgência — a reabertura do Congresso, ser feita uma mensagem estabelecendo, em projeto, essa medida. E quer o Governo que o Congresso venha a dar a sua chancela a esse decreto-lei, que, na minha opinião, transfere para o Conselho de Segurança, transfere principalmente para as mãos do Secretário-Geral do Conselho de Segurança, poderes, competência que a Constituição impede.

Nesses condições, tendo em vista o tendo solicitado a remessa dessa figura estranha da legislação, até agora não encontrei quem ousasse me dar um endosso da autenticidade jurídica desse documento, desse decreto-lei reservado para uso interno, que não é publicado em lugar nenhum.

Mas, lendo, verifico que o que se pretende agora, revogando esses dois decretos, o que foi publicado e o que não foi, o que é público e o que é reservado, é atribuir ao Conselho de Segurança a direção, não só a formulação, que até aqui não era possível, como também a condução da política de segurança nacional que, de acordo com a Constituição, hoje abrange todo o Conselho. Não se poderia atribuir a este órgão, em detrimento das prerrogativas dos órgãos civis, os dois poderes da República — do Poder Executivo, na figura do Presidente da República, que ficará a mercê apenas com seu poder de decisão individual, mas a mercê desse Conselho, e o Congresso, sobretudo e particularmente o Senado, que vê transferir de sua competência específica para um órgão de caráter secreto os poderes para decidir com relação a acordos, convênios internacionais, inclusive de assistência recíproca, que podem ser,

que são uma expressão larga, uma vez que não há nada traçado e podem vir a abranger todos esses itens. Então, o Conselho teria poderes para traçar, formular a condução com relação a convênios e dizer se poderia ou não ser aprovado, o que é competência do Senado, do Congresso.

Tudo o que se referir, não só a política interna de transporte, mineração, siderurgia, energia elétrica, energia nuclear, à política de petróleo — e, como vimos, hoje, a petroquímica acabou de ser aberta no capital estrangeiro contra os princípios estatais — não só a política interna de todos esses assuntos, como a educacional, o de política sindical, o de imigração não só essa parte interna mas ainda tudo o que se relacionar com o interesse do país, face a outras nações com as quais mantenhemos relações.

Nessas condições, então, Sr. Presidente, dou-me por satisfeito no que se refere a vista do processo.

E' óbvio que o meu voto, na ocasião como foi dito, não será favorável a aprovação.

Sala das Comissões, em 14 de março de 1968. — Mário Martins.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — O expediente lido vai à publicação.

A Presidência recebeu respostas aos seguintes Requerimentos de Informações:

Nº 1.036-67, de autoria do Senador Vasconcelos Torres, enviada pelo Ministério das Comunicações (Aviso nº 138-68);

Nº 1.166-67, de autoria do Senador Lino de Mattos, enviada pelo Ministério das Comunicações (Aviso nº 141-68);

Nº 30-68, de autoria do Senador Rui Palmeira, enviada pelo Ministério da Saúde (Aviso número Gb. 163-68);

Nº 42-68, de autoria do Senador Mário Martins, enviada pelo Ministério do Exército (Aviso nº 19-GB-B-68);

Nº 43-68, de autoria do Senador Mário Martins, enviada pelo Ministério do Exército (Aviso nº 20-GB-B-68);

Nº 44-68, de autoria do Senador Mário Martins, enviada pelo Ministério do Exército (Aviso número 21-GB-B-68);

Nº 45-68, de autoria do Senador Mário Martins, enviada pelo Ministério do Exército (Aviso nº 22-GB-B-68);

Nº 71-68, de autoria do Senador Lino de Mattos, enviada pelo Ministério da Aeronáutica (Aviso nº 007-GM4-012-B, de 1968) e

Nº 119-68, de autoria do Senador Vasconcelos Torres, enviada pelo Ministério da Saúde (Aviso nº 163-68)...

#### O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

#### Requerimento nº 221, de 1968

Sr. Presidente,

Requeiro, regimentalmente, se officie ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, a fim de que o Presidente do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, informe sobre o seguinte:

a) Já foi elaborado o Quadro de Servidores do INDA?

b) Já foram enquadrados os servidores amparados e efetivados por Lei (Lei nº 4.069, parágrafo único do artigo 23), oriundos dos Conselhos Regionais do extinto Serviço Social Rural (SSR), dos Convênios e Convênio do Serviço Social Rural com a Confederação Rural Brasileira, atualmente investida de prerrogativas sindicais, com a sigla CNA?

c) Já foram efetivados os servidores amparados pelo art. 177, § 2º, da Constituição Federal de 1966?

d) Se os processos de interesse dos servidores desse órgão encontram-se em dia nos seus despachos?

e) Já foram concluídos dos levantamentos dos processos dos extintos Serviço Social Rural, Instituto Nacional de Imigração e Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), da qual se responsabilizou a Comissão Interministerial, desde 1966?

Sala das Sessões, em 18 de março de 1968. — Senador Aarão Steinbruch

#### O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — O requerimento lido não depende de apoio nem de deliberação do Plenário. Será publicado e, em seguida, despachado pela Presidência.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

#### Requerimento nº 222, de 1968

Sr. Presidente,

Requeiro, regimentalmente, seja transcrito nos Anais do Senado Federal, o anexo artigo do Sr. Isaac Akcelrud, publicado no Correio da Manhã de 17 de março de 1968, e intitulado: "Modelos e Padrões".

Sala das Sessões, em 18 de março de 1968. — Aarão Steinbruch.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — O requerimento lido será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador Vasconcelos Torres. (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna.

#### O SR. AURÉLIO VIANNA:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, há um tema que continua preocupando os meios políticos nacionais. E' a denominada pacificação proposta pelo Governador da Bahia, Sr. Luiz Viana Filho. Pretende S. Exa. a pacificação da família política brasileira. Veio a inquirir: que entende S. Exa. por pacificação política?

O Chanceler Magalhães Pinto apresenta a tese da pacificação da família revolucionária. E' a mesma pacificação proposta pelo Governador da Bahia? Este procura a Oposição e lhe apresenta uma proposta de pacificação, mas não a concretiza. Continua nada explicando.

Pacificação é entendimento em torno de que princípios? Com que finalidade? Num sistema democrático de Governo, em qualquer País, os entendimentos, muitas vezes, se processam entre Oposição e Situação, adversários e correligionários do Governo. No momento exato, quando as questões e os problemas se apresentam de acordo com a sua gravidade, podem os adversários se entender. Esta é uma norma em qualquer país democrático. Para isto havia necessidade de entendimento das cúpulas partidárias ou de algum Governador e a presidência de algum partido político? — Creio que não, Sr. Presidente!

Quando o Chanceler Magalhães Pinto apresenta uma tese mais concreta de pacificação da família revolucionária, alguns políticos, até mesmo de nomeada, declaram, obtemperando: "Essa pacificação é impossível, porque, para haver pacificação da família revolucionária, que está em revolução permanente, há necessidade de, em primeiro lugar, atrair à pacifica-

ção da família revolucionária o ex-Governador da Guanabara Carlos Werneck de Lacerda. E' conclusão deles: "E' isso é impossível: não há conciliação possível entre Carlos Lacerda e a família revolucionária, que ainda apoia a atual situação, cu que é a própria situação dominante. O ex-Governador da Guanabara é como ovelha desgarrada do rebanho revolucionário, trespalhada, e que, hoje, só tem um objetivo: destruí-lo, liquidá-lo."

Mas, Sr. Presidente, se examinássemos a figura do ex-Governador da Guanabara, teria razão o Sr. Magalhães Pinto ao pregar a tese da pacificação da família revolucionária? Porque, em torno da pacificação defendida pelo Governador da Bahia, nós verificamos uma divergência profunda, pois que o Governador do Paraná, Sr. Paulo Pimentel, discorda fundamentalmente da tese do seu colega, também revolucionário, o Governador da Bahia.

Os jornais publicam que a pacificação proposta pelo Governador da Bahia "é ideal inatingível".

De quem é essa declaração? E' atribuída a quem? Ao Governador do Paraná, Sr. Paulo Pimentel. — Não há de ser. — E' a tese de um ideal inatingível. Além disso, se implicar em absorver a revolução, seria uma deservidão ao país. E vai para adiante.

Seria voz isolada a do Governador Paulo Pimentel? Não! E não porque o Governador do Rio Grande do Sul, o ex-Deputado Federal Peracchi Barcelos, também discorda da tese sustentada pelo seu colega do Leste e do Nordeste.

Dai, então, teria razão o Chanceler Magalhães Pinto: pacificar em primeiro, unindo, em torno de princípios, a família revolucionária, mesmo com a alienação, com a separação, com a exclusão da ovelha negra principal, que seria, segundo eles, o Sr. Carlos Lacerda.

Mas a tese da pacificação principiou a inquietar. Este País é o país dos paradoxos. Ainda há dias, o Governador que hoje se diz apoiado pelo Presidente da República, lançou a tese da pacificação nacional, contra cuja tese levantam-se os seus mais importantes correligionários no campo político partidário do País.

Então, com que autoridade se pode à Oposição que apoie uma tese, a da pacificação, quando a família revolucionária não está pacificada, mesmo aquela família que não discorda, que dá todo o seu apoio ao atual Presidente da República, o Marechal Costa e Silva?

Se os preeminentes membros da família revolucionária, os Governadores dos Estados, discordam sobre a tese, não se harmonizam em torno dela, também não se vêm harmonizando em torno daquela outra tese que tanta preocupação vem trazendo ao Brasil político, que é a tese das sublegendas. Também os governos dos Estados estão divididos. A família executiva revolucionária está dividida. Para não se falar na família legislativa, a família parlamentar, que está já vem dividida de muito.

Quando se afirma que o Presidente do MDB aceitou a tese e assumiu compromisso em defendê-la, julgo que há um equívoco. Presidente de um Partido democrático, recebeu um convite e o atendeu.

Aceitou a tese? Empalmou-a, empalmou-a em nome do Partido? Onde se ouviu uma declaração de Sua Excelência neste sentido?

Atendeu ao pregão, aceitou um convite, foi saber? Não! Declarou que estava em Brasília, à espera do convidado. O que o convidou veio a Brasília, e foi dizer das razões da sua carta. E a impressão que se tem, até hoje, é de que nada explicou ainda, nada esclareceu ao Presidente do Partido. Mesmo porque o Presidente do Partido não podia assumir com-

promissos dessa natureza sem autorização expressa do órgão do qual ele é porta-voz, que é o Executivo do Partido, o Gabinete Nacional que representa o pensamento do Diretório Nacional do Partido.

Se não tivesse aceito o convite para ser esclarecido, porque o pensamento do Governador da Bahia era um tanto quanto nebuloso, imediatamente seria proclamado aos quatro-ventos; que partido democrata é este que, recebendo uma carta, uma carta-convidite para uma conversa em torno de assunto palpitante, importante, inilminavelmente qualquer coisa, quando, no mundo inteiro, até o Papa recebe o Secretário do Partido Comunista Russo? Se Johnson tem entendimentos com o Chefe do Governo Comunista que ataca a sua política e algumas vezes, até a sua própria pessoa, em termos um tanto quanto violentos!

Nós estaríamos dentro daquele primarismo político que vem caracterizando e caracteriza os subdesenvolvidos.

O meu adversário quer conversar comigo, conversemos. Significa que ele apoia as suas idéias ou ele apoia as minhas? Nada disto significa.

Mesmo a impressão que hoje se tem é a de que, na conversa havidu, não houve resultado prático, principalmente porque a própria família revolucionária, a que não se encontra dividida, discorda em torno de suas teses fundamentais para um bom entendimento político neste País, a tese da pacificação e a tese das sublegendas.

Eu não estou admirado de o Senhor Presidente da República ter declarado que continua firme na defesa do princípio das eleições diretas para Governadores dos Estados. Seria negar-se a si mesmo se tomasse outra atitude, em face das declarações reiteradas que vem fazendo, de que a Constituição, enquanto Presidente da República ele for, quanto a ele é intocável, é irreformável. E a tese, o princípio das eleições diretas para governadores de Estados é constitucional.

Ora, os grupos políticos, temerosos de perderem para a Oposição governos de certos Estados, mobilizam-se. E, segundo pensamos, a sublegenda tem como objetivo, também, evitar a vitória de algum candidato da Oposição a certos governos estaduais.

Não sei se este objetivo seria alcançado. Tenho a impressão de que, particularmente em três Estados da Federação Brasileira, com ou sem sublegenda, a Oposição para os governantes. Tenho esta impressão — ninguém em política tem certeza. Mas que um dos objetivos da sublegenda é este, não tenho nenhuma dúvida, absolutamente nenhuma.

Imagine-se: se o Senador Carvalho Pinto, uma grande força política eleitoral de São Paulo, fosse candidato — para argumentar: não estou acreditando ainda, mas em política a gente acredita desacreditando e acreditando desacreditando — imagine-se o Brigadeiro Faria Lima fosse para a ARENA — e dizem que a condição sine qua para seu ingresso na ARENA seria o estabelecimento da sublegenda — e fosse também um dos candidatos ao Governo do Estado de São Paulo pela ARENA. Então teremos dois.

Francamente, seria uma chapa dificilmente não digo imbatível, mas dificilmente derrotável, porque na mesma hora haveria uma soma de votos impressionante, particularmente se o Sr. Jânio Quadros, que ainda é uma força política em São Paulo, ficasse fiel ao seu particular amigo, seu candidato à Prefeitura de São Paulo, o Brigadeiro Faria Lima.

Sr. Presidente, já na Guanabara seria muito difícil uma derrota da Oposição, mesmo se surgissem na ARENA dez, cinco, oito ou três candidatos — tantos quanto a lei per-

mitisse em sublegenda, e principalmente se o Sr. Carlos Lacerda apoiasse a oposição na luta contra o Governo Central.

A política da Guanabara é uma política muito difícil, porque apresenta o Governo central e a situação na Guanabara, o maior adversário do ex-Governador Carlos Lacerda, que é o Governador Negrão de Lima. Mas na política principalmente dos países subdesenvolvidos quase tudo se admite, até o impossível.

O Sr. Josaphat Marinho — Po me te V. Exa. um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Com prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Vcs a Excelência, que já tem examinado esse problema mais de uma vez, e o problema o comporta, não se esqueça de esclarecer que, além dos aspectos jurídicos condenáveis, a sublegenda, com a soma de votos, é, do ponto de vista moral, a união no inferno. Todos se entredoveram. Mas, afinal, adicionam-se os votos para o resguardo das oligarquias.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Não há dúvida nenhuma, e não só nas oligarquias: daqueles que se encontram na mesma faixa do poder. Já se disse que a sublegenda é o maior obstáculo que se imagina, hoje, para conter a organização de outro cu de outros partidos políticos, no País.

Haveria, eu não tenho dúvidas, comodidades. Os contrários do meu partido se acomodariam depois das eleições. Tanto que se fala que certo governador, cujo nome me foge à memória, neste instante, anunciou que estaria a favor da sublegenda, desde que, terminado o pleito eleitoral, houvesse a união de todos. E' algo subjetivo, mas é a sua tese.

O Sr. Josaphat Marinho — Todos se protegem a deservido do interesse público.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Exatamente, da democracia, do interesse público.

Nós, políticos, talvez não tenhamos atentado muito bem para as consequências do estabelecimento da sublegenda. Talvez muitos deputados e muitos senadores fossem obrigados a entrar na sublegenda, cortados que fossem por aqueles que detêm o poder do comando nos Estados, que dominam os partidos com a sua direção.

Já encontramos agora os blocos. E' a luta que se fere entre os grupos remanescentes dos partidos extintos, que querem dominar as próximas eleições inalcando para os postos executivos e legislativos as pressas, os políticos da confiança dos grupos dominantes em cada Estado.

Já afirmei e repito hoje: a sublegenda é uma espécie de válvula de escape à falta de partidos políticos organizados neste País, além dos existentes. E é por isso que, embora muitos elementos da ARENA estejam, em princípio, ideologicamente, contra a sublegenda, em desespero de causa a aceitam em virtude da situação política-partidária de cada Estado na escolha, particularmente, dos candidatos às próximas eleições.

A tragédia do Brasil, hoje, é esta: políticos que poderiam estar defendendo princípios que informam o seu pensamento quase não podem fazê-lo porque estão contidos, quer pela máquina oposicionista, quer pela máquina governista. Quer dizer: terá vez um trabalhista autêntico num Estado cujo diretório está dominado pelos remanescentes do P.S.D. e da U.D.N. — e não me refiro mais ao MDB, nem a ARENA? Estou falando em tese. Porque, estamos verificando que os grupos se aglutinam em torno dos Partidos que se extinguíram, daquele pensamento que existia.

Eu, ontem, conversava, com um velho possedista de um dos mais importantes Estados da Federação. E' um deputado federal de grande peso eleitoral. Ele dizia: — "Nós estamos nos preparando. O PSD não cede



para a UDN no meu Estado, porque o PSD é maioria. Não pode!"  
Então, naquele Estado onde o PSD é maioria, a UDN é favorável às sublegendas, porque a válvula de escape é a sublegenda. Ela vai disputar em nome da velha UDN o Governo daquele Estado.

Não estou falando no Estado tal ou qual. Talvez me refira a um Estado muito grande que existe por aí. É um Estado poderoso, eleitoralmente alando. É um Estado de um governador de grande prestígio junto ao Presidente da República mas que apresenta esse quadro, o qual se poderia verificar no setor do próprio Movimento Democrático Brasileiro. Não estou aqui para fazer análise sectorial. É um problema que surge, no Brasil, por motivo da criação de dois Partidos, causando essa inquietação terrível...

O Sr. José Ermírio — V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte?

O Sr. Aurélio Vianna — ... que todos nós sentimos que existe, neste país.

Com prazer ouço V. Ex<sup>a</sup>.

O Sr. José Ermírio — Pela exposição de V. Ex<sup>a</sup> fica mais do que claro que só com a criação de, pelo menos, 4 partidos teremos uma vida calma, cada um cuidando do seu setor com as idéias que defende, de forma a lutar pelos seus princípios. Sem isso, não é com sublegenda ou qualquer outra invenção que se vai salvar o Brasil.

O Sr. AURELIO VIANNA — V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Há Estados no Brasil cujos diretórios estão anulando praticamente candidaturas a governadores de Estados ou qualquer outro posto legislativo. Forma-se um círculo de aço em torno dos políticos que devem ser anulados. Ontem ouvi, a respeito de um certo Estado da Federação, um dos mais brilhantes jornalistas, repórteres que temos neste país: "Fulano de tal está condenado. A sua condenação foi determinada, ele não tem vez dentro nem fora do seu partido, porque não é considerado pela maioria que domina aquele Estado como elemento de confiança daquela maioria, porque não participou do mesmo grupo". E a tragédia dos políticos brasileiros, dos políticos novos é esta: não tem vez. Ou se agregam ou se subordinam, perdendo a independência de opinar, ou então, estão liquidados.

Esta é a consequência desse grande erro proposital, proposado ou não que a revolução cometeu, incluindo-se este que proibiu a formação de partidos com as siglas antigas, caso único, creio num mundo democrático. Com prazer, ouço o Sr. Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho — Acrescente-se a tudo isso que a manutenção do regime compulsório dos partidos, e a ameaça da instituição de sublegendas conduzem ao pior que poderia ocorrer num país em desenvolvimento como o nosso, que é o impedimento da formação de novas lideranças.

O Sr. AURELIO VIANNA — Exato  
O Sr. Josaphat Marinho — Não na como fazer-se a constituição de novas lideranças, porque o regime de acomodação em favor das oligarquias, previsto nas sublegendas, trucidará a legítima pretensão das novas gerações.

O Sr. AURELIO VIANNA — É o maior crime! É o crime de lesa-Democracia que se comete neste País. Impede-se, de fato, que novas lideranças surjam; que a mocidade se projete, que tenha vez. Num País imenso como este, com área das maiores do mundo. Já há um grupo de mocos idealistas, percorrendo Estados do Brasil para colher 1.700.000 assinaturas para a formação de um novo partido.

Então, só os grupos capitalistas poderiam financiar esses jovens idealistas, que tivessem uma ideologia contrária à capitalista? — Não! Ou, en-

tão, somente eles poderiam fazer, e ainda com certa dificuldade.

Sr. Presidente, nem com todo o seu prestígio, ou sou o ex-Governador da Guanabara enfrentar esse problema, porque, reconhecemos que é difícil. Colher assinaturas numa época como esta; dá-las? Não é fácil. Não era, naquele tempo, que se considerou como o da anarquia, em que cada qual agia como queria.

Hoje? É muito mais difícil, é quase impossível, é uma tarefa acima das forças dos idealistas sem dinheiro, e que constituem a grande parcela do nosso povo. Mas não se pode aglutinar os meios de propaganda não estão nas suas mãos. Tire-se de um político, ou de um grupo político os meios de propaganda. Mesmo que esse político fosse um leão, seria um leão sem garras, seria um leão sem voz, seria um leão isolado; ficaria limitado aquela presença física em que ele se encontrasse em determinado momento.

A classe que detém o poder — da imprensa falada, escrita, televisada, querendo aniquilar um político, silencie sobre ele. Pode ser nobre, idealista, culto, capaz, necessário ao país. Estará fatalmente enquistado se não contar com a imprensa falada, escrita, televisada, dela, de parte dela. Mas, se não contar com os meios de propaganda, a sua voz se limita ao alcance físico imediato, ao ambiente onde ele se encontra.

O Sr. Josaphat Marinho — V. Ex<sup>a</sup> permite outro aparte?

O Sr. AURELIO VIANNA — Com grande prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Anote-se bem, ainda, esta circunstância terrivelmente deprimente para a nossa cultura política. Dificulta-se o processo de renovação, com a formação de lideranças novas; facilita-se a soma dos contrários, para não dizer dos antipodas, pretendendo-se juntar quantidades heterogêneas. Para mostrar a anomalia dessa situação, citemos um caso concreto, que não constitui ofensa a ninguém, atendendo a que já veio à repercussão, neste plenário. Imagine V. Ex<sup>a</sup> adotar-se o regime de sublegendas, com soma de votos, para somar, no Rio Grande do Norte, por exemplo, os votos dos partidários do Senador Dinarte Mariz com os votos dos partidários do Deputado Aloisio Alves. Haverá algum resquício de moralidade nessa zona?

O Sr. AURELIO VIANNA — São perguntas verdadeiramente irrespondevíveis. Então, o que se entende por ética-política, por moral política?

Sr. Presidente, o nosso Partido resolveu lutar contra a instituição das sublegendas. Obedeço à direção partidária. Os motivos que me levam, a mim, são aqueles que venho expressando. O meu temor maior é de que o estabelecimento das sublegendas impeça a formação de novos partidos, o que implica, na expressão feliz do Senador Josaphat Marinho, na formação de novas lideranças políticas de que este País tanto necessita, tanto precisa. Com o status quo atual, as lideranças velhas passarão a se eternizar ou, então, teríamos um País, daqui a pouco, um tanto ou quanto esclerosado, parado. Para diante não vai! Ficar onde está, impossível! Só tem que voltar. Assistiríamos, então, a um fenômeno que desarticularia tudo: a volta ao passado! Não podemos, jamais, voltar ao passado...

O Sr. Josaphat Marinho — V. Ex<sup>a</sup> poderia dizer que a revolução teria criado, neste País, um singular sistema de desenvolvimento: o de marcha à ré.

O Sr. AURELIO VIANNA — Marcha à ré.

Significa isto que estamos contra os velhos expedientes políticos? Não, não é esta a tese. Estamos contra as velhas estruturas, contra o velho que não quer se renovar no novo. Conheço muitos homens de idade provecta que defendem a tese que estamos de-

fendendo. Eles não se consideram imoriais e, dentro do sistema em que se encontram, promovem a criação de novas lideranças.

Poderia citar aqui no Senado diversos; mas há um que eu cito, o nosso velho Companheiro Pedro Ludovico. Não cito alguns, é óbvio, porque estão presentes. Como Governador de Goiás, e criador de Goiânia, o que mais me admira em Pedro Ludovico foi a sua capacidade de criar lideranças novas. Houve época em que muito me impressionaram — os argumentos de que Pedro Ludovico era um caudilho, um oligarca, que impunha a sua vontade, cioso das prerrogativas de Líder incontestado daquele Estado; e os argumentos por aí seguiam.

Quando entrei em contacto com muitos políticos do Estado de Goiás verifiquei um fenômeno interessante: uma boa porção da mocidade de Goiás estava justamente no PSD. Havia reuniões com o velho Líder, discutiam, debatiam; e a voz da experiência era ouvida. Infelizes dos jovens que desprezam a voz da experiência e infelizes dos experientes que não chamam a juventude para execução de certas tarefas que é impossível sejam executadas por grupos que têm obrigação de traçar a rota entre os mocos, com a experiência natural que a juventude tem.

Impossível a um grupo mais velho viver, politicamente falando, independente dos grupos mais novos.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O Sr. AURELIO VIANNA — Com muito prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — As lideranças autênticas não temem o aparecimento de novas chefias, só as lideranças falsas ou as forçadas pela força, como as do movimento de 1964, temem a emergência de novas lideranças, porque toda liderança espontânea que surge, absorve as inautênticas.

O Sr. AURELIO VIANNA — Eu tenho a obrigação de assim me pronunciar, porque fui liderado, por muitos anos, por João Mangabeira, cuja grande preocupação era formar lideranças jovens.

Ele diz muito bem V. Ex<sup>a</sup>, no seu aparte, que o processo condenável é quando as Lideranças mais velhas temem e afastam os mais jovens, já-mais criando aquele grupo que naturalmente haveriam de substituí-las.

Sr. Presidente, vim, ontem, do Rio de Janeiro e senti, no contato com líderes e trabalhadores, que a pacificação que o operário brasileiro entende não é a apregoada por aí. Podem as cúpulas se entenderem. As bases não aceitam entendimentos políticos quando têm os seus direitos postergados. Não podem decidir senão através das cartas previamente marcadas: estão sufocadas pela política salarial do Governo Revolucionário. As favelas se desdobram, crescem não apenas pelo crescimento demográfico; também porque, não podendo pagar os aluguéis que lhe são exigidos, os operários se afastam, e se afastam, e se afastam do centro para a periferia e a periferia vai ficando cada vez mais distante do centro de trabalho.

Os estudantes se enterdem uma pacificação: é a reforma universitária, são novos métodos empregados no ensino. Só entendem uma pacificação; são vagas para os militares e militares de jovens que prestaram vestibular e não encontram guarida nas escolas. E de desdobramento em desdobramento, iremos provar, por povos que é outra. Não é esta que se propala por aí.

Reconheço — e não tenho motivos para não reconhecer — as boas intenções dos pacificadores, mas já dizia alguém, e este alguém é o povo, que de bem intencionados o inferno está cheio. Com boa intenção nunca se resolveu problemas sociais. O povo deseja fatos irretorquíveis. E o que o povo quer e deseja. Ouve falar de bem-estar e quer bem-estar. Ouve fa-

lar de uma época de ciência e tecnologia, sem a aplicação das quais nenhum País progride. Então o nosso povo deseja que o País rompa a barreira do subdesenvolvimento pela ciência e pela tecnologia aplicada.

Nós, da oposição, damos apoio ao Governo na sua luta contra o acordo atômico entre os grandes e os poderosos, pela liberdade de construirmos as nossas usinas atômicas para o aproveitamento do átomo para a paz, para o desenvolvimento do nosso País.

Esta vem sendo a nossa conduta. Não podemos aprovar aquilo que não entendemos. E ninguém foi capaz, até hoje, de entender o que significa a tão apregoada pacificação. A impressão que tenho é de que nem mesmo seus autores sabem o que significa, o que é e o que desejam. Por isso mesmo é que é uma aventura que se vai dissolver no pó do esquecimento.

O Sr. Josaphat Marinho — Há quem diga que é um sorvete, quente.

O Sr. AURELIO VIANNA — Por isto mesmo, sorvete não é.

Sr. Presidente, nobres Srs. Senadores, creio que estou interpretando o nosso pensamento, o pensamento da oposição, o pensamento dos democratas, estejam onde estiverem. O que devem fazer as camadas políticas dirigentes do País é abrir perspectivas novas para a criação formação de novos partidos. Os que estiverem satisfeitos com os dois que agora existem que fiquem neles e continuem o seu trabalho. Mas, os que não estiverem satisfeitos que procurem outros, criando-os, organizando-os, à base de uma legislação que permita e não impeça a fundação de novos partidos políticos, ou a restauração — e aqui falo em termos quando uso o termo restauração — de partidos que desapareceram e cujos componentes desejam e querem que voltem à vida, com programas atualizados para o bem comum, para o bem de todos, para o bem de nosso País. (Muito bem!)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Tem a palavra o nobre Senador Argemiro de Figueiredo.

#### O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, o objetivo essencial das minhas palavras de hoje diz respeito apenas a várias centenas de funcionários demitidos pelo atual Governo, os quais serviam nos quadros do Ministério da Agricultura. Mas, depois do brilhante discurso pronunciado pelo eminente líder do meu partido, meu grande amigo Aurélio Vianna, senti-me no dever de pronunciar algumas palavras a respeito do tema que S. Ex<sup>a</sup> focalizou com tanto brilho, sobretudo depois de uma informação que recebi, há poucos instantes, de um dos nossos mais eminentes companheiros do MDB, de que um jornal gaúcho, se não estou enganado o "Jornal do Povo", atribuiu-me, a mim e ao próprio Senador José Ermírio, dentro do M.D.B., a responsabilidade dessa tese pelo fato de nós, na verdade, defendermos a tese de um entendimento para a pacificação nacional.

Sr. Presidente, é deplorável que a imprensa, ao registrar os nossos discursos, os nossos pronunciamentos nesta Casa, peque às vezes pela omissão e, outras vezes, até por objetivos que não adianta, neste instante, relatar. Sobre essa tese, Sr. Presidente, quanto a mim, já me pronunciei expressamente da tribuna desta Casa, já defendi os princípios que aqui esclareci junto à Comissão Executiva do meu Partido. Defendi-os, Senhor Presidente, com ardor, numa e noutra parte, porque tenho como hábito de homem humilde, provinciano, nordestino, nunca falar violentando a minha própria consciência. Fui par-



tidário e sou, Sr. Presidente, da pacificação nacional, entendendo, entretanto, que o seu conceito deve ser estabelecido como preliminar para o diálogo, para a arregimentação dos homens de bom-senso, dos homens e cúpula da vida política deste País. E' mister, Sr. Presidente, que se esclareça, bem e bem, o que devemos entender por conciliação nacional.

No discurso aqui pronunciado, eu perguntava ao Senado, Sr. Presidente, o que se entendia por pacificação nacional. Seria, porventura, indagação eu, a anulação da agremiação oposicionista? E eu próprio responderia, para esclarecer e para concretizar, focalizar bem o que entendo por pacificação nacional. Não, não é possível pleitear ou fazer, dentro desta República, uma conciliação nacional com base na unificação dos dois partidos anômalos que possuímos. Seria aumentar a confusão, reduzir este país a um só e único partido político, seria de vez matar a evolução democrática, o pensamento democrático, os ideais da Democracia.

O Sr. Aurélio Vianna — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte? (Assentimento do orador) — Posso dar testemunho da atitude de V. Ex.<sup>a</sup>. Quando das reuniões do Gabinete da Comissão Executiva do MDB, V. Ex.<sup>a</sup> ali vem defendendo exatamente a tese que de público vem apregoando: V. Ex.<sup>a</sup> sempre afirmou que não entende pacificação como absorção ou capitulação da Oposição.

O SR. ARGEIRO DE FIGUEIREDO — Agradeço o testemunho valioso do eminente líder do meu partido.

E eu não estaria mais aqui a tatar sobre este assunto, diante do discurso brilhante, completo, da análise perfeita procedida pelo meu eminente líder, que ora me aparta. Mas, Senhor Presidente, indaga eu o que se pretende com a tentativa de pacificação; extinguir a Oposição, acabar com a Oposição, reduzir a Oposição à situação humilhante nesta e na outra Casa do Congresso, calar os representantes do povo os representantes das aspirações, das necessidades populares mais emergentes? Se isto é pacificação, Sr. Presidente, se assim se entende, se é isso que se pleiteia — não, Sr. Presidente! Não fecharemos as portas de nosso partido, estamos aqui hoje e sempre, dentro dessa linha de honradez e probidade, com que se tem pronunciado nesta Casa os elementos do meu Partido todos dentro de uma só orientação, uns mais veementes do que outros, mas na verdade ninguém capitulando dos deveres que orientam uma organização oposicionista em qualquer parte do mundo, sobretudo nos países democráticos.

A nossa tem sido e será uma oposição constante, não oposição sistêmica, mas aquela que se congrega para fiscalizar os atos do Governo censurará-lo nos atos imperfeitos, ilegais, nos abusos de poder, nas irregularidades que ocorrerem, e, ao mesmo tempo, cooperar em tudo que disser respeito às aspirações populares, aos anseios do povo, à necessidade de desenvolvimento, enfim, tudo aquilo que diga respeito, numa palavra, ao bem-estar da comunidade brasileira.

Esta tem sido nossa posição. Mas se a apregoada pacificação, como entendendo, junto de muitos dos meus companheiros, é o diálogo e o entendimento para restauração de uma democracia autêntica, deve haver o diálogo, o entendimento para solução dos graves problemas que afligem esta Nação.

Se a pacificação é o restabelecimento da ordem social de nossa Nação, da ordem jurídica, da ordem Pátria, essa pacificação, éo traido, como não trairei, como já disse, a minha própria consciência, eu a aceitarei de braços abertos, para o Governador da Bahia, do Governador de São Paulo ou de onde quer que seja ou do próprio Presidente da Repúli-

ca. Aqui estaremos para receber as sugestões, para estabelecer o diálogo no sentido de melhorar as condições do povo, no setor econômico, no setor social, no setor político, no setor financeiro.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. ARGEIRO DE FIGUEIREDO — Com todo o prazer.

O Sr. Ruy Carneiro — Não quero interromper as considerações que Vossa Excelência, com muito brilho está fazendo na tribuna, quero dizer-lhe, solidário inteiramente com o seu ponto-de-vista: V. Ex.<sup>a</sup> se tem mantido, e é conhecido dentro desta Casa, com o seu nome, com o seu passado, com a sua autoridade, como um homem de oposição, mas de oposição construtiva, aquela que quer fiscalizar os atos maus, errados do Governo. Porque eu penso que assim estamos até prestando um bom serviço à Pátria e ao Governo. Na realidade, V. Ex.<sup>a</sup> faz muito bem, iliz certo: é difícil fazer essa pacificação. Mas vamos fazer justiça a esses homens que estão querendo pacificar o Brasil.

O Governador da Bahia, Luiz Viana Filho, homem do Norte, está tentando, naturalmente, harmonizar a política nacional para que o Brasil possa cuidar dos seus problemas mais agudos, em especial aqueles que dizem respeito diretamente ao povo, sem as lutas políticas, essas lutas tenebrosas que conhecemos, inclusive no nosso Estado. De sorte que estou de acordo com V. Ex.<sup>a</sup>. Penso que o Governador da Bahia, que foi o meu primeiro levanteu a bandeira da pacificação nacional — e não desejo forçar-lhe as mãos — está bem intencionado. Entendo, também que aquele ilustre homem público, inteligente, com um passado nobre, não está querendo criar um clima para poder amedrontar a Oposição, e nem nós, da Oposição, nos deixaríamos amedrontar. Sem-lhos a orientação do nosso Partido, como bem definiu o nosso líder, e V. Ex.<sup>a</sup> está definindo. Estou solidário com V. Ex.<sup>a</sup>, e espero que possamos trabalhar, fazendo ao Governo oposição construtiva, e não dentro de um ponto de vista destruidor, desagregador, porque é mau para a própria nação e para todos nós.

O SR. ARGEIRO DE FIGUEIREDO — Agradeço a intervenção com que me honrou o eminente Senador Ruy Carneiro, meu companheiro de representação do Estado da Paraíba.

Não censuro a atitude do eminente Governador da Bahia, tendo uma conciliação nacional, nesta fase difícil que atravessa o Brasil. O que exigimos de S. Ex.<sup>a</sup> é exatamente aquilo a que me referi há pouco como preliminar de qualquer diálogo — o conceito verdadeiro de conciliação nacional.

S. Presidente, admitir que o Governador da Bahia, ou qualquer outro de alta qualificação política neste País, procurasse entender-se com a nossa modesta agremiação, no sentido de extinguir-lhe as atividades como força oposicionista, se ele procurasse dar à conciliação nacional esse sentido de cambalacho, para que alguns de nós fossem para dentro do Governo cooperar em qualquer cargo da Administração Pública, uma conciliação, uma paz assim conseguida, eu consideraria o eminente Governador da Bahia um homem não digno capaz de entrar em convívio com elementos desta Casa ou, fora dela, com os homens de maior responsabilidade do País.

Não consideraria S. Ex.<sup>a</sup> um homem digno. Entenderia, então, que teria procurado os elementos oposicionistas para um entendimento de significação tão baixa que atingiria as raízes da degradação de nossa vida pública, de nossa vida social e política.

Tem o aparte V. Ex.<sup>a</sup>, Senador Aurélio Vianna.

O Sr. Aurélio Vianna — Nobre Senador Argeiro de Figueiredo, a admiração e a surpresa residem neste motivo. O nobre Governador da Bahia nunca deu o conceito de pacificação. Todos nós, desta Casa e da outra Casa do Congresso Nacional, sabemos que o que de melhor existe na Constituição de 67, particularmente no Capítulo "Dos Direitos e Garantias Individuais", é fruto de entendimentos entre a bancada governista, liderada por esse homem de caráter que é Daniel Krieger, e a liderança oposicionista. Quando o nosso Nordeste esteve ameaçado, verificou V. Ex.<sup>a</sup>, e todos nós verificamos, aquele tempo, que houve a união de todos os interessados no desenvolvimento do Nordeste. Em virtude de entendimentos é que o Nordeste não perdeu o instrumento necessário ao seu desenvolvimento.

Mas, quais os pontos concretos? Entendimentos em torno da anistia, nunca foi proposto, entendimento em torno da política do aproveitamento da energia elétrica, quando o nosso País enfrentou grandes potências, nunca houve. E nós poderíamos ir adiante. Sobre a Amazônia? Não. Então, o que nós não entendemos é o que muitos elementos da prol da política governamental também não entendem. Que é pacificação? Entendimento em torno de quê? V. Excelência tem razão quando diz que o primeiro princípio é o princípio que não foi votado. O que é pacificação?

O SR. ARGEIRO DE FIGUEIREDO — Agradeço a intervenção com que, mais uma vez, me distinguiu o líder do meu Partido, o meu eminente amigo Senador Aurélio Vianna.

V. Ex.<sup>a</sup>, tem razão no aparte que vem, naturalmente, complementar as falhas do meu improvisado discurso.

Mas, Sr. Presidente, não teve razão o jornal gaúcho, atribuindo-me a responsabilidade, a mim e a outros companheiros, porque, dentro do nosso Partido, há muitos de braços abertos para receber, para acolher a tramitação desse processo pacificador.

Direi, então, renovando as declarações nesta Casa, em discurso alhás lido refletido que se os Governadores dos Estados, à cuja frente se encontra o ilustre e eminente Governador da Bahia pleiteiam a pacificação para aperfeiçoar a vida democrática da Nação; se a pretendem para intensificar a política do desenvolvimento, — uma das metas substanciais do atual Governo, conforme declarações expressas, várias vezes — e a pacificação, Sr. Presidente, é a solução definitiva aos problemas nordestinos, ao sofrimento do povo; se a pacificação é melhorar as condições de vida para dar ao operário, aos homens pobres da cidade e dos campos, melhores condições de vida, vida digna para si e suas famílias; se a pacificação é solucionar os grandes problemas deste País, é defender a Amazônia da cobiça de estrangeiros, é evitar esses laços artificiais com que buscamos inundar grande região brasileira um dos maiores sonhos da coletividade brasileira; se a pacificação é congregar os brasileiros contra as tristes que espoliam a riqueza nacional, é impedir, Sr. Presidente, que os nossos minérios atômicos vão para as mãos dos estrangeiros, talvez, para servirem de elementos de combate ao nosso progresso e desenvolvimento; se a pacificação, Sr. Presidente, tem esses objetivos altaneiros, quem poderá impedir no velho Senado da República, — tão sensato, tão coeso, tão assinalado, tão realçado na área do bem-tar coletivo, dos sentimentos patrióticos, tão sensível aos interesses nacionais, — que esta Casa se apresente como um só e único homem, dizendo ao Presidente da República: "Não, V. Ex.<sup>a</sup>, pela salvação e pela salvação do Brasil!"

Ninguém o impedirá Sr. Presidente! Façam esta pacificação, tentem esta pacificação, que ela diz bem respeito aos anseios da coletividade, do respeito aos maiores problemas da Pátria, que não pode ser entregue aos nossos filhos nas condições atuais dividida, fragmentada, quando precisa da unidade de todos os seus filhos de todas as suas forças mais ativas e atuantes para se consolidar, para atingir a meta de seu grande futuro e o futuro que, naturalmente, a levar a figurar no quadro das grandes nações, das nações mais poderosas em condições de ser ouvida, admitida e respeitada.

Mas, Sr. Presidente, em poucas palavras entrarei, agora, no objetivo essencial de meu discurso.

Há meses, os jornais publicaram a demissão, em massa, de várias centenas de funcionários públicos ajustados no Quadro do Ministério da Agricultura. A notícia é de tal gravidade que eu próprio, sentindo a dor de inúmeros amigos companheiros, no meu Estado, no ato da demissão em massa de centenas de funcionários, vi nele uma injustiça e uma violência clamorosas. Entretanto, todos nós siciamos em vista dos jornais dalem as demissões como um castigo, a fim de que fossem punidos os que haviam feito nomeações à revelia da lei, em desobediência aos regulamentos, fora de oportunidade, enfim, através de atos ilegais e até fraudulentos.

Ora, Sr. Presidente, passa a se vários meses e hoje chegamos a uma conclusão dolorosa que me levou a formular um apelo ao eminente Senador Presidente da República, a esse homem que, sem o menor interesse — porque tenho a dignidade e já me levantai aqui, nesta tribuna, para elogiar-lhe atos, inclusive a iniciativa espetacular de consolidar Brasília, — homenageei aqui considerando-o como o homem que ingressará na História como o consolidador de Brasília. Sãa amanhã o Presidente da República, deposto ou não, enquanto eu tiver oportunidade, nesta Casa, de pronunciar uma palavra, não negarei justiça a esse homem público que consolidou a Capital da República, como nunca tenho negado e muitas vezes o rarei, sem receio de coisa alguma, atestando a benemerência daquele outro homem extraordinário, daquele administrativa, na sua política de desenvolvimento, na sua ação enérgica no campo internacional, na defesa dos interesses brasileiros. Jamais neguei, Sr. Presidente, uma palavra de elogio a esse homem cujo nome, nem o ruído, dos tanques, nem o fio das espadas, poderão suprimir, nome gravado, firmado, fixado, plantado no coração de todos os brasileiros.

Quero referir-me ao Sr. Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, criador desta cidade.

Mas, Sr. Presidente, dizia eu que foram demitidos funcionários às centenas, porque havia funcionários demais e os jornais davam explicação de que o Governo estava combatendo a corrupção, estava anulando atos ilegais, atos criminosos praticados na administração anterior.

Mas o que se verifica, como dizia eu, é a profunda decepção que todos nós sofremos. Os funcionários demitidos o foram sem um prévio conhecimento a respeito de cada um deles, Sr. Presidente.

E, V. Ex.<sup>a</sup> há-de se espantar e a Casa há-de sentir essa emoção de perplexidade ao se dizer que esses funcionários quase todos, ou todos, posso afirmar tinha mais de 5 anos de serviço e alguns 30 anos de serviço público, como o do meu Estado, a Paraíba, demitidos sem causa, sem processo regular, homens com estabelecidos do cargo por esse ato de violência da responsabilidade do Ministro da Agricultura ou dos seus Assessores, ou da responsabilidade do Presidente da República. Melhor di-

rei dos Assessores do Presidente da República, porque não estou certo, não acredito que Sua Excelência com a demonstração diária de um coração bondoso, cometesse a crueldade de demitir funcionários de 20 e 30 anos de serviço, a scentenias, sem deixar que, a respeito de cada um deles houvesse processo regular, em que a culpa fosse levantada, em que os libelos suscitados fossem elaborados, fossem formulados assegurando-se a cada qual o direito de defesa, ...

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — ... para, então, se concluir da legalidade ou ilegalidade das demissões praticadas.

Ai, Sr. Presidente, se os processos fossem feitos por essa forma, assegurados os direitos dos funcionários garantidos pela lei, pelo tempo de serviço já realizado, nós nada teríamos que dizer, como não dissemos ao ecoar dessa notícia tenebrosa de demissão de funcionários. Não dissemos palavra sequer. E, se hoje assim falo — e aí está presente o nobre Líder do Governo, que me solicita um aparte — se hoje assim falo é porque tenho informação segura, informação verdadeira de que em minha terra, em meu Estado, há funcionários de mais de 30 anos de serviço que foram envolvidos nessa demissão violenta, que não honra o Governo.

Tem o aparte o eminente Líder do Governo.

O Sr. Eurico Rezende — Realmente, reconheço que houve mau assessoramento no episódio dos funcionários do Ministério da Agricultura. Aleguo-se que aquelas readaptações pedidas pelo demitido, o foram em termos irregulares, isto é, sem atendimento a formalidades legais. Mas, ainda assim, não seria a hipótese de demissão — seria o caso de se tornarem insubsistentes as readaptações procedidas irregularmente; mas, a estabilidade do servidor teria que ficar assegurada, ainda que não fosse por lei vigente na época da investidura, seria, fatalmente, inquestionavelmente, pela jovem Constituição de 1967 que, para honra minha, abrigou um texto constante de emenda da minha autoria dando estabilidade funcional aos servidores da União, dos Estados e dos Municípios que, à data da sua promulgação, tivessem cinco anos de serviço público. Na hipótese também de casos de documentos obtidos por meio fraudulento, ainda assim ter-se-ia que abrir inquérito administrativo, obviamente assegurada a ampla defesa, e não seria caso de simples demissão, se provada a falsidade. A hipótese é de demissão a bem do serviço público. Então, concordo plenamente com V. Exª, quando considera essa demissão assim coativa, fruto de um assessoramento que não funcionou bem, ao contrário, orientou mal o Sr. Presidente da República nesse episódio de demissão no Ministério da Agricultura. E vou mais além: Seu prezado colega, esse ato não resistirá ao menor exame do judiciário, porque a estabilidade pelo quinquênio, previsto na Constituição é inviolável. Restabelecida a situação anterior dos funcionários, poderá então o Governo, por processos regulares, anular aquela readaptação irregularmente feita e poderá, também, por via de inquérito administrativo, apurar a responsabilidade de quem de direito nas hipóteses de apresentação de certidões falsas, que realmente houve, em vários casos. É este o meu ponto de vista, de um lado esperançoso no sentido de que o Presidente da República, melhor assessorado, reveja a situação, ou, não ocorrendo esta hipótese, restabeleça o império, não da lei apenas, mas da Constituição,

que naquele dispositivo foi flagrantemente violada.

O SR. ARGEMIRO FIGUEIREDO — Agradeço, com emoção profunda, a intervenção com que me honrou o eminente líder do governo, meu grande amigo Senador Eurico Rezende. O aparte de S. Exª poderia parecer estranho a quem, aqui chegando, o ouvisse, sem conhecer o espírito do Senado, sem conhecer a formação moral dos representantes dos Estados da Federação nesta Casa do Congresso. Quem aqui chegasse e ouvisse um aparte como este, proferido pelo Senador Eurico Rezende, diria: — que governo é este, que está capitulando diante da acusação de um oposicionista? como se levanta o líder do governo para apoiar, em linguagem forte, candente, sensata e com fundamentos reais de juridicidade, com base na Constituição da República, os argumentos de um seu contendor? Ah! o Senador Eurico Rezende escreve nesta hora uma página notável, não só para a sua vida pública pessoal, como para a vida do Senado Federal. É assim que agem os representantes, os líderes do governo nesta Casa. Não se encontra aqui, hoje, o Senador Daniel Krieger, mas o outro tem a mesma formação moral, a mesma formação democrática. Se aqui não está conosco, lutando por uma melhor organização, por uma autêntica democracia neste país, ou pelos postulados que temos defendido com ardor, é porque as contingências humanas não o permitem. Sabemo-lo muito bem. Mas está no seu espírito, no seu coração, na sua formação moral e cultural esse sentimento de defesa dos direitos e garantias individuais da democracia, de uma vivência melhor para o povo.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exª: no caso estou defendendo, em termos sentimentais, os meus irmãos, que são os funcionários públicos demitidos, e também o meu filho, que é o dispositivo constitucional da estabilidade.

O SR. ARGEMIRO FIGUEIREDO — Sr. Presidente, está esclarecido que esse dispositivo da estabilidade a que me referi rapidamente, foi de autoria do eminente Senador Eurico Rezende. Daí S. Exª diz: quase que me orientando, que o Poder Judiciário não poderia deixar de reconhecer a estabilidade desses funcionários, reconhecendo, portanto, a ilegalidade do ato praticado e procurando ajustar cada um dos prejudicados na esfera dos seus direitos individuais.

Vou encerrar, Sr. Presidente. Sintto que V. Exª já me está chamando a atenção, pois a minha hora está esgotada. O Senador Aurélio Viana é responsável, porque tomou o tempo quase todo do Senado.

O Sr. Ruy Carneiro — V. Exª há de dar licença ainda para um aparte, e a Presidência há de ter condescendência.

A presença de V. Exª esta tarde, nessa tribuna, me dispensa de vir a este Plenário para tratar do mesmo assunto. Foram demitidos, realmente, só na Paraíba, em fevereiro deste ano, 138 funcionários, demissões que conforme acabamos de ouvir através do pronunciamento do Líder do Governo Senador Eurico Rezende, são flagrantemente inconstitucionais. Estou até informado — não sei se as informações são procedentes — de que o Ministro da Agricultura, Senhor Ivo Arzuza, está pensando, ouvindo o Presidente da República, em fazer um reexame dessa matéria, reaproveitando aqueles que têm direito a permanecer nos cargos e mandando punir aqueles que, por acaso, estejam envolvidos em falhas que justifiquem essa demissão. Como senado, as atitudes de V. Exª, nesta Casa, contam com a minha solidarie-

dade e o pronunciamento que Vossa Excelência está fazendo é dispensa de ir à tribuna para focalizar o mesmo assunto.

O Sr. Eurico Rezende — A assessoria foi tão draconiana que foram demitidos aposentados e — o que é de se estarrecer — até defuntos!

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — É de escandalizar, Senhor Presidente! Agradeço os esclarecimentos que me são prestados pelo eminente colega Senador Eurico Rezende e a solidariedade, aliás desnecessária, do meu companheiro de Bancada, o eminente Senador Ruy Carneiro, manifestada de público.

Quanto a mim, pessoalmente, toda vez que assumo a esta tribuna, para tratar de assunto desta natureza e de interesse regionais ou locais, parabéns, faço-o depois de entendimento prévio com S. Exª. De modo que neste pronunciamento, como em outros deste tipo, sempre falo em nome e no de S. Exª, unidos como estamos, para todos os efeitos, na política do nosso Estado, pertencendo ambos a um único Partido, o MDB.

O Sr. Ruy Carneiro — Ratifico o conceito emitido por V. Exª.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Sr. Presidente, vou encerrar estas minhas considerações, pedindo ao nobre Senador Eurico Rezende que, como Líder do Governo, nesta Casa, leve a S. Exª o Senhor Marechal Costa e Silva a notícia do apelo que formulei em nome de um milhar de funcionários demitidos com 10, 20 e mais de 30 anos de serviço público.

O Sr. Ruy Carneiro — São mil trezentos e tantos.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Que S. Exª sinta, no coração cristão, a agonia de mil trezentos e tantos funcionários demitidos, de uma só vez, num golpe de violência de assessoria errada; sinta e não espere que os pobres e desgraçados funcionários, muitos passando fome a esta hora com suas famílias, usem o recurso administrativo ou se dirijam ao Poder Judiciário para revogação dos atos.

Sr. Presidente, apelo para o Marechal Presidente da República, não em caráter político. São funcionários de todos os partidos que estão afastados de suas funções, passando fome devido a violência governamental. Não é em nome de partido que falo. Parte desses funcionários pode pertencer à nossa agremiação partidária. Na verdade, alguns são nossos amigos pessoais e correligionários, mas talvez existam em número muito maior pertencentes à organização do próprio Governo.

Seria uma crueldade exigir que esses homens fossem às vias judiciais, Sr. Presidente, fosse mesmo aos recursos administrativos para obterem a reparação de seus direitos! Não! O dever do Presidente é anular o ato, é mandar que se processe com todo o ardor, com toda a força o inquérito, apurando a nomeação daqueles que foram nomeados fraudulentamente e, em seguida, aja em face de um inquérito em que se permita a defesa dos acusados.

Esse é que é o verdadeiro caminho. Dir-se-á: "Como pedir a um Presidente da República que recue de um ato praticado há tantos meses?"

Sr. Presidente, aí erram os que pensam que, os que ocupam o poder devem ter uma atitude obstinada, de manter por cima de pau e pedras atos violadores das leis, violadoras das garantias individuais, das garantias constitucionais, dos direitos assegurados a todos cidadãos. É dever de um homem nobre, dever de um Presidente da República, sensato, honrado, probo, revogar o ato sem prejuízo do inquérito que se possa es-

tabelecer posteriormente, para apurar irregularidades. Faça-o o Presidente, mas revogando antes o ato, até porque é mais digno, mais honrado, mais heróico um Presidente da República recuar diante de um erro cometido, do que prosseguir sabendo que violou direitos e garantias individuais.

Sr. Presidente, é o apelo que formulei, desta tribuna, em nome de mais de mil funcionários demitidos ilegalmente por uma criminosa assessoria que, vez por outra, vai buscando minar o prestígio, a simpatia pública do eminente Presidente da República, o Mal. Costa e Silva. (Muito bem! Palmas).

#### COMPAREM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Edmundo Levi  
Cattete Pinheiro  
Lobão da Silveira  
Clodomir Milet  
Sebastião Archer  
Petrônio Portela  
Sigefredo Pacheco  
Wilson Gonçalves  
Eurico Rezende  
Vasconcelos Torres  
Gilberto Marinho  
Ney Braga  
Atílio Fontana

#### O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Estão presentes 27 Senhores Senadores.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

##### Item 1:

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 153 de 1963 pelo qual o Senhor Senador, Duarte Filho, solicita nos termos do artigo 212, letra Y do Regimento Interno, transcrição nos Anais do Senado do discurso pronunciado pelo Sr. Tarso Dutra, Ministro de Estado da Educação e Cultura do Brasil, na sessão inaugural, realizada em 15 de fevereiro de 1963, da Quinta Reunião do Conselho Cultural Interamericano.

Vou retirar o Requerimento da Ordem do Dia, vez que, em razão da questão de ordem levantada pelo nobre Senador Aloysio de Carvalho em Requerimento da mesma natureza, foi determinado pelo Plenário se ouvisse a douda Comissão de Constituição e Justiça.

Em se tratando de Requerimento no qual solicita transcrição de discurso nos Anais do Senado, e de conformidade com decisão idêntica em requerimento dessa natureza, vai ser previamente ouvida a Comissão de Constituição e Justiça.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch)

##### Item 2:

Discussão em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado número 53, de 1967, de autoria do Senhor Senador Adalberto Sena, que estabelece condições para pagamento de bolsas de estudo concedidas pela União, tendo Pareceres, sob números 138, 139 e 140 de 1968, das Comissões de — Constituição e Justiça, pela constitucionalidade. — Educação e Cultura e de Finanças, pela aprovação.

O projeto foi aprovado, em primeiro turno, sem emendas, na sessão de 12 do corrente.

Está em discussão o projeto, em segundo turno.

Se nenhum dos Senhores Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que o projeto seja sub-

metidos a votos, é o mesmo dado como definitivamente aprovado, independente de votação, nos termos do art. 272-A, do Regimento Interno.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

5º O seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 53, DE 1967**

*Estabelece condições para pagamento de bolsas de estudo concedidas pela União.*

Art. 1º O pagamento das bolsas de estudo concedidas pela União, ou à custa de recursos dela provenientes, iniciará-se até o fim do mês seguinte ao em que se efetivarem as matrículas nas escolas, e far-se-á pontualmente em parcelas, cujo número será fixado, em cada ano, de acordo com as conveniências do Erário e dos serviços públicos.

Art. 2º O Ministério da Fazenda providenciará a liberação das verbas destinadas à aplicação em bolsas de estudo com antecedência que assegure a pontualidade colimada nesta Lei.

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Aarão Steinbruch) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador Cattete Pinheiro.

**O SR. CATTETE PINHEIRO:**

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, violentas chuvas atingiram o Vale do Tocantins-Araguaia, na semana que passou, levando ao transbordamento os rios Tocantins e Itacajuna. Foram em consequência, inundadas várias localidades, dentre as quais a principal é a cidade de Marabá, no meu Estado. Os jornais de ontem, documentário fotográfico dos mais inquietantes, informando que o Sr. Governador Alacid Nunes solicitara ajuda do Governo Federal para enfrentar a calamidade que atinge, principalmente, a zona produtora de castanha.

Diante do que ocorre venho à tribuna, para solicitar ao Sr. Ministro Albuquerque Lima, que tão sensível se tem mostrado a problemas semelhantes em outras áreas do País, que vá em socorro da população de Marabá, que, periodicamente, sofre as consequências das enchentes do Rio Tocantins e que reclama, na realidade, a ajuda imediata para os atingidos pelas cheias.

Sr. Presidente, sei que dirá que tais fenômenos, que estão se repetindo em nosso País, não permitem à União socorrer com a frequência exigida pela situação, os Governos estaduais. Mas, na verdade, o Ministério do Interior, deve estar em condições de, pelo menos, levar à área atingida no meu Estado, algo que represente o interesse da Nação em face do problema que aflige os meus conterrâneos.

O Sr. Clodomir Millet — Permite V. Ex. um aparte?

O Sr. CATTETE PINHEIRO — Com prazer.

O Sr. Clodomir Millet — Acabo de receber notícia de meu Estado de que a Cidade de Imperatriz está também sob as águas. O Rio Tocantins está enchendo, e todas as cidades à margem do Rio Tocantins estão sendo atingidas pelas enchentes, com graves prejuízos primeiro para as lavouas feitas às margens dos rios e, logo depois, para os habitantes das cidades cujas casas já estão invadidas pelas águas. Também recebemos notícias de que os rios Parnaíba e Meadim estão enchendo, e já em pânico

estão as populações que vivem às suas margens. Em Pedreiras, município do meu Estado, mais de trezentas casas já foram tomadas pelas águas. Five também notícias de que os proprietários dos municípios atingidos pelas enchentes já pediram providências ao Governo do Estado e que o Governador, Senhor José Sarney, que se encontra no Rio de Janeiro, telegrafou o sentido de dar-se toda atenção às populações que estão sendo vítimas das enchentes dos rios que banham o nosso Estado. Faço também meu apelo de V. Ex. ao Senhor Ministro do Interior, sempre atento aos problemas de sua pasta, para que tome as providências imediatas no sentido de socorrer aquelas populações, prevenindo maiores prejuízos.

O SR. CATTETE PINHEIRO — Agradeço o aparte do nobre Senador Clodomir Millet, que vem reafirmar a extensão da calamidade que atinge a Região Araguaia-Tocantins. Espero que o Senhor Ministro do Interior compreenda a gravidade do problema e ajude a resolvê-lo, principalmente nesta hora em que executa a sábia política de desenvolvimento regional. Sabemos das dificuldades presentes conhecemos que não seria possível, à União, realizar tudo a um só tempo. Mas, as informações que chegam é de que os governos estaduais estão empenhados nesse trabalho e tão-somente esperamos a colaboração do Governo Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Senhor Presidente. (Muito bem.)

**O SR. PRESIDENTE:**

(Aarão Steinbruch) — Tem a palavra o último orador inscrito, Senador Clodomir Millet.

**O SR. CLODOMIR MILLET:**

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhor Senadores, os jornais continuam a fazer a maior celeuma em torno da rejeição do Decreto-lei expedido pelo Sr. Presidente da República, que visava prorrogar, para o exercício de 1968, o benefício concedido às organizações empresariais de nosso País, ou fosse, a permissão para o desconto de 5% de seu imposto de renda para aquisição de ações no mercado de capitais.

Já tive oportunidade de esclarecer o sentido da votação que se processou no Senado da República.

Entretanto, Senhor Presidente, o que aqui foi dito, em defesa do Senado, não teve qualquer divulgação.

Ainda ontem, jornais dos mais categorizados do Estado da Guanabara voltavam a insistir no que chamam de erro do Senado, de ato lamentável, de decisão insuperável do Senado porque não entender das classes empresariais, tendo o Sr. Presidente da República expedido um decreto-lei, não haveria possibilidade de esse decreto-lei ser rejeitado pelo Congresso Nacional.

Ora, Senhor Presidente, o decreto-lei expedido pelo Senhor Presidente da República, antes da vigência da Constituição, era lei para todo o sempre. Agora, não. É uma lei sob condição. O Congresso Nacional apreciará o decreto-lei aprovando-o ou rejeitando-o. O mesmo artigo da Constituição que dá ao Sr. Presidente da República a faculdade de editar decretos-leis, assegura ao Congresso Nacional o exame desses decretos-leis, podendo o Congresso Nacional aprová-los ou rejeitá-los.

Ora, o Decreto-lei nº 157, que teve a redação do seu artigo 4º modificada pelo art. 2º do Decreto-lei nº 238, cuida de diversos assuntos — isenções, incentivos fiscais etc. O que o Decreto-lei nº 341, rejeitado pelo Senado e, portanto, pelo Congresso Nacional visava era, com o eu disse, a estender a vigência de um benefício, concedido para o ano de 1967, ao ano de 1968.

Mas, Sr. Presidente, apenas o benefício referente aos cinco por cento

das pessoas jurídicas foi prorrogado por um ano; o outro benefício, com referência às pessoas físicas, ou seja, o desconto de dez por cento na contribuição de cada um para a compra de ações, este não foi revogado, está mantido.

Assim, toda essa atitude não se justifica, não se compreende se possa admitir que ato do Senado fosse dar o fantástico prejuízo de cem bilhões de cruzeros a Nação, como foi dito através das manchetes dos jornais de quinta e sexta-feiras últimas. A Nação agora não de parca do seu imposto de renda para que as empresas, as pessoas jurídicas adquiram ações no mercado de capitais. Portanto, não houve prejuízo para o Brasil. Prejuízo, se quisermos admitir como tal a dispensa desse imposto, seria o desfalque que a Nação teria no seu orçamento desse quantitativo que se dispensaria dos contribuintes para a aquisição de certificado de ação das empresas privadas.

Mas, deixando de lado as críticas até injuriosas, visando inclusive a pessoa humana e por todos os títulos respeitáveis do Senador Ruy Carneiro que alertou o Senado para as possíveis maquinações em prejuízo do Norte e do Nordeste, injustas estas que devem ser repelidas, pois conhecemos o alto espírito público do ilustre Senador da Paraíba, bem como a capacidade de discernimento e o espírito público dos homens que compõem esta Casa, deixando de lado todas essas agressões, vou ler para o Senado o brilhante trabalho, publicado no "Jornal do Brasil" de ontem, do Senhor Carlos Alberto Wanderley, que expõe a questão com simplicidade com lucidez, constituindo-se o seu artigo um trabalho de fôlego no sentido do esclarecimento da matéria debatida nesta Casa, que foi a matéria do Decreto-lei por nós rejeitado. Em torno dessa exposição, Sr. Presidente farei alguns comentários logo depois.

O título é o seguinte: "Correção de engano levará às empresas 80 milhões de cruzeros novos". Ver-se-á, mais adiante, no trabalho do Sr. Carlos Alberto Wanderley, na sua estimativa, não seriam 80 milhões de cruzeros com a correção daquilo que se chama equívoco do Senado porque, nesse quantitativo global, calculado em 75 milhões de cruzeros novos está incluída a parte referente aos 10% do desconto permitido às pessoas físicas que não foram atingidas na revogação do decreto-lei 157.

O Sr. Atílio Fontana — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. CLODOMIR MILLET — Pois não.

O Sr. Atílio Fontana — Tenho acompanhado com atenção o discurso de V. Exa. Por motivo de ordem não me encontrava presente quando da discussão do projeto e que se refere. O projeto como diz V. Exa., prevê por mais um ano os favores fiscais concedidos às pessoas jurídicas. Como empresário e contribuinte do imposto de renda, tenho a impressão de que esses favores fiscais têm beneficiado mais os intermediários do que os próprios contribuintes. Digo que tenho a impressão porque não posso afirmar com absoluta segurança. Mas, na qualidade de contribuinte de pessoa jurídica e pessoa física, é essa minha impressão. Os maiores interessados não são propriamente os contribuintes, mas os intermediários, aquelas empresas que tiveram o benefício das autoridades fiscais para recolher esse imposto, essa percentagem a fim de ser aplicada na aquisição de ações das pessoas jurídicas de capital aberto. Tenho a impressão de que esta celeuma, como V. Exa. há pouco se referiu, está sendo levantada mais por esses intermediários, do que propriamente pelas pessoas jurídicas que foram atingidas pela rejeição da prorrogação do projeto.

O SR. CLODOMIR MILLET — V. Ex. tem absoluta razão. Assim penso eu, também.

Tinha a intenção de fazer um requerimento de informações ao Senhor Ministro da Fazenda para indagar qual o total dos descontos feitos pelas pessoas jurídicas e pelas pessoas físicas em 1967, com base nos artigos 3º e 4º, do Decreto-lei 157.

O meu requerimento de informações iria mais adiante pra saber, realmente, quanto tinha sido usado na compra de ações e terminaria por perguntar ao Senhor Ministro da Fazenda para onde foram capitalizados esses recursos, quais as companhias financiadoras que tinham tido os depósitos, quais as empresas que tinham conseguido vender as suas ações. Tenho certeza de que as informações viriam prova que o ilustre apresentante tem absoluta razão. Esses recursos estão sendo canalizados para determinadas empresas. Certo, o agradecer ao eminente Senador da Santa Catarina, o seu aparte, dizer a S. Ex. que no momento da votação tivemos receio, e receio, fundado, de que a prorrogação desses benefícios poderia resultar em prejuízo até hoje não fomos convencidos e para o Norte e para o Nordeste, e esclarecidos sobre as dúvidas aqui surgidas.

Por outro lado, também, tivemos receio de que esses benefícios, que o Governo concedeu apenas por um ano, possivelmente atendendo a uma situação de emergência e em caráter experimental, estivessem provocando alta no mercado de ações, no prejuízo exclusivo de determinadas empresas, em detrimento de outras, e mais ainda, em prejuízo de certas regiões do País que precisam muito mais da ajuda governamental, mesmo indireta, do que outras regiões já bem contempladas e atendidas, pelo menos na conjuntura atual.

O Sr. Atílio Fontana — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. CLODOMIR MILLET — Com prazer.

O Sr. Atílio Fontana — Realmente, V. Ex. focaliza, com clareza e muito objetividade, o problema. O que se verifica é que esses depósitos referentes a esses benefícios foram feitos em determinados estabelecimentos de crédito sem aplicação imediata na compra de ações. Permanecem ali sem voltar juros, a favor de ninguém. É um privilégio de poucos em detrimento dos interesses reais do País.

O SR. CLODOMIR MILLET — Se não me engano, o decreto-lei estabeleceu o prazo de dois anos para o uso do desconto na compra de ações.

Parce que os depósitos são feitos, e a parte tem dois anos para comprar as ações.

O Sr. Atílio Fontana — E muitos deles ainda não sabemos onde foram aplicados, porque são companhias depositárias que arrendavam esses benefícios fiscais ficarem mantendo o dinheiro. Não se sabe quando foram nem quando serão aplicados. Por esse razão não é benefício propriamente para o contribuinte, mas para aqueles que recebem depósitos.

O SR. CLODOMIR MILLET — Muito agradecido a V. Ex.

Sr. Presidente, o ponto principal a frisar, em defesa do Senado, é este: o Governo, através de um decreto-lei concedeu favores. Antes da Constituição, o Presidente podia concedê-los.

Contudo, depois da Constituição, não pode mais, porque seu decreto-lei, para continuar em vigência, precisa da aprovação do Congresso Nacional.

Por conseguinte, quando o Congresso examina um decreto-lei e o rejeita, está usando de um direito que



lhe assiste, por força do mesmo dispositivo constitucional que facultou ao Senhor Presidente da República a expedição deste mesmo decreto-lei.

Desta forma, o Senado está cavaleiro desta crítica e até mesmo da injúria que se formula quanto à sua atitude.

Sr. Presidente, quero ler agora o brilhante artigo do Sr. Carlos Alberto Wanderley, que faz luz sobre a questão e esclarece determinados pontos controversos. (Lê).

#### CORREÇÃO DE ENGANO LEVARA AS EMPRESAS NCR\$ 80 MILHÕES

Carlos Alberto Wanderley

Trinta e três milhões de cruzeiros novos chegaram às empresas, através do mercado de ações pelo sistema dos Decretos 157 e 238, e calcula-se que este ano, caso seja solucionado o equívoco dos senadores, esta quantia se eleve a cerca de NCR\$ 80 milhões, possibilitando substancial alívio às empresas.

Este incentivo fiscal, que nasceu de uma sugestão dos empresários financeiros, se enquadrará na moderna concepção do imposto, que lhe atribui funções orientadoras da economia. Até o recente episódio de Brasília, os únicos adversários declarados do sistema eram os fiscalistas ortodoxos que consideraram um desperdício o Estado abrir mão de parcela de seus impostos.

#### Coom nasceu

O Decreto-lei 157 é resultante de um trabalho elaborado por um grupo de empresários financeiros — Bellini Cunha, Pedro Leitão da Cunha, Estevão Lanthos e João Saaveira — apresentado à assessoria técnica do Marechal Costa e Silva, através do economista Mario Henrique Simonsen, antes da posse do atual Presidente, e que foi aprovado e transformado em lei pelo Governo Castelo Branco.

Este trabalho deu corpo à ideia que vinha sendo defendida há muito pelo Presidente da ADECIF, Sr. José Luis Moreira de Sousa, sob a denominação geral de SUDENE das ações.

Tratava-se de reconhecer que a economia nacional estava carecendo de um mercado de ações mais ativo, através do qual as empresas pudessem obter recursos para seu capital de giro, a custos inferiores aos vigentes no mercado financeiro. A decantada "democratização do capital" ainda estava — e está — em fase embrionária, o que levou aqueles especialistas em mercado de capitais a sugerir um sistema que trouxesse um "impacto" no mundo das finanças e desencadeasse o mercado de ações.

#### Três objetivos

Três fatores eram — e ainda são — identificados como determinantes do pequeno vulto de nosso mercado de ações:

1. Muitas empresas não têm lucratividade, de forma a oferecer aos seus acionistas o mesmo rendimento proporcionado pelos títulos de renda fixa;
2. Os investidores nem sempre encontram no mercado de ações a melhor recompensa para suas aplicações porque não conhecem o mercado, não têm o hábito de investir em ações, estão voltados para outros atrativos;
3. As instituições financeiras, em sua maioria, não estavam equipadas para desenvolver o mercado de ações, seja porque este tipo de atividades não lhes

oferecia boa remuneração, seja porque não se justificaria equipar-se para uma atividade sem clientela numerosa.

Para quebrar o círculo vicioso, imaginou-se um sistema que:

- a) induzisse milhares de pessoas e empresas a se voltar para o mercado de ações — mesmo que para isto o Governo tivesse de abrir mão de parte de sua receita;
- b) em consequência, haveria um fluxo financeiro para a compra de ações — e por esta forma seria dado alívio a muitas empresas, melhorando sua rentabilidade;
- c) as instituições financeiras, diante da abertura deste mercado seriam estimuladas a se equipar e a habituarem-se a esse tipo de atividades.

#### Os primeiros resultados

Segundo o especialista Bellini Cunha, um dos autores do trabalho que deu origem ao sistema (e que dedica-se agora a formular sugestões para aperfeiçoá-lo), os primeiros resultados são amplamente compensadores, embora a execução do sistema neste primeiro ano tenha sido perturbada por alguns fatores:

— A circunstância de ter sido tardia a regulamentação da matéria fez com que muitos contribuintes do Imposto de Renda não se tivessem beneficiado da isenção, por desconhecimento;

— O fato de ser um mecanismo completamente novo fez com que muitas instituições financeiras que receberam recursos dentro do sistema não tivessem possibilidade de aplicá-los.

Os 44 milhões arrecadados pelas 158 instituições que operaram no sistema (116 sociedades de crédito e financiamento, 20 bancos de investimento e 22 sociedades corretoras) foram aplicados da seguinte maneira:

a) Em Bolsa de Valores — em ações novas e antigas de empresas credenciadas no sistema — 18.200.000,00.

b) Em novas emissões de empresas não negociadas em Bolsa — 14.800.000,00.

Total: 33.000.000,00.

Deixaram de ser aplicados, portanto, NCR\$ 11 milhões embora o Banco Central tivesse registrado até 14 de fevereiro de 1967 cerca de 52 empresas comprovadamente carentes de capital de giro tomando-se aptas a receberem tais recursos.

Para corrigir tais falhas é que uma comissão de dirigentes de financeiras (coordenada pelo Sr. Bellini Cunha) e de bancos de investimento (coordenadas pelo Senhor Pedro Leitão da Cunha) vem trabalhando em conjunto com a Gerência de Mercado de Capitais do Banco Central, buscando sugestões que aperfeiçoem o sistema.

#### Em detalhes

Para que todos saibam exatamente do que se trata, eis uma explicação do sistema do 157/238:

1. *O que é o Decreto-lei* — O Decreto-lei 157, depois alterado pelo Decreto-lei 238, permite que os contribuintes do imposto de renda — tanto as pessoas físicas como as jurídicas — deduzam uma percentagem de seu imposto, desde que apliquem esta importância na compra de ações, através de uma instituição financeira.

2. *Quanto vai para ações* — As pessoas físicas podem deduzir até 10 por cento de seu im-

pósto com esta finalidade e as pessoas jurídicas o máximo de 5 % — sendo que essas últimas, às quais já se concederam outras isenções fiscais — podem elevar o volume global de suas deduções até 50 por cento do imposto (5 por cento para ações e 50 por cento para SUDAM e SUDENSE).

3. *As outras deduções* — As pessoas jurídicas podem abater de seu imposto, desde que totalizem 50 %, as seguintes deduções: para aplicação na área da SUDENE (até 50 %) para aquisição na área da SUDAM (até 50 %), para investimento no reflorestamento (até 50 %), para investimentos em pesca (até 25 %) e para empreendimentos turísticos (até 8 %). Essas deduções podem ser feitas em percentagens variáveis, desde que totalizem 50 %. Além dessas, as empresas podem deduzir para aplicação em ações, mais 5 por cento.

4. *Por que não prejudica* — A dedução de parcela do imposto para aplicar em ações é, portanto, a única que não prejudica os investimentos no Norte ou no Nordeste, porque é a única que a lei permite seja feita além dos 50 por cento das demais.

No caso de pessoa física, isto é, do contribuinte individual do imposto de renda, não há o conflito porque este não tem a faculdade de deduzir parte do imposto para aplicar no Norte ou Nordeste. No caso da pessoa jurídica isto é, a empresa, a dedução para ações é cumulativa com a que se dirige ao Norte ou Nordeste.

5. *Para onde vai o dinheiro* — Os recursos recolhidos através do sistema do Decreto-lei 157 (alterado pelo Decreto-lei 238) totalizaram durante o ano de 1967 aproximadamente NCR\$ 44 milhões. De acordo com a regulamentação em vigor, os contribuintes do imposto de renda devem encaminhar a parcela deduzida para uma instituição financeira devidamente credenciada no Banco Central para este fim. Cada uma instituição financeira, reunindo recursos de diversos clientes, constitui um fundo, com o qual adquire ações de companhias diversas.

6. *As Empresas beneficiadas* — Para ter suas ações adquiridas pelos fundos formados com recursos dos decretos 157 - 238, uma empresa precisa atender diversas exigências quanto ao saneamento de suas finanças: reforçar o capital de giro próprio, mediante aumento de capital social, e desfazer-se de imóveis não utilizados.

7. *O duplo objetivo do sistema* — Simultaneamente, o sistema instituído pelos Decretos 157 e 238 busca dois objetivos: familiarizar milhares de pessoas e empresas — contribuintes do imposto de renda — com o hábito do investimento e favorecer a capitalização das empresas, fortalecendo, portanto, o sistema econômico.

8. *Onde entra o Norte e o Nordeste* — Os contribuintes do imposto de renda — pessoas físicas e jurídicas — sediadas no Norte e Nordeste também são beneficiárias do sistema, aproveitando-se também da possibilidade de deduzir uma parcela para aplicação em ações. Por outro lado, empresas sediadas no Norte e Nordeste também têm tido suas ações adquiridas com os recursos reunidos por este sistema.

9. *O que o Senado derrubou* — De acordo com a Constituição em vigor, o Governo continua com a faculdade de baixar decretos-leis relativos a assuntos econômico-financeiros...

Há um equívoco do articulista. A atribuição do Governo cinge-se a decreto-lei sobre matéria financeira e não sobre assunto econômico-financeiro.

... e de segurança nacional, desde que posteriormente sejam submetidos a homologação das duas Casas do Congresso Nacional. Segundo os decretos 157 e 238, as pessoas físicas têm sua possibilidade de dedução permanente, enquanto as pessoas jurídicas só teriam esta possibilidade no ano que passou. Através do Decreto-lei 341, o atual Governo prorrogou a faculdade atribuída às pessoas jurídicas. Os dois primeiros decretos são anteriores a Constituição e, portanto, não necessitam de homologação do Congresso. O último é que foi rejeitado pelo Senado.

10. *Se não for consertado o erro* — Se não for reconstituído por lei o Decreto-lei 341 somente as pessoas físicas poderão este ano deduzir uma parcela de seu imposto para aplicar em ações. Prevê-se para este ano NCR\$ 75 milhões para o sistema, sendo aproximadamente um terço correspondente à aplicação das pessoas físicas. O sistema teria somente, portanto, NCR\$ 25 milhões este ano. Os demais NCR\$ 50 milhões seriam perdidos pela iniciativa privada e ganhos pela arrecadação federal. Mas o prejuízo principal estará na quebra das expectativas e das programações — o que é especialmente grave, na atual fase do mercado de ações brasileiro.

11. *Quem sai perdendo* — A pronta intervenção do Governo, assegurando a recomposição dos dispositivos do decreto recusado no Senado, afastou os prejuízos resultantes da especulação motivada pela dúvida. Mas se não for prorrogada a dedução das pessoas jurídicas perdemos: a) os contribuintes do Imposto de Renda — pessoa jurídica — que deixam de se beneficiar com o investimento de 5 % de seu imposto; b) as empresas habilitadas a receber os benefícios do sistema, que deixam de beneficiar-se com um fluxo financeiro de NCR\$ 50 milhões em 1968.

12. *O equívoco e sua causa* — Não sendo matéria que afeta os interesses do Nordeste e não sendo também matéria de corporificar uma posição política oposicionista (por que o decreto-lei não é governista e pelo contrário, "tira dinheiro" do Imposto de Renda para dar ao sistema econômico) só pode ser atribuída à falta de informação a atitude do Senado.

Ora, Sr. Presidente recapitulando, o Senador Ruy Carneiro pediu verificação de votação do projeto, submetido ao Senado, que aprovava o Decreto-lei nº 341. E justificou sua Excelência plenamente o seu pedido de verificação, feito dia 8 de março.

Cerca de dez Srs. Senadores apertaram o ilustre representante paralaibano, cada qual dando o seu ponto de vista, e eu mesmo tive oportunidade de chamar a atenção do Senador Ruy Carneiro para o fato de que se nós estávamos apenas prorrogando o benefício de que cuidava o artigo 4º do Decreto-lei 157, modificado pelo artigo 2º do Decreto-lei 238, esse desconto de 5 por cento das pessoas jurídicas, que se procurava manter para o exercício de 1968, não



prejudicaria o Norte e Nordeste, desde que, pelo parágrafo único do Decreto-lei nº 238, era permitido o desconto num total de 55 por cento, ou fosse, 50 por cento para a SUDENE ou a SUDAM e mais 5 por cento para aplicação no mercado de capitais.

Depois, porém, Sr. Presidente, o Senador Aurélio Vianna levantou questão que pareceu da maior importância. Chamou o Senador Aurélio Vianna a atenção para o fato de que se estava prorrogando o contido no artigo 4º do Decreto-lei 157, modificado pelo artigo 2º do Decreto-lei nº 238. Não havia qualquer referência ao parágrafo único, tanto do Decreto 157, quanto do 238.

Como os Senadores Ruy Carneiro e Mário Martins tinham sido alertados para o fato de que se estavam maquinando contra o Norte e Nordeste, pedi novamente aparte para considerar aquele reparo do Senador Aurélio Vianna, como, talvez, a maquinaria denunciada aos ilustres Senadores Mário Martins e Ruy Carneiro, porque, Sr. Presidente, embora pudesse eu admitir que, com a citação do art. 4º do Decreto-lei nº 157, com a redação do art. 2º do Decreto-lei nº 238, estivesse expressa a citação do parágrafo único, é evidente que com essas articulações, no sentido de se estenderem os incentivos fiscais a outras regiões do País — em detrimento dos já concedidos ao Norte e Nordeste — era de se supor que houvesse a alegação, mais tarde, de que o desconto era só o das leis anteriores, de 5 por cento, e que esses 5 por cento poderiam estar incluídos naquele de 50 por cento para as pessoas jurídicas.

Dai, Sr. Presidente, a minha observação de que o projeto, sendo votado na semana seguinte, haveria tempo de que, de parte do Sr. Ministro da Fazenda, viessem as explicações necessárias. Agora, vale insistir: é curioso que o Sr. Presidente da República, recebendo exposição de motivos do Sr. Ministro da Fazenda com base nela, expôs o decreto-lei, enviando depois ao Congresso Nacional, sem lhe dar qualquer explicação sobre as razões que o levaram a manter, no exercício de 1963, um benefício apenas concedido para o exercício de 1967.

Claro, Sr. Presidente, que na Mensagem do Sr. Presidente da República, encaminhando a esta Casa um decreto-lei por ele expedido, deveria vir informações da maior importância, para o julgamento ou apreciação do Senado. Quanto rendeu ou foi depositado, nas companhias financeiras, pelas pessoas jurídicas, com base na permissão do art. 4º, do decreto-lei nº 157? Quanto foi adquirido de ações com esse depósito? Quanto se havia perdido sem a aplicação, no que tiz respeito a este mesmo depósito? Qual a parte referente às pessoas jurídicas e a referente às pessoas físicas? Qual a estimativa para o ano de 1968? Por que o Governo achava que deveria dar essa prorrogação por um ano? Por que o Poder Executivo entendia que devia atender às reivindicações das classes interessadas se, na oportunidade em que baixou o decreto-lei nº 157, limitou, para o exercício de 1967, o benefício concedido? Por que o Governo entendia que devia perder, durante mais um ano, o seu imposto de renda, no momento em que cortes severos ocorrem no Orçamento justamente, porque se prevê que a prevê que a arrecadação não cobrirá os gastos normais da União? Por que essa concessão por um ano?

Enfim, Sr. Presidente, entendo que o Congresso Nacional que, por força de dispositivo expresso da Constituição, tem o direito de examinar os decretos-leis para aprová-los ou rejeitá-los, tinha de receber, do Governo as explicações necessárias para que o exame da matéria fosse feito à base de todos os esclarecimentos que de-

veriam acompanhar o referido decreto-lei. Não era um decreto-lei dando a isenção. Era um decreto-lei prorrogando, por um ano, benefícios já concedidos. Por conseguinte, experiência já feita, resultados já apurados. No entanto, nada disso fez, nem antes nem depois da discussão que se travou, em torno desse decreto-lei cuja verificação foi pedida pelo Senador Ruy Carneiro. A sua votação se deu na terça-feira seguinte e pacífica foi a rejeição, por 34 a 12. Ou melhor, 32 a 8, conforme corrige o Senador Aloysio de Carvalho.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Não tenho certeza de que houvesse esse quorum, mas, me parece que V. Exª apresentou foi muito baixo.

O SR. CLODOMIR MILET — Agradeço a informação de V. Exª. Qualquer que seja o resultado, foi o resultado denunciador do estado de espírito dos Srs. Senadores que estavam examinando a matéria sem qualquer informação, nem anterior ao envio da Mensagem do Sr. Presidente da República, nem posterior à sessão em que se discutiu por tanto tempo a matéria, nesta Casa.

Sr. Presidente, quero resumir minhas considerações solicitando, mais uma vez, do Sr. Presidente da República, que tem a faculdade de baixar decretos-leis, de mandá-los ao Congresso Nacional, peça aos Senhores Ministros uma exposição completa das matérias submetidas à sua apreciação para exposição desse decreto-legislativo. Assim, poderá Sua Excelência informar ao Poder Legislativo, que vai examinar o decreto-lei já expedido e já em vigência, sobre os motivos e razões que levaram o Governo a adotar aquela providência contida no texto do citado decreto-lei.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite V. Exª um aparte?

O SR. CLODOMIR MILET — Pois não.

O Sr. Ruy Carneiro — Infelizmente, não me encontrava no plenário e não tive, portanto, oportunidade de ouvir o começo do seu discurso. Mas em nome do Senado, quero agradecer a defesa que V. Exª faz dos ataques que temos recebido nesta Casa, não só eu, mas os outros Senadores que comigo votaram, que apreciaram o Projeto de Decreto-Legislativo nº 11, que veio da Câmara, inclusive o Senador Mário Martins o mais atento ao assunto. Das explicações, dos esclarecimentos expendidos, parece até que o Senado é composto, não de homens responsáveis, que já foram governadores, professores de universidade, Deputados Federais, mas, de autômatos, que recebe instruções. Não quero fazer a injúria, de supor que também o Presidente da República pensa desta maneira. Absolutamente, li uma série de insultos feitos à minha ação diretamente, dizendo que o Presidente estaria aborrecido comigo, não tem S. Exª razão para tanto.

Estamos aqui para apreciar, examinar as matérias, e votar com honestidade, com critério, com patriotismo, com responsabilidade dos nossos nomes. Como vamos nos apresentar nos nossos Estados se não cumprirmos bem o nosso dever na Casa para a qual nos enviamos? Penso que um Assessor do Ministério da Fazenda deveria ter comparecido para prestar os esclarecimentos de que precisássemos, pois a Mensagem do Sr. Presidente da República, Arthur da Costa e Silva, não esclarecia convenientemente a matéria. Posteriormente, após a apreciação da mesma por parte do Sr. Senador Mário Martins — pedi verificação de votação e passei a examinar a matéria, atento que sou a assuntos pertinentes ao Nordeste. Tinha receio, e ainda o tenho, de que a coisa vá prejudicar os incentivos que visam a soerguer o Nordeste. Assim por medida acauteladora, atuei daquela forma. Mas o Senado não se equivocou, porque nós não somos nem caducos e nem idiotas. Todos temos noção de nossas responsa-

bilidades e sabemos o que votamos. Agradeço a V. Exª, as referências generosas que fez, no começo do seu discurso, a meu respeito. Se alguém está me atacando é porque tem meios de fazer os ataques e eu não tenho meios de me defender a não ser por intermédio desta tribuna. Acredito que o povo brasileiro fará justiça. Cumpro, meu dever. Estou atento, aguardando a chegada da nova Mensagem. Obrigado a V. Exª.

O SR. CLODOMIR MILET — Graças pelo aparte com que me honrou V. Exª, nobre Senador Ruy Carneiro, não precisa se defender. Todos conhecemos o tipo de homem que é V. Exª. O seu espírito público, muitas e muitas vezes reconhecido e proclamado por todos, nesta Casa e fora dela, dispensa elogios ou defesa em caso de agressão desta ordem.

O que está em jogo é o Senado, é o Congresso Nacional!

O Sr. Ruy Carneiro — Exatamente.

O SR. CLODOMIR MILET — A respeito desse ponto que me batô. Apesar do discurso que fiz, há poucos dias, continuam as mesmas injúrias.

Não agimos pelo fato de tal Decreto-lei vir em prejuízo do Nordeste, sobretudo porque não tínhamos as necessárias informações sobre o significado daquela prorrogação que se dava, já disse e repito, que não se tratava da concessão de um favor, mas da repetição de um favor já concedido.

O Sr. Ruy Carneiro — Exatamente. V. Exª está tocando no ponto nevrálgico da questão.

O SR. CLODOMIR MILET — Se o Governo naquela ocasião, atendendo às sugestões que lhe foram feitas conforme o artigo que acabei de ler no sentido de fomentar a venda de ações, de facilitar a movimentação do capital das empresas, entendeu ser do seu dever ajudar as empresas neste País, também resolveu que só poderia fazê-lo por um ano. E ninguém reclamou. Todo mundo aceitou aquele favor por um ano. Como se diz agora que a falta de prorrogação prejudicará tremendamente, e acarretará graves prejuízos para o País, porque a programação já estava feita?! Já estava feita como se o decreto-lei deu apenas o benefício por um ano?! Se dependia do Presidente da República — e já agora da aprovação do Congresso — a prorrogação desse benefício?! Se o próprio articulista, que está muito dentro da matéria, diz que os interessados estão estudando a maneira de aperfeiçoar o sistema, para apresentar novas sugestões?! Por que, então, o Governo, em lugar de prorrogar um benefício, concedido em decreto-lei de fevereiro do ano passado, não mandou um projeto de lei a esta Casa, dando o benefício que bem entendesse, com desconto do Imposto de Renda que quisesse, mas estabelecendo a norma para uso desse benefício, indicando as distorções, conservando os erros por acaso existentes melhorando, enfim, o sistema?! Por que não mandou um projeto de lei a esta Casa e preferiu a forma simples de prorrogar apenas o decreto-lei, e pela forma que o fez, sem qualquer referência ao parágrafo único, que diz:

“são permitidos descontos totais de 50%”.

para que não houvesse prejuízo da SUDENE e da SUDAM no depósito dos 50% permitidos em leis anteriores?! Por que se escolheu o meio de prorrogar, pura e simplesmente, um benefício concedido apenas por um ano, benefício esse cujo emprêgo, digamos melhor, cuja sistematização deveria ser melhor cuidada, pelos próprios estudiosos da matéria.

Pois bem, Sr. Presidente, não preferiu o Governo agir dessa forma, mas fez pior! Nem nos mandou as explicações ou os motivos que o levaram a fazer essa prorrogação. E mais, o que se prorrogou foi apenas a parte referente aos cinco por cento das pessoas

jurídicas, porque os dez por cento das pessoas físicas continuam no mesmo.

Essas continuam autorizadas porque o Decreto-lei nº 157, em seu art. 3º, concedeu esse benefício, sem limitações de prazo; e esse benefício ou seja os 10% correspondentes as pessoas jurídicas somam um terço do total dos depósitos. Por conseguinte, se a estimativa é de 75% milhões, vinte e cinco milhões, continuam para as pessoas físicas os prejuízos de cinquenta milhões seriam para as empresas e não para a Nação, como se alegou. E se fechou a Bolsa e se temeu represálias das classes interessadas pelas especulações que poderiam vir.

Mas, Sr. Presidente, neste momento em que o mundo enfrenta o problema do ouro, da desvalorização do dólar, e tudo o mais, se faz no Brasil um cavalo de batalha, porque o Senado da República não dá o seu beneplácito a um Decreto do Sr. Presidente da República! E já agora se anuncia que o Governo em atendimento às justas reivindicações das classes empresariais mandou imediatamente que o Relator do projeto de lei, da Câmara dos Deputados, apresentasse uma Emenda com a mesma matéria contida no Decreto-lei revogado, e já se disse que a emenda do Relator do Projeto na Comissão de Justiça que permite ou que autoriza o aumento do capital da Companhia Siderúrgica Nacional, já foi aprovada. O Relator dessa matéria já a apresentou e a mesma foi aprovada.

Sr. Presidente, então nós teríamos que saber, desde logo, e é preciso também, que o Sr. Ministro da Fazenda atente para este fato só o Poder Executivo pode mandar proposições referentes à matéria financeira. Ou isto é matéria financeira e não se pode fazer emendas desse tipo ou não é matéria financeira e o Decreto-lei não podia existir.

E' preciso ter cuidado, Sr. Presidente. Por que essa lata? Por que essas classes empresariais querem atrair o Congresso Nacional contra o Sr. Presidente da República ou o Sr. Presidente da República contra o Congresso Nacional?

Se todos estão querendo o bem da Nação, o fortalecimento da economia nacional, devem todos e cada qual trazer os seus elementos e subsídios para que matéria dessa ordem desse porte, seja votada com segurança, com todos os elementos em mãos para que a lei, afinal, em vigor e mantida e em vigor pela aprovação do Senado, o Decreto-lei seja de fato uma lei que, longe de prejudicar os interesses da Nação, beneficie as classes empresariais e não prejudique os interesses da comunidade, os interesses de todo o País.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite V. Exª, um aparte?

O SR. CLODOMIR MILET — Com prazer.

O Sr. Ruy Carneiro — Quería indagar sobre se V. Exª, tem observado como a imprensa, sobretudo a de São Paulo e a do Rio de Janeiro, as estações de rádio e televisão têm feito crítica cerrada ao Senado porque tomou aquela atitude? Uma coisa estranha: numa matéria em que surja dúvida o Senado não pode decidir da maneira como o fez, V. Exª, argumenta de uma maneira brilhante, com a inteligência que possui e com seus conhecimentos. Já quinta-feira o discurso de V. Exª, foi admirável, e, hoje, V. Exª deixa o Senado em perfeita situação. O Senado já está muito bem posto, mas V. Exª, está naturalmente, para aqueles que estão fazendo comentários, a seu modo e sabor dando um esclarecimento perfeito à opinião pública do Brasil.

O SR. CLODOMIR MILET — Muito agradecido a V. Exª. Quero dar um exemplo de que não estão sendo sinceros estes que hoje se atiram contra o Congresso Nacional, por ter sido rejeitado o decreto-lei que os beneficiava. O Decreto-lei nº 157 é de

10 de fevereiro de 1967. Por este decreto se permitia o desconto de 10% do imposto de renda das pessoas jurídicas para compra no mercado de ações. No dia 28 de fevereiro, o Governo, alertado, certamente, pelo prejuízo ou pela desvantagens de concessão de tal vulto, baixou novo decreto-lei, retificando o anterior, e reduziu para 5% o benefício.

Ninguém gritou. Todos se aquietaram. Não houve ninguém prejudicado. O Governo entendeu que devia dar o favor, mas como queria. E como queria era assim: só 5%. E mais: no primeiro decreto-lei se permitia o desconto total de 50%. Após-se aos descontos já autorizados pelas leis anteriores, para que desses 50% se tirassem 5% para compra no mercado de ações.

Então, haveria grande prejuízo, logo de saída, para o Norte e o Nordeste. Mas o segundo Decreto, retificando o primeiro, corrigiu esse erro. Baixou o desconto para 5% e permitiu que, além dos 50%, as empresas, as pessoas jurídicas pudessem descontar 5% para efeito do imposto de renda.

Como tinha algumas dúvidas a respeito, perguntei: e se por acaso uma indústria, empresa ou pessoa jurídica tivesse descontado apenas 50% e quisesse usar os 5% para compra de ações? Seria permitido o emprêgo desta parcela do desconto, se ela só tivesse descontado os 50%? Não achei quem me esclarecesse. Li melhor o decreto-lei e entendi que só com propósito deliberado de se prejudicar o Norte e o Nordeste é que se poderia fazer isto. Mas continuou de pé a objeção: a prorrogação do benefício concedido pelo art. 4º do Decreto-lei 157, com a redação que lhe deu o art. 2º do decreto-lei de 28 de janeiro. Mas sobre o parágrafo único não se fala. Amanhã se poderá dizer que não se fez referências ao parágrafo único. Por conseguinte, o que está de pé é o que existia antes. Não foi prorrogado aquele aumento de 5% no total permitido pelo imposto. Então, os 5% seriam descontados do total dos 50% permitidos por lei.

Pois bem, cabe ao Sr. Ministro da Fazenda ou aos órgãos competentes nos esclarecer a respeito desta omissão — pode-se assim chamar — do decreto-lei, ou para esta dúvida surgir. Temos o direito de interpelar, de perguntar e nos esclarecer principalmente se um decreto-lei vem sem qualquer explicação da parte de quem deveria dá-la e que logo, de primeira não, sofre uma prorrogação.

O Sr. Atílio Fontana — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. CLODOMIR MILET — Com prazer.

O Sr. Atílio Fontana — Acredito, nobre Senador, que V. Exa. interpretou muito bem a legislação que regula os incentivos fiscais. Os 50% que podem ser aplicados no Norte e no Nordeste nada têm a ver com os 5% que podem ser aplicados na aquisição de ações. Pelo menos é a interpretação que percebi que V. Exa. está dando. O que acontece é que a ideia é boa mas a aplicação beneficia apenas determinado grupo que poderíamos chamar de privilegiados. Acredito que voltará, segundo dizer os jornais, e como o Sr. Ministro da Fazenda já disse, no sentido de apresentar uma nova fórmula esclarecedora e também mais prática para aplicação. Porque, como está hoje, a pessoa jurídica, como pessoa física, não sabe onde e como e quando serão aplicados os depósitos que se fizeram de 52. Então, quem se beneficiou com isso? É fácil de se ver. V. Exa. tem toda razão; faltou o esclarecimento necessário. Todas as observações que V. Exa. ainda há pouco enumerou tem toda procedência.

Consequentemente, o Sr. Ministro da Fazenda que se acatele porque o Senado precisa mesmo estar atento, pois para isso fomos eleitos. Estamos aqui com essa responsabilidade de

examinar toda a matéria, que é por lei e pela Constituição, de obrigação do Senado examinar e votar.

O SR. CLODOMIR MILET — Muito agradecido a V. Exa. Disse muito bem V. Exa., tanto assim que no artigo que li consta o seguinte trecho:

"Para corrigir tais falhas é que uma comissão de dirigentes de financeiras (coordenada pelo Sr. Bellini Cunha) e de bancos de investimentos (coordenada pelo Sr. Pedro Leitão da Cunha), vem trabalhando em conjunto com a Gerência de Mercado de Capitais do Banco Central, buscando sugestões que aperfeiçoam o sistema."

Então, por que não se toma essa sugestão, não se examina essa sugestão e não se faz um projeto regulando a matéria em definitivo, ou pelo menos um período mais longo de tempo, para evitar que no fim de 1968 estejamos novamente com Decreto-lei expedido pelo Presidente da República prorrogando por mais um ano o benefício que deu em 1967?

Mas fique V. Exa. sabendo que já foi aprovada emenda de projeto que virá a esta Casa, repetindo apenas o que estava no Decreto-lei anterior, prorrogando por mais um ano o benefício que consta do artigo 4º do Decreto-lei 157, modificado pelo artigo 2º do Decreto-lei 238.

Ora, vê V. Exa. que, dessa maneira, não se constitui nada. O Governo faria imediatamente uma mensagem — o Banco Central já tem os elementos — e mandaria essa mensagem à Câmara dos Deputados, onde seria aprovada em regime de urgência, se fosse o caso; viria ao Senado e também seria aprovada em regime de urgência, porque a matéria ensejaria talvez essa votação em curto prazo. Ou viria logo para a votação do Congresso Nacional e a matéria seria votada em 60 dias. Outro dia, friso muito bem o Senador Eurico Rezende: um decreto é submetido ao Congresso; se este o rejeita, está sujeita, embora tivesse estado em vigência desde a sua publicação. O Congresso tem 60 dias para examinar esse projeto. Se o Decreto-lei de 10 de fevereiro dava 10% de concessão e foi modificada por outro de 28 de fevereiro, reduzindo de 10 para 5% e aumentando a permissibilidade do desconto de 50% para 55%, para não afetar as áreas do Nordeste e do Norte. Não houve grita nenhuma. Se o decreto-lei foi expedido para valer apenas no exercício de 1967, por que essa grita toda agora, quando nós, do Congresso Nacional, do Senado da República, examinamos a matéria e entendemos que não devia dar-se a prorrogação? Em que isso poderia afetar a programação? Que programação seria essa?

O decreto-lei é uma inovação. Antigamente, não havia decreto-lei, que é uma inovação da legislação revolucionária, e depois aceita pela Constituição. Antes, o decreto-lei valia sem apreciação de ninguém. Hoje, não. A lei é publicada entra em vigor mas é submetida imediatamente ao Congresso Nacional que, dentro de sessenta dias, poderá aprová-la ou rejeitá-la.

O Sr. Ruy Carneiro — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador) — V. Exa. observou que o projeto não foi debatido na Câmara — foi aprovado pela Câmara.

O SR. CLODOMIR MILET — É uma outra observação de muita importância — passou na Câmara.

O Sr. Ruy Carneiro — Perfeito. É uma matéria de grande importância. Agora, veja V. Exa. — o Senador Atílio Fontana que não está aqui, nesta altura do debate, mas conhece o assunto, porque ele também é empresário, fez declarações em aparte que deu a V. Exa., aliás, com o equilíbrio e bom-senso, que lhe são peculiares, no sentido de que aquela proposição estava servindo a um grupo. Esta a razão da grita e pedradas contra o Se-

nado que aprovou matéria que deveria rejeitar. Inclusive perguntas foram enviadas à televisão, como se o Brasil estivesse se acabando. Segundo estou informado, até o Presidente do Banco Central Dr. Ernani Galveias, foi convidado para dar esclarecimentos, pela televisão, sobre a matéria vetada pelo Senado. O aparte do Senador Atílio Fontana é da maior importância, e é justo que V. Exa., com a argúcia de sua inteligência o registre.

O SR. CLODOMIR MILET — Fico agradecido à cooperação do Senador Atílio Fontana ao meu discurso.

Mas, quero dar meu ponto de vista a respeito do que entendo sobre o mecanismo constitucional da expedição de decretos-leis e da sua apreciação. Quando o Presidente da República expede um Decreto-lei, esse decreto-lei entra imediatamente em vigor. É uma lei emanada do Sr. Presidente da República, embora uma lei sob condição, uma lei provisória. Mas nós temos o direito de apreciar esse decreto-lei, aprová-lo ou rejeitá-lo, ou seja, nós poderemos vetar a lei expedida pelo Presidente da República, assim como o Presidente da República pode vetar uma lei elaborada pelo Congresso Nacional. A lei que votamos só entra em vigor depois de sancionada e promulgada. O Decreto-lei do Sr. Presidente da República entra imediatamente em vigor. Mas o nosso veto é definitivo no que diz respeito à lei elaborada pelo Presidente da República, mesmo quando já em vigor. No que diz respeito ao veto do Presidente da República, nós podemos apreciar esse veto, rejeitando-o ou aprovando-o. É sistema de freios e contrapesos da Constituição, para que a harmonia dos poderes realmente exista, na prática.

Pois bem: quando exercemos o direito que nos assegura a Constituição de vetar uma lei emanada do Presidente da República, somos censurados e tudo assacamos contra nós. Mas se é o Presidente da República que vota uma lei nossa, nada acontece. Temos aqui uma lei vetada pelo Presidente da República. Foi reator da matéria no Senado. O Presidente da República nos manda uma mensagem que constitui o Projeto de Lei da Câmara n.º 106-67, "que dispõe sobre isenção de produtos incidentes na importação de bens destinados a construção de obras relacionadas com as atividades da infra-estrutura."

A Câmara dos Deputados, aceitando uma sugestão da Comissão de Constituição e Justiça, votou essa lei como se fosse complementar. Foi aprovada por 293 votos a 2 e foram aprovadas duas emendas: uma modificando um artigo, passando para o Ministério da Fazenda ao invés do Conselho de Política Aduaneira, a atribuição de fazer a concessão da isenção, e a outra limitando o prazo da isenção por um ano.

O projeto vem ao Senado. Na Comissão de Finanças — e eu fui o relator — pediu o parecer da Comissão de Constituição e Justiça quanto ao entendimento adotado pela Câmara dos Deputados de considerar aquela lei como complementar. Indagando da Comissão de Constituição e Justiça caso assim não pensasse se poderia ser classificada como lei ordinária e, portanto, em desacordo com o que havia sido votado pela Câmara dos Deputados. A Comissão de Constituição e Justiça decidiu que não se tratava de lei complementar e que não deveríamos votar a lei como se fosse ordinária, sem que isso prejudicasse a votação já havida na Câmara dos Deputados.

Mas, o projeto fora aprovado na Câmara por 290 votos a 2. O fato de haver sido uma lei complementar não mudou nada a votação. O projeto do Governo teve a melhor aprovação de parte de ambos os partidos.

Aqui, no Senado, recebi um apelo do Líder do Governo, mais adiante

apoiado por um pedido do próprio Ministro para Assuntos do Gabinete Civil, que mandava uma reivindicação do Sr. Ministro da Fazenda no sentido de repor o que estava no projeto inicial. A atribuição era do Conselho de Política Aduaneira e não do Ministro da Fazenda. Aceitei a sugestão, apresentei emenda e o projeto voltei a ter a redação primitiva.

Apresentei uma emenda rejeitando a limitação de prazo. Não entendia que, numa matéria dessa ordem, que o próprio Presidente da República propunha, se concedessem isenções de direito de importação, tributos, incidência de importação relacionada com a estrutura da obra do Governo, com limitação de prazo.

O Senado aprovou ambas as emendas. Voltou o projeto à Câmara. A Câmara aprovou as emendas do Senado e o projeto foi ao Presidente da República, tal como enviara apenas com modificação na redação do Art. 1º, feita na Câmara dos Deputados: onde se diz "poderá ser concedida a isenção", diga-se "será concedida a isenção".

Já se sabe que o Governo pode, uma vez que seja autorizado, fazer concessões dentro das limitações da obra. Então, era preciso que sobre o projeto fosse ouvida a Comissão de Política Aduaneira. Mas contra isso se levantou um grande protesto, e nem votamos. O Governo entendeu que o projeto que ele havia mandado para o Senado já não convinha aos interesses da nação, e vetou.

O esclarecimento que estou dando é para mostrar: primeiro a desorganização que está por aí; e, segundo, para dizer que nós não nos sentimos afetados pelo ato de o Presidente da República vetar uma lei resultante de uma mensagem, e votada pelo Congresso Nacional quase nos mesmos termos em que veio.

Ouvirei o aparte de V. Exa., Sr. Senador Carlos Lindenberg.

O Sr. Carlos Lindenberg — Com esse final do discurso de V. Exa., eu me lembrei de voltar um pouco mais ao que V. Exa. já declarara. V. Exa. declarou que houve uma emenda a um projeto da Câmara, substituindo o decreto que o Senado rejeitou. De modo que não estou entendendo, porque, neste caso, não se trata de matéria financeira. Se fosse matéria financeira, seria, apenas, da alçada do Executivo, e se essa emenda foi apresentada por um Deputado qualquer, e já está aprovada, então é que não se trata de matéria financeira. E neste caso, não seria necessário aquele decreto da Presidência da República, nem a prorrogação. É o que me parece. De modo que, como V. Exa. está mais a par da matéria, poderia me me esclarecer.

O SR. CLODOMIR MILET — Já disse isso, mas V. Exa. estava ausente do plenário. Se a Constituição diz que quando se trata de matéria financeira, a iniciativa da proposição é do Sr. Presidente da República. Mas, se se permit a um Deputado, autorizado pelo Presidente da República, ou por quem fosse, apresentar uma emenda ao projeto que autorizou o aumento do capital da Companhia Siderúrgica Nacional e se a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou esta emenda que repete a matéria contida no Decreto-lei, que rejeitamos então, o Decreto-lei deveria ser totalmente revogado, porque não se trata de matéria financeira.

V. Exa., nobre Senador Carlos Lindenberg, tem inteira razão quanto a esta parte, que já fiz constar do meu discurso, e folgo em saber que o entendimento que dá à matéria é o meu.

Sr. Presidente, penso que deixei o Senado bem esclarecido sobre a semelhança — e o Senado já o sabia — dessa celebração, repito o termo, de tudo o que se faz, hoje, em toda a imprensa do País, contra uma atitude

legal, correta, perfeita adotada pelo Senado que, ao apreciar o Decreto-Lei nº 34, expedido pelo Sr. Presidente da República, entendeu rejeitá-lo ao invés de aprová-lo.

O Senado usou de uma prerrogativa assegurada pelo mesmo dispositivo constitucional que dá ao Presidente da República o direito de expedir decretos-leis.

É isso, bastaria para significar que aqueles que se estão opondo ao Senado, criando ou procurando criar atritos entre o Senado e o Presidente, entre o Legislativo e o Executivo, estão muito mais no desconhecimento das leis e da Constituição deste País do que qualquer um dos Senhores Senadores que mesmo não estando aqui, não tivessem acompanhado a discussão da matéria.

Sr. Presidente, Senhores Senadores, o Presidente da República irá, ou foi, ao encontro das aspirações das classes empresariais pretendendo corrigir o equívoco do Senado Federal. O projeto a emenda ou o que for restabelecendo a matéria por nós rejeitada; voltará ao Senado. Quero crer que na oportunidade, esta Casa repetirá, não a rejeição, mas o pedido de esclarecimento ao Governo, no sentido de nos indicar por que, qual a razão, qual o motivo leva o Governo a prorrogar para o exercício de 68, uma providência adotada por ele mesmo, com a limitação de prazo, ou seja, para vigorar apenas no exercício de 67. Terá de nos dizer também se é definitivamente o exercício de 67 que será atenuado pelo benefício que agora se quer prorrogar ou se o Governo pensa em deixar para sempre tal como fez em relação ao desconto autorizado para as pessoas físicas que este ano terão a faculdade de descontar 10% para empregar na compra de ações de desconto esse que atingirá, segundo a estimativa do Sr. Carlos Alberto Wanderley cujo artigo acabei de ler; um terço do total dos descontos permitidos pelo benefício autorizado ou concedido pelo Governo.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente. (Muito bem; muito bem; — Palmas).

# O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Não há mais quadros inscritos. (Pausa.)

Antes de encerrar a sessão e invocar os Senhores Senadores para uma sessão extraordinária, amanhã às dez horas, cuja Ordem do Dia será trabalhos de Comissão.

Está encerrada a sessão

Levanta-se a sessão às 17 horas e 35 minutos.

Trecho da Ata da 15ª Sessão, em 15 de março de 1968, que se republica por haver saído com incorreções no Diário do Congresso Nacional (seção II) de 16 de março de 1968.

# O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Martinho)

A Presidência recebeu ofícios do Sr. Ministro das Comunicações, comunicando que está diligenciando no sentido de ultimar as respostas, para oportuno encaminhamento a esta Casa, aos seguintes Requerimentos de Informações:

Nº 58-68, de autoria do Senador Lino de Mattos (Aviso nº 003134, de 14 de março de 1968);

Nº 76-68, de autoria do Senador Vasconcelos Torres (Aviso nº 00135 de 14 de março de 1968);

Nº 77-68, de autoria do Senador Vasconcelos Torres (Aviso nº 00133, de 14 de março de 1968).

Se não houver objeção, esta Presidência considerará prorrogados por trinta dias os prazos de respostas dos citados Requerimentos.

Como não houve objeções, estão prorrogados os prazos.

gravação e que, depois de traduzida, foi incorporada ao Projeto.

O Sr. Presidente põe em discussão o parecer do Relator que dá pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo.

Usam da palavra os Senhores Ney Braga, José Guilomard e Domicio Gondim.

Como alguns dos Senadores presentes a esta reunião estavam ausentes na anterior, quando foi lido o parecer do relator, o Senador Paulo Torres faz um resumo do seu parecer, ao mesmo tempo em que continua o Senador Mário Martins.

O Senhor Presidente põe em votação o parecer e determina que conste da ata a impugnação levantada pelo Senador Mário Martins que arguiu a inconstitucionalidade do Projeto.

O parecer é aprovado, vencido o Senador Mário Martins nos termos do voto anexo.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária ad hoc, a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

Comissão Mista incumbida do estudo do Projeto de Lei número 10, de 1968 (C.N.) — "Dispõe sobre a utilização facultativa dos Serviços de Despachantes Aduaneiros e dá outras providências."

1ª REUNIAO. REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 1968

## INSTALAÇÃO

As 16,30 horas do dia 15 de março de 1968, na Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Milton Trindade, Alvaro Catão, Luiz de Barros, Menezes Pimentel, José Leite, Raul Giuberti, Fernando Corrêa, José Ermírio, Ruy Carneiro e Deputados Wanderley Dantas, Lisboa Machado, Humberto Lucena, Erasmo Pedro e Adylio Vianna, reúne-se a Comissão Mista incumbida do estudo do Projeto de Lei nº 10-68 (C.N.). Dispõe sobre a utilização facultativa dos serviços de despachantes aduaneiros e dá outras providências.

Deixam de comparecer os Senhores Senador Aurélio Vianna e Deputados Leon Perez, Cicero Dantas, Manoel Rodrigues, Martins Júnior, Clóvis Stenzel e Athié Courty.

De acordo com o artigo 32 do Regulamento Ccnun, assume a presidência o Senhor Senador Menezes Pimentel que declara instalados os trabalhos, anunciando que, a fim de cumprir dispositivo regimental, irá proceder, por escrutínio secreto, a eleição do Presidente e do Vice-Presidente, designando para escrutinador o Senador Raul Giuberti.

Distribuídas as cédulas uninominais e colocadas na urna apropriada, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador José Ermírio .....	Votos 13
Senador Menezes Pimentel ....	1

Para Vice-Presidente:

Senador José Leite .....	13
Senador Raul Giuberti .....	1

O Senador Menezes Pimentel declara eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Senadores José Ermírio e José Leite.

Assumindo a presidência o Senhor Senador José Ermírio agradece a confiança manifestada pelos membros da Comissão elegendo-o Presidente deste órgão e submete a votação as Normas Disciplinadoras dos trabalhos da Comissão, que são aprovadas por unanimidade.

De acordo com as Normas acima citadas, o Senhor Presidente designa Relator da matéria o Deputado Leon

Perez e, com a aprovação unânime da Comissão, é designado o dia 28 do corrente, às 10 horas, a apresentação do parecer, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal.

O Senhor Deputado Humberto Lucena propõe, com o apoio do Senhor Presidente, que seja convidado o Senhor Ministro da Fazenda para fazer uma exposição perante a Comissão sobre o Projeto, proposta que é aprovada pela Comissão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelos membros presentes. — Menezes Pimentel — Milton Trindade — Alvaro Catão — Luiz de Barros — José Leite — Raul Giuberti — Fernando Corrêa — José Ermírio — Ruy Carneiro — Wanderley Dantas — Humberto Lucena — Erasmo Pedro — Adylio Vianna — Lisboa Machado

COMISSAO MISTA PARA ESTUDO DO PROJETO DE LEI Nº 10, DE 1968 (CN) ANEXO A ATA Nº 1ª REUNIAO. REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 1968

Publicada decididamente autorizada pelo Senhor Presidente da Comissão é o seguinte o texto das Normas Disciplinadoras aprovadas:

Art. 1º Instalada a Comissão e eleitos o Presidente e o Vice-Presidente, o Presidente designará o Relator.

Parágrafo único. A designação do Relator será da livre iniciativa do Presidente eleito, mais não poderá ser indicado parlamentar da mesma legenda partidária do Presidente.

Art. 2º O Presidente, ouvida a Comissão, determinará local, no Congresso Nacional, dia e hora para a apresentação das emendas ao Projeto de Lei, fixando-se, desde logo, o termo final do prazo de 5 (cinco) dias previsto na letra "a" do artigo 8º da Resolução nº 1, de 1964 (CN).

Parágrafo único. As mesmas deverão ser apresentadas ao Secretário da Comissão Mista, no local e horário previamente determinados.

Art. 3º Terminado o prazo de 5 (cinco) dias destinado à apresentação de emendas ao Projeto (letra "a" do art. 2º, da Resolução nº 1, de 1964 (CN), serão as mesmas examinadas pelo Presidente da Comissão, que fará como não aceita aquelas que aumentem a despesa proposta pelo Presidente da República (letra "b", do artigo 8º, da Resolução nº 1, de 1964 (CN).

Parágrafo único. Da decisão do Presidente sobre a não-aceitação de emendas caberá recurso para a Comissão, nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes ao termo final do prazo fixado para o recebimento das emendas, improrrogavelmente. Só será admitido recurso subscrito por 6 (seis) membros da Comissão, no mínimo.

Art. 4º Não serão apreciadas pela Comissão as emendas que, a juízo do seu Presidente, ouvido o Relator, não sejam pertinentes ao Projeto. Isto é, não se refirir a matéria constantes de qualquer de seus dispositivos

Art. 5º A Comissão, a requerimento do autor da emenda, ou com o apolamento de, pelo menos, 6 (seis) de seus integrantes, poderá apelar a preliminar da respectiva importância.

Art. 6º Após a Comissão ter-se manifestado sobre os recursos, será aberto o prazo de 72 (setenta e duas) horas ao Relator para apresentar o seu parecer, que poderá concluir por substitutivo (letra "f", do art. 2º, da Resolução nº 1, de 1964 (CN).

Art. 7º A discussão será uma só sobre o parecer e emendas. Poderá usar da palavra, sobre a matéria em discussão, durante 5 (cinco) minutos, qualquer membro da Comissão, Líder de Partido ou de Bloco Parlamentar. Se a matéria em discussão for enten-

## ATA DAS COMISSÕES

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

1ª REUNIAO. REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 1968

As dez horas do dia quatorze de março de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala das Comissões sob a presidência do Sr. Senador Menezes Pimentel, Presidente, presentes os Senhores Senadores Ruy Carneiro, Aloysio de Carvalho e Adalberto Sena, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Mera de Sá, Alvaro Maia, Duarte Filho e Antônio Balbino.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior que, em seguida é aprovada.

Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Adalberto Sena a fim de emitir parecer sobre a única matéria constante da pauta.

Com a palavra, o Senhor Senador Adalberto lê parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1968, que "Aprova o texto do Convênio de Intercâmbio Cultural, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da República do Haiti, assinado no Rio de Janeiro aos 5 de julho de 1966".

Em discussão e votação, é o parecer aprovado pela Comissão.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião, lavrando eu, Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

### COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

3ª REUNIAO. EXTRAORDINARIA. REALIZADA NO DIA 14 DE MARÇO DE 1968

As 10,30 horas do dia 14 de março de 1968, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador Paulo Torres, presentes os Senhores Senadores Mário Martins, Argemiro Figueiredo, José Guilomard, Ney Braga, Domicio Gondim e Mello Braga, reúne-se a Comissão de Segurança Nacional.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Oscar Passos, Lobão da Silveira e José Candido.

O Senador Paulo Torres passa a presidência ao Senador Argemiro Figueiredo, visto ser o Relator do Projeto de Decreto Legislativo nº 12-68 — Aprova o Decreto-lei nº 348, de 4 de janeiro de 1968, que dispõe sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional e dá outras providências".

Assumindo a presidência, o Senador Argemiro Figueiredo dá a palavra ao Senador Mário Martins, a quem fora dada vista do processo na reunião anterior.

O Senador Mário Martins faz uma longa exposição sobre a matéria, fazendo comentários sobre diversos aspectos do projeto, inclusive no que se refere à sua inconstitucionalidade, concluindo com a declaração de que votará contra o projeto e fazendo uma declaração de voto constante de



da, também poderá usar da palavra o seu autor pelo mesmo limite de tempo. O Relator terá igual direito, pelo prazo de 10 (dez) minutos.

Art. 8º Encerrada a discussão, proceder-se-á à votação, que não terá encaminhamento. Para efeito de votação, que se realizará em globo, as emendas serão divididas em 3 (três) grupos:

a) emendas com parecer favorável;  
b) emendas com subemendas; e  
c) emendas com parecer contrário.

Parágrafo único. O Presidente somente votará em caso de empate.

Art. 9º As questões de ordem serão sucintamente propostas e conclusivamente resolvidas pelo Presidente, podendo ser propostas e contraditadas pelos membros da Comissão, exclusivamente.

§ 1º Cada questão de ordem só pode ser contraditada por um só congressista.

§ 2º Os prazos para suscitar, contraditar e decidir as questões de ordem serão de 3 (três) minutos.

§ 3º As questões de ordem não podem ser renovadas depois de decididas pelo Presidente.

Art. 10. Qualquer destaque de emenda para votação em separado será requerido no prazo comum de 10 (dez) minutos, antes da votação, pelo respectivo autor ou qualquer membro da Comissão, podendo encaminhar a votação, pelo prazo de 5 (cinco) minutos, o autor da emenda ou um representante de seu Partido na Comissão, o autor do destaque e o Relator.

Art. 11. Somente aos membros da Comissão será permitida a apresentação de subemendas, igualmente reguladas pelos arts. 3º, 5º e 6º destas Normas.

Art. 12. Utilizada a votação, o Relator redigirá o vencido, se entender de apresentar substitutivo, o qual será votado em bloco, somente admitidas emendas que visem a corrigir a redação ou suprir omissões acaso verificadas.

Art. 13. Com o parecer da Comissão Mista, os seus trabalhos serão suspensos até que, a respeito do projeto, delibere o Congresso Nacional.

Art. 14. A Comissão incumbirá a elaboração da redação final do Projeto, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da aprovação pelo Plenário (letra "k", do artigo 8º, da Resolução nº 1, de 1964 (CN)).

Art. 15. As emendas e o parecer serão distribuídos aos membros da Comissão, para prévio conhecimento, no dia previsto para a discussão e votação do parecer.

Art. 16. Somente será aceita pela Comissão a emenda que se fizer acompanhar, além do original, de 2 (três) cópias.

Art. 17. Estas Normas serão observadas, pela Comissão Mista, e, nos casos omissos, serão observadas as disposições do Regimento Comum.

Sala das Comissões, em 15 de março de 1968. — José Ermírio, Presidente.

#### AVISO

1 — A Comissão receberá emendas nos dias 18 (dezoito), 19 (dezenove), 20 (vinte), 21 (vinte e um) e 22 (vinte e dois) de março;

2 — As emendas deverão ser encaminhadas ao 11º andar do Anexo do Senado Federal, nos horários das 8:00 (oito) às 19:00 (dezenove) horas e, durante a noite, quando houver sessão em qualquer das duas casas do Congresso Nacional;

3 — Término do prazo para apresentação de emendas na comissão: Dia 22, às 19:00 horas;

4 — As emendas só serão recebidas quando o original vier acompanhado de três cópias;

5 — Ao término do prazo de recebimento de emendas, será aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas constante do parágrafo único do artigo 3º das Normas Disciplinadoras, para recebimento de recursos;

6 — Durante o decorrer do citado período, haverá, na Secretaria da Comissão, plantão ininterrupto para recebê-los; e

7 — A apresentação do parecer do Relator perante a Comissão dar-se-á no dia 23 (vinte e oito) de março às 10:00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Congresso Nacional, em 15 de março de 1968. — José Ermírio, Presidente.

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador José Ermírio  
Vice-Presidente: Senador José Leite  
Relator: Deputado Leon Perez

#### ARENA

##### Senadores

1. Milton Trindade
2. Alvaro Catão
3. Luiz de Barros
4. Menezes Pimentel
5. José Leite
6. Raul Guberti
7. Fernando Corrêa

#### ARENA

##### Deputados

1. Cicero Dantas
2. Wanderley Dantas

3. Leon Perez
4. Manoel Rodrigues
5. Martins Júnior
6. Clóvis Stenzel
7. Lisboa Machado

#### MDB

##### Senadores

1. Aurélio Vianna
2. José Ermírio
3. Edmundo Levi
4. Ruy Carneiro

#### MDB

##### Deputados

1. Humberto Lucena
2. Athié Coury
3. Erasmo Pedro
4. Adylio Vianna

#### CALENDÁRIO

Dia 14.3 — E' lido o projeto, em Sessão Conjunta;

Dia 15.3 — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator;

Dias 18, 19, 20, 21 e 22.3 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;

Dia 23.3 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 2.4 — Apresentação do parecer pela Comissão;

Dia 3.4 — Publicação do parecer; e

Dia 17.4 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21:30 horas.

Prazo: início: 14.3.68; término: 22 de abril de 1968.

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão.

## SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

### DIRETORIA DAS COMISSÕES

#### HORARIO DAS REUNIÕES ORDINARIAS DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

HORÁRIO	DIA DA SEMANA			SALAS DE REUNIÕES
	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	
9:00	Saúde Indústria e Comércio Serviço Público	Economia Transportes Minas e Energia	A.L.A.L.C. Segurança Nacional Distrito Federal	ECONOMIA SEGURANÇA NACIONAL CONST. E JUSTIÇA
10:00	Const. e Justiça	Finanças	Projetos Executivo Relações Exteriores	FINANÇAS RELAÇÕES EXTERIORES
11:00	Legislação Social		Educação e Cultura	RELAÇÕES EXTERIORES
A TARDE	Agricultura Alienação de Terras	Ajustes Intern. Valoriz. da Amazônia	Polígono das Secas Redação	FINANÇAS RELAÇÕES EXTERIORES



## MESA

Presidente — Gilberto Marinho (ARENA — GB)  
 1º Vice-Presidente — Pedro Ludovico (MDB — GO)  
 2º Vice-Presidente — Rui Palmeira (ARENA — AL)  
 1º Secretário — Dinarte Mariz (ARENA — RN)  
 2º Secretário — Victório Freire (ARENA — MA)  
 3º Secretário — Aarão Steinbruch (MDB — RJ)  
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (ARENA — PA)  
 1º Suplente — Guido Mondin (ARENA — RS)  
 2º Suplente — Vasconcelos Torres (ARENA — RJ)  
 3º Suplente — Lino de Mattos (MDB — SP)  
 4º Suplente — Raul Giuberti (ARENA — ES)

### LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger (ARENA — RS)

#### DA ARENA

Líder — Filinto Müller (MT)

#### DO MDB

Líder — Aurélio Vianna (GB) \*  
 Vice-Líderes

Arthur Virgílio (AM)  
 Adalberto Sena (ACRE)

## COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)

### COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama  
 Vice-Presidente: Teotônio Vilela

#### ARENA

#### SUPLENTE

#### TITULARES

Arnon de Mello  
 Domicio Gondim  
 Paulo Tôres  
 João Cleofas  
 Teotônio Vilela

José Leite  
 José Guimard  
 Adolpho Franco  
 Leandro Maciel  
 Aloysio de Carvalho

#### MDB

José Ermirio  
 Mário Martins

Nogueira da Gama  
 Josaphat Marinho

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.  
 Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.  
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

## COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

### COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermirio  
 Vice-Presidente: João Cleofas

#### ARENA

#### SUPLENTE

#### TITULARES

José Feliciano  
 Ney Braga  
 João Cleofas  
 Teotônio Vilela  
 Milton Trindade

Atílio Fontana  
 Leandro Maciel  
 Benedicto Valladares  
 Adolpho Franco  
 Sigefredo Pacheco

#### MDB

Aurélio Vianna  
 Mário Martins

José Ermirio  
 Argemiro de Figueiredo

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.  
 Reuniões: Terças-feiras, à tarde.  
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

## COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC.

(7 Membros)

### COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga  
 Vice-Presidente: Aurélio Vianna

#### ARENA

#### SUPLENTE

#### TITULARES

Ney Braga  
 Antônio Carlos  
 Melo Braga  
 Arnon de Mello  
 Atílio Fontana

José Leite  
 Eurico Rezende  
 Benedicto Valladares  
 Carvalho Pinto  
 Filinto Müller

#### MDB

Pessoa de Queiroz  
 Edmundo Levi

Aurélio Vianna  
 Mário Martins

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.  
 Reuniões: Quinta-feiras, às 9:00 horas.  
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13 Membros

Presidente: Milton Campos  
 Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

#### ARENA

#### SUPLENTE

#### TITULARES

Milton Campos  
 Antônio Carlos  
 Aloysio de Carvalho  
 Eurico Rezende  
 Wilson Gonçalves  
 Petrólio Portela  
 Carlos Lindenberg  
 Paulo Sarasate  
 Clodomir Millet

Alvaro Maia  
 Louão da Silveira  
 Benedicto Valladares  
 Arnon de Mello  
 Júlio Leite  
 Menezes Pimentel  
 Adolfo Franco  
 Filinto Müller  
 Daniel Krieger

#### MDB

Antônio Balbino  
 Bezerra Neto  
 Josaphat Marinho  
 Edmundo Levi

Arthur Virgílio  
 Argemiro de Figueiredo  
 Nogueira da Gama  
 Aurélio Vianna

Secretária: Maria Helena Penteado Brandão — Ramal 247.  
 Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.  
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

## COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

### COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão  
 Vice-Presidente: Júlio Leite

#### ARENA

#### SUPLENTE

#### TITULARES

José Feliciano  
 Eurico Rezende  
 Petrólio Portela  
 Atílio Fontana  
 Júlio Leite  
 Clodomir Millet  
 Manoel Vilça  
 Wilson Gonçalves

Benedicto Valladares  
 Melo Braga  
 Teotônio Vilela  
 José Leite  
 Mem de Sá  
 Filinto Müller  
 Fernando Corrêa  
 Adolfo Franco

#### MDB

João Abrahão  
 Aurélio Vianna  
 Adalberto Senna

Bezerra Neto  
 Oscar Passos  
 Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 245.  
 Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.  
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

## COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

### COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto  
 Vice-Presidente: Edmundo Levi

#### ARENA

#### SUPLENTE

#### TITULARES

Carvalho Pinto  
 Carlos Lindenberg  
 Júlio Leite  
 Teotônio Vilela  
 Domicio Gondim  
 Leandro Maciel  
 Atílio Fontana  
 Ney Braga

José Leite  
 João Cleofas  
 Duarte Filho  
 Sigefredo Pacheco  
 Filinto Müller  
 Paulo Tôres  
 Adolpho Franco  
 Antônio Carlos

#### MDB

Bezerra Neto  
 Edmundo Levi  
 Sebastião Archer

José Ermirio  
 Josaphat Marinho  
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.  
 Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.  
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

### COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel  
 Vice-Presidente: Mem de Sá

#### ARENA

#### SUPLENTE

#### TITULARES

Menezes Pimentel  
 Mem de Sá  
 Alvaro Maia  
 Duarte Filho  
 Aloysio de Carvalho

Benedicto Valladares  
 Antônio Carlos  
 Sigefredo Pacheco  
 Teotônio Vilela  
 Petrólio Portela

#### MDB

Adalberto Sena  
 Antônio Balbino

Ruy Carneiro  
 Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.  
 Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.  
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO DE CONDIÇÃO  
DE TERRAS PÚBLICAS E FOMENTO**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: Antônio Carlos  
Vice-Presidente: Alvaro Maia**ARENA****TITULARES**Antônio Carlos  
Moura Andrade  
Paulo Sarasate  
Milton Trindade  
Alvaro Maia  
José Feliciano  
João Cleofas  
Paulo Torres**SUPLENTE**José Guimaraes  
Eurico Rezende  
Filinto Müller  
Fernando Corrêa  
Lobão da Silveira  
Menezes Pimentel  
Petronio Portela  
Mancel Villaga**MDB**Arthur Virgílio  
Ruy Carneiro  
João AbrahãoAdalberto Senna  
Antônio Balbino  
José ErmírioSecretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.  
Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.**COMISSÃO DE FINANÇAS**

(17 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: Argemiro Figueiredo  
Vice-Presidente: Paulo Sarasate**ARENA****TITULARES**Paulo Sarasate  
João Cleofas  
Mem de Sá  
José Leite  
Leandro Maciel  
Manoel Villaga  
Clodomir Millet  
Adolpho Franco  
Sigefredo Pacheco  
Carvalho Pinto  
Fernando Corrêa  
Júlio Leite**SUPLENTE**Lobão da Silveira  
José Guimaraes  
Teotônio Villela  
Carlos Lindenberg  
Daniel Krieger  
Filinto Müller  
Celso Ramos  
Milton Trindade  
Antônio Carlos  
Benedicto Valladares  
Mello Braga  
Paulo Torres**MDB**Argemiro de Figueiredo  
Bezerra Neto  
Pessoa de Queiroz  
Arthur Virgílio  
José ErmírioOscar Passos  
Josaphat Marinho  
João Abrahão  
Aurélio Vianna  
Nogueira da GamaSecretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.  
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.**COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: Atilio Fontana  
Vice-Presidente: Antônio Balbino**ARENA****TITULARES**Atilio Fontana  
Adolpho Franco  
Domício Gondim  
João Cleofas  
Teotônio Villela**SUPLENTE**Júlio Leite  
José Cândido  
Arnon de Mello  
Leandro Maciel  
Melo Braga**MDB**Antônio Balbino  
Nogueira da GamaRuy Carneiro  
Bezerra NetoReuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: Petronio Portela  
Vice-Presidente: Mello Braga**ARENA****TITULARES**Petronio Portela  
Domício Gondim  
Atilio Fontana  
Mello Braga  
Júlio Leite**SUPLENTE**Celso Ramos  
Milton Trindade  
José Leite  
Adolpho Franco  
Duarte Filho**MDB**Arthur Virgílio  
Josaphat MarinhoJoão Abrahão  
Argemiro de FigueiredoSecretário: Cláudio I. G. Leal Neto — Ramal 245.  
Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: Josaphat Marinho  
Vice-Presidente: Domício Gondim**ARENA****TITULARES**Domício Gondim  
José Leite  
Celso Ramos  
Paulo Torres  
Carlos Lindenberg**SUPLENTE**José Feliciano  
Mello Braga  
José Guimaraes  
Benedicto Valladares  
Teotônio Villela**MDB**Josaphat Marinho  
José ErmírioSebastião Archer  
Oscar PassosSecretário: Cláudio I. G. Leal Neto — Ramal 245.  
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.**COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SECAS**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: Rui Carneiro  
Vice-Presidente: Duarte Filho**ARENA****TITULARES**Clodomir Millet  
Manoel Villaga  
Arnon de Mello  
Duarte Filho  
Menezes Pimentel**SUPLENTE**Teotônio Villela  
José Leite  
Domício Gondim  
Paulo Sarasate  
Leandro Maciel**MDB**Rui Carneiro  
Argemiro de FigueiredoAurélio Vianna  
Adalberto SennaSecretário: Cláudio I. G. Leal Neto.  
Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.**COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: Wilson Gonçalves  
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg**ARENA****TITULARES**Wilson Gonçalves  
Paulo Torres  
Antonio Carlos  
Carlos Lindenberg  
Mem de Sá  
Eurico Rezende  
Paulo Sarasate  
Carvalho Pinto**SUPLENTE**José Feliciano  
João Cleofas  
Adolpho Franco  
Petronio Portela  
José Leite  
Ney Braga  
Milton Campos  
Daniel Krieger**MDB**José Ermírio  
Aurélio Vianna  
Mário MartinsAntônio Balbino  
Arthur Virgílio  
Edmundo LevySecretário: Afrânio Cavalcanti Mello Junior — Ramal 245.  
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

(5 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: José Feliciano  
Vice-Presidente: Leandro Maciel**ARENA****TITULARES**José Feliciano  
Leandro Maciel  
Antonio Carlos  
Lobão da Silveira**SUPLENTE**Filinto Müller  
Mem de Sá  
Duarte Filho  
Clodomir Millet**MDB**

Nogueira da Gama

Edmundo Levy

Secretária: Beatriz Brandão Guerra.  
Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES**

(15 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Benedito Valladares  
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

**ARENA**

**SUPLENTES**

**TITULARES**

Benedicto Valladares  
Filinto Müller  
Aloysio de Carvalho  
Antonio Carlos  
Mem de Sá  
Ney Braga  
Milton Campos  
Moura Andrade  
Fernando Corrêa  
Arnon de Mello  
José Cândido

Wilson Gonçalves  
José Guimard  
Carlos Lindenberg  
Adolpho Franco  
Petrônio Fortela  
José Leite  
Teotônio Villela  
Mello Braga  
José Feliciano  
Clodomir Millet  
Menezes Pimentel

**MDB**

Pessoa de Queiroz  
Mário Martins  
Aurélio Vianna  
Oscar Passos

Bezerra Neto  
João Abrahão  
Josaphat Marinho  
Antônio Balbino

Secretário: J. B. Castefon Branco.  
Reuniões: Têrças-feiras, às 10:00 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissões de Relações Exteriores.

**COMISSÃO DE SAÚDE**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Sigefredo Pacheco  
Vice-Presidente: Manoel Villaga

**ARENA**

**SUPLENTES**

**TITULARES**

Sigefredo Pacheco  
Duarte Filho  
Fernando Corrêa  
Manoel Villaga  
Clodomir Millet

Júlio Leite  
Milton Trindade  
Ney Braga  
José Cândido  
Lobão da Silveira

**MDB**

Adalberto Senna  
Sebastião Archer

Nogueira da Gama  
Ruy Carneiro

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 241.  
Reuniões: Têrças-feiras, às 9:00 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Paulo Tôres  
Vice-Presidente: Oscar Passos

**ARENA**

**SUPLENTES**

**TITULARES**

Paulo Tôres  
José Guimard  
Lobão da Silveira  
Ney Braga  
José Cândido

Filinto Müller  
Atílio Fontana  
Domicio Gondim  
Manoel Villaga  
Mello Braga

**MDB**

Oscar Passos  
Mário Martins

Argemiro de Figueiredo  
Sebastião Archer

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.  
Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Eurico Rezende  
Vice-Presidente: Arnon de Mello

**ARENA**

**SUPLENTES**

**TITULARES**

Eurico Rezende  
Carlos Lindenberg  
Arnon de Mello  
Paulo Tôres  
José Guimard

José Feliciano  
Menezes Pimentel  
Celso Ramos  
Petrônio Fortela  
Leandro Maciel

**MDB**

Ruy Carneiro  
João Abrahão

Adalberto Senna  
Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.  
Reuniões: Têrças-feiras, às 9:00 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Leite

Vice-Presidente: Sebastião Archer

**ARENA**

**SUPLENTES**

**TITULARES**

José Leite  
Celso Ramos  
Arnon de Mello  
Domicio Gondim  
João Cleofas

Paulo Tôres  
Atílio Fontana  
Eurico Rezende  
José Guimard  
Carlos Lindenberg

**MDB**

Sebastião Archer  
Pessoa de Queiroz

Mário Martins  
Ruy Carneiro

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.  
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

**COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Guimard  
Vice-Presidente: Clodomir Millet

**ARENA**

**SUPLENTES**

**TITULARES**

José Guimard  
Fernando Corrêa  
Clodomir Millet  
Alvaro Mata  
Milton Trindade

Lobão da Silveira  
José Feliciano  
Filinto Müller  
Sigefredo Pacheco  
Manoel Villaga

**MDB**

Edmundo Levi  
Oscar Passos

Adalberto Senna  
Arthur Virgílio

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.  
Reuniões: Quartas-feiras, às 15:00 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.